

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – HI
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**

**PARTEIRAS TRADICIONAIS
DA REGIÃO DO ENTORNO
DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.**

Silvéria Maria dos Santos

**Brasília-DF,
Outubro/2010**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – HI
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**

**PARTEIRAS TRADICIONAIS
DA REGIÃO DO ENTORNO
DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL**

Silvéria Maria dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira.

Brasília-DF, Outubro/2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.
Acervo 982765.

Santos, Silvéria Maria dos.
S237p Parteiros tradicionais da região do entorno do Distrito Federal /
Silvéria Maria dos Santos. --2010.
xiv, 212 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto
de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010.

Inclui bibliografia.

Orientação: Lourdes Maria Bandeira.

1. Parteiros - Distrito Federal (Brasil). 2. Medicina
popular. 3. Cultura - História. I. Bandeira, Lourdes.
II. Título.

CDU 39:61

TESE DE DOUTORADO

SANTOS, Silvéria Maria dos. PARTEIRAS TRADICIONAIS DA REGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL. UnB. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História 2010. Tese de Doutorado em História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira (SOL/UnB)
(Presidente)

Profa. Dra. Alessandra da Rocha Arrais (INEP/MEC, FUNIVERSA e UCB)
(Membro efetivo)

Profa. Dra. Diva do Couto G. Muniz (HIS/UnB)
(Membro efetivo)

Profa. Dra. Diana Lúcia de Moura Pinho (ENF/UnB)
(Membro efetivo)

Profa. Dra. Tânia Mara Almeida (SOL/UnB)
(Membro efetivo)

Profa. Dra. Moema da Silva Borges (ENF/UnB)
(Suplente)

Defendida a tese:
Em:04/11/2010

DEDICATÓRIAS

A minha mãe, dona Mocinha, pela Vida e
exemplo de Amor.

Às minhas filhas, Silmara e Andressa.

Aos meus netos, Noel e Kauã.

Às parceiras da Região do Entorno do Distrito Federal.

AGRADECIMENTOS

A DEUS Pai e Mãe

Aos meus pais, Joaquim Pedro e Dona Mocinha (*in memoriam*)

Às minhas irmãs, aos meus irmãos e sobrinha (os) pela confiança e apoio

À Profa. Lourdes Bandeira, pela orientação e oportunidade de aprender

A Selma Regina Nunes Oliveira/Selminha, por ter acreditado e apoiado os primeiros passos dessa caminhada

À colega-amiga, Rejane Griboski, por todo suporte e favorecimento

Às Profas. Diva do Couto G. Muniz e Tânia Navarro Swain, exemplos de historiadoras e feministas

Às amigas Diana Lúcia M. Pinho, Dione Moura e Moema Borges, por terem me acolhido e me apoiado nesse caminhar

Ao prof. Wagner Rizzo e à amiga-irmã Dra. Lindomar Guedes, pelo exemplo e suporte incansável, pelas trocas, paciência e preciosos estímulos fundamentais ao término desse trabalho

Às Parteiras Tradicionais brasileiras – indígenas e quilombolas, do campo e da floresta, do sertão e das cidades –, que silenciosamente me incentivaram a realizar esse estudo

A Eloine Alencar, José Augusto e ao Carlos Silvan pelo apoio, reflexões e solidariedade

A Vanja Mendes, Glória e Alicia Silvestre, pela troca de conhecimentos e pelas mãos que confortam e energizam

Ao Marcos Carvalho, pela confiança em mim depositada

A Fabrícia e Thiago, caminhantes do PPGHistória/UnB

Às colegas do Departamento de Enfermagem/UnB

Às estudantes e bolsistas Islânia Alencar, Daniela Rocha e Luana Cristina, caminhantes e solidárias

A Simone Moura pelo apoio e conforto estruturantes.

EPIGRAFE

“Que sentido pode ter a medicina popular nas sociedades que elegeram a razão como critério de verdade e que delegaram à ciência e à técnica a função de orientar as práticas mais corriqueiras? Duplamente estigmatizada, por seu caráter de classe e por seu distanciamento com relação às verdades produzidas pela ciência, a medicina popular tem merecido pouca atenção de pessoas preocupadas em investigar a saúde e a doença. E, no entanto, no momento em que a medicina atinge um grande nível de sofisticação tecnológica, constata-se permanecer ainda na zona rural e proliferar nos centros urbanos do país, a procura de práticas alternativas de saúde, dentre elas as práticas da medicina popular e as soluções mágicas para a doença.”

Maria Ângela A. Nascimento, 1997

“Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis... Arrastaram eles os blocos de pedra? E a Babilônia várias vezes destruída - Quem a reconstruiu tanta vezes? Em que casas da Lima dourada moravam os construtores? Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta? A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares? A decadente Bizâncio tinha somente palácios para os seus habitantes? A história dominante tem assegurado um lugar privilegiado para os heróis e desconsiderando, em determinadas situações, completamente os demais sujeitos que efetivamente participaram da história. De diferentes modos os grupos e classes dominantes foram relegando ao silêncio e ao esquecimento as experiências, a história e a cultura dos grupos populares.

O silenciamento dessas memórias é um pressuposto para a construção da hegemonia dos grupos dominantes e da consolidação do seu domínio.”

Brecht, *Perguntas de um trabalhador que lê*, 2000.¹

¹ Os questionamentos de Brecht ainda continuam ecoando e clamam por respostas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I CAMINHO METODOLÓGICO	29
1 O SILENCIAMENTO DAS PARTEIRAS DA RIDE: A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	30
2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO – RIDE	34
2.1 Criação do Distrito Federal	37
2.2 A Estrutura de Serviços de Saúde do Distrito Federal	40
3 CONSTRUINDO as MEMÓRIAS DAS PARTEIRAS	42
3.1 Genealogia e a História Oral	42
3.2 As Parteiras da Região do Entorno do Distrito Federal	51
3.2.1 Parteiras e Deusas	55
4 DISCURSOS E NARRATIVAS DAS PARTEIRAS	58
4.1 A Singularidade das Trajetórias (Categorias)	60
5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	62
CAPÍTULO II REFERÊNCIA CONCEITUAL	65
1 TEORIA FEMINISTA E HISTÓRIA DAS MULHERES	66
1.1 A História das Mulheres e os Estudos de Gênero	66
1.2 Movimento e Teoria Feminista	71
2 A DÁDIVA, MULHERES E O PARTEJAR	81
2.1 A Transmissão e a Construção da Reciprocidade	81
2.2 Recuperação do saber, experiência, tradição, ofício e arte de partejar	84
3 PARTEIRAS: AS DESCONTINUIDADES VIVENCIADAS	89
3.1 Parteiras e Partos até o Século XIX: o Ofício, o Saber e a Função Social	89
3.2 Século XIX a Meados do XX: os cursos e a apropriação de saberes	91
CAPÍTULO III MOMENTOS E MOVIMENTOS DAS PARTEIRAS DA RIDE... 97	
DESCOBRINDO TRAJETÓRIAS	98
1.1 Emergência das Trajetórias	98
1.1.1 Conhecimentos Transmitidos por Parteiras da Família: a transmissão/herança geracional da experiência do ofício de parir	101

1.1.2	A Necessidade das Mulheres da Comunidade.....	104
1.1.3	As Próprias Experiências de Parir	106
1.1.4	A Admiração por Parteiras Experientes da Comunidade	108
1.1.5	As Subjetividades e Crenças.....	109
1.2	A Permanência das Parteiras	112
2	PARTEIRAS E AS SUBJETIVIDADES NO E DO PARTEJAR.....	139
2.1	Percepção do Corpo Feminino e a Experiência do Parir e do Partejar	139
2.2	Parteiras e Dádivas: dimensão da reciprocidade/ solidariedade	148
2.3	Rituais e Práticas Usadas pelas Parteiras.....	156
2.4	O Pós-Parto, Corpo Aberto: conhecimentos e práticas históricas	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
	BIBLIOGRAFIA	188
	ANEXOS	205

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização dos municípios goianos/Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno que serviram de cenário para a pesquisa das Parteiras Tradicionais.....	35
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Municípios da RIDE. Indicadores de oferta do Serviço de Saúde e do Índice de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal e municípios goianos do Entorno – Distrito Federal- 2007.	41
Quadro 2. Demonstrativo das Características Sociodemográficas das Parteiras da Região do Entorno do Distrito Federal –RIDE.	53
Quadro 3. Partos no Distrito Federal (2005).....	113
Quadro 4. Ação de cuidado: Simpatias, orações e crenças – Conhecimento e práticas das parteiras do RIDE. Brasília e RIDE, 2008-2010.	166
Quadro 5. Quadro - Ação de cuidado com uso de Ervas Medicinais – Conhecimento e práticas das parteiras do RIDE. Brasília e RIDE, 2008-2010.	167

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo contribuir com o registro histórico das trajetórias e saberes-experiências das parteiras tradicionais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno/RIDE, desde 1960, com apoio da História Oral. Por tratar-se de um ofício tecido nos rituais e práticas de cuidados, encontra-se condenado à “cultura do silêncio”. Se existem fontes documentais e historiográficas, essas parecem estar indisponíveis para pesquisa. Permanece apenas uma memória oral que guarda os saberes-experiências do partejar, os quais são transmitidos pelo ato de contar, de uma mulher para a outra, assim como de uma geração para a geração seguinte. O desenvolvimento da região Centro-Oeste, os fatores socioculturais e as estratégias do planejamento da modernidade que estruturaram o Distrito Federal, resultaram na reconfiguração do ofício das parteiras como processo cultural, não havendo interação e transferência simbólica entre os saberes populares e os acadêmicos, como ação social capaz de combinar concorrência e cooperação, conflito e participação, saberes tradicionais locais e conhecimentos científicos. Deixou de se caracterizar pela articulação entre as estratégias de desenvolvimento e as especificidades culturais inerentes aos contextos territoriais das racionalidades constitutivas do ofício das parteiras. De onde é possível entender que diferentes acepções acerca de desenvolvimento podem representar o desafio de interagir com a competitividade e a solidariedade, em desdobramento aos modelos de atuação no partejar, modelo biomédico e o modelo dos saberes-experiências que engendraram o ofício das parteiras. Situação que reverberou para a política de silenciamento dessas mulheres na RIDE.

Palavras-Chave: parteiras tradicionais; história e teoria feminista; práticas culturais.

ABSTRACT

The research aims at contributing to the historical record of the trajectories and knowledge-experiences of traditional midwives in the Federal District's Region of Integrated Development and Adjacency/ RIDE, since 1960, supported by Oral History. Since it is a craft woven in rituals and practices of care, it is condemned to the 'culture of silence'. If there are any documentary and historiographical sources, these seem to be unavailable for research. Only an oral memory that stores the knowledge-experiences of midwifery remains, transmitted by the act of telling, from one woman to another, from one generation to the next. The development of central-eastern Brazil, socio-cultural factors and strategies of the modernization plan that structured the Federal District, resulted in the reconfiguration of the midwifery craft as a cultural process, with no interaction and symbolic transfer between popular and scholarly knowledge in the form of social actions that combine competition and cooperation, conflict and participation, local tradition and scientific knowledge. It is no longer characterized by the linkage between development strategies and cultural features inherent in territorial contexts of constitutive rationalities of the midwifery craft. Thence it is possible to understand that different conceptions of development may represent the challenge of interacting with competitiveness and solidarity, unfolding the model performance in midwifery, the biomedical model and the model of knowledge-experiences that engendered the midwifery craft. This situation reverberated to the policy of silencing these women in the RIDE.

Key Words: midwives, feminist history and theory, cultural practices.

RESUMEN

Esta investigación pretende contribuir al registro histórico de trayectorias y saberes-experiencias de las parteras tradicionales de la Región Integrada de Desarrollo del Distrito Federal y Entorno/RIDE desde 1960, con apoyo de la Historia Oral. Al tratarse de un oficio tejido en rituales y prácticas de cuidados, se halla condenado a la 'cultura del silencio'. Si existen fuentes documentales e historiográficas, no aparecen disponibles para amplia circulación. Permanece apenas una memoria oral que guarda los saberes-experiencias del ayudar a parir, transmitidos por el acto de contar, de una mujer a otra, y de una generación a la siguiente. El desarrollo de la región Centro-Oeste, los factores socioculturales y las estrategias de planificación de la modernidad que estructuraron el Distrito Federal, desembocaron en la reconfiguración del oficio de partera como proceso cultural, así que no hay interacción ni transferencia simbólica entre saberes populares y académicos, como acción social capaz de combinar concurrencia y cooperación, conflicto y participación, saberes tradicionales locales y conocimientos científicos. Dejó de caracterizarse por la articulación entre las estrategias de desarrollo y las especificidades culturales inherentes a los contextos territoriales de las racionalidades constitutivas del oficio de partera. A partir de ello diferentes acepciones del desarrollo pueden representar el desafío de interactuar con la competitividad y la solidaridad, en desdoblamiento de los modelos de actuación en el ayudar a parir, el modelo biomédico y el de los saberes-experiencias que engendraron este oficio. Esta situación influyó en la política de silenciamiento de las parteras en la RIDE.

Palabras-Clave: parteras tradicionales; historia y teoría feminista; prácticas culturales.

RÉSUMÉ

La recherche vise contribuer avec le registre historique des trajectoires et savoir-experiences (pratiques d'accouchement traditionnelles acquies oralement) des sages-femmes traditionnelles de la region integré du développement du District Fédéral et les villes voisines/RIDE, depuis 1960, avec le soutien de l'histoire orale. Puisqu'on traite d'un office construite au sein des rituels et pratiques de soins, celui-ci est silencié. Si il existe des sources documentaires et historiographique, ceux-ci semblent être indisponible aux recherches. Reste seulement une memoire orale qui stocke les savoir-experiences de l'accouchement, aux quelles sont transmises de mots en mots pendant l'accouchement, d'une femme à l'autre, ainsi comme d'une generation à la prochaine. Le developpement de la région du Midwest, les facteurs socioculturels et les strategies de la planifications de la modernité qui ont structuré le District Fédéral, ont abouti à la reconfiguration de l'office des sages-femmes comme processus culturel, sans interaction et le transfert symbolique entre savoirs populaires et academiques, comme action social capable de combiner la concurrence et la cooperation, conflit et participation, savoirs traditionaux locaux et connaissances scientifiques. Eu laissé de se caracteriser par l'articulation entre les strategies du developpement et spécificité culturels inhérentes aux contextes territoriaux des rationalités constitutives de l'office des sages-femmes. D'ou est possible comprendre que differentes significations a propos du développement peuvent représenter le defi de l'interaction d'intégrer avec la competitivité et la solidarité, en deploiement du modèle du en couches labourand, le modèle biomédical et le modèle du savoirs-experiences qui ont engendré l'office des sages-femmes. Situation qui a réverbéré à la politique de faire taire ces femmes au RIDE.

Mots-clés: les accoucheuses traditionnelles, l'histoire et la théorie féministe, les pratiques culturelles.

HINO DAS PARTEIRAS

Nós somos as Parteiras tradicionais
Que em grupo vamos trabalhar
Todas juntas sempre unidas
Muitas vidas vamos salvar
Como as parteiras sempre de uniforme
Vamos cumprir com os nossos deveres
Todas juntas e sempre unidas
Salvando vidas, salvando vidas
Vamos trabalhar, com dedicação,
pegando crianças com as nossas mãos
Para a beleza e a grandeza da nossa nação.

INTRODUÇÃO

O trabalho da parteira é um ofício que tem sua identidade no seu campo de competência, sendo desenvolvido, portanto, por mulheres e tem relação com a natureza do trabalho das parteiras. Nesse ofício, elas acompanham as parturientes em seus lares, a partir de seus rituais e saberes, advindos de suas próprias experiências emocionais e corporais.²

Para compreender a importância do papel da parteira tradicional é indispensável reconstruir a história dessas mulheres cuidadoras como agentes sociais que se afirmam cotidianamente nas múltiplas funções sociais e nos cuidados às mulheres durante o processo de gestar e parir. Pois só através da compreensão desse passado, pode-se alcançar o significado original e primordial dos saberes e fazeres relacionados à arte de partejar.³

Jacques Barbaut⁴ afirma que “a profissão de parteira é seguramente um dos mais velhos ofícios do mundo”. Esta, por sua vez, é fruto das experiências das mulheres e se afirmou ao ser transmitida, de geração a geração, na prática cotidiana e na subjetividade das pessoas envolvidas.

Pude entender que a vivência do dar à luz, que acontece no corpo da mulher em trabalho de parto – a parturiente – e do partejar, realizado por aquela que parteja – a parteira– é um processo que se estabeleceu a partir da cumplicidade, reciprocidade e solidariedade femininas, para lidar com as exigências, o sofrimento e as incertezas, diante de cada novo episódio vivenciado por mulheres de um mesmo território e que têm afinidades compartilhadas nos ambientes domésticos e entre aquelas que lhes são íntimas e ou próximas, como observado nas fontes consultadas.

Com o propósito de trazer à luz a trajetória destas parteiras, utilizei o procedimento da história oral que possibilitou compreender os fatores relacionados ao processo de emergência, permanência e ou descontinuidade

² COLLIÈRE, Marie-Françoise. Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem. Lisboa: Ed. Lidel, 1999.

³Partejar: ‘serviço de parteiro ou parteira; assistência ao parto’ (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira, 2. ed., 1986). Socorrer ou auxiliar parturientes; parir, dar à luz; (fig) dar existência a, conceber, criar (Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1ª ed., 2001).

⁴ BARBAUT, Jacques. O nascimento através dos tempos e dos povos. 1ª ed., Lisboa: Ed.Terramar, 1990, p. 141.

desse ofício, dando ênfase às estratégias de luta desenvolvidas por gerações de mulheres que vivem desse e nesse ofício nos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).⁵

Nessa região, observei a quase ausência de informações sobre as parteiras, se comparadas àquelas existentes em relação à situação delas em outras regiões brasileiras. É perceptível que essas informações estão relacionadas ao reflexo da resistência silenciosa dessas mulheres, refletindo também, porém, a dificuldade de se organizarem, por certo, vinculada aos recortes de classe, étnico-racial e gênero, que possuem uma conotação desqualificante atribuída socialmente.

Pude observar, desde a chegada em Brasília, em 1994, que não se encontrava referência à existência/presença das mulheres parteiras. Tal lacuna serviu de motivação e reacendeu a sensibilidade e interesse em conhecer a presença dessas parteiras na região do Entorno do DF, como uma iniciativa que se ancorou ao participar dos primeiros passos do Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde. Este desencadeou o surgimento da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde – ANEPS, durante o Congresso Nacional de Saúde Coletiva realizado em Brasília, em 2003.

Em 2004, participei de dois importantes eventos que contemplavam a temática das práticas populares em saúde e das parteiras tradicionais: em agosto, realizou-se na cidade de Goiás Velho (GO), o 4º Encontro de Parteiras, Benzedeadas e Raizeiras do Cerrado, promovido pela Articulação PACARI⁶. Tal oportunidade foi estimulante para pensar na perspectiva do registro do processo histórico das parteiras e suas práticas de atenção às mulheres durante o parto e nascimento.

Em setembro de 2004, participei da Reunião Nacional da Rede Nacional de Parteiras Tradicionais - RNPT e do Encontro Internacional de Parteiras Tradicionais, em Oliveira dos Campinhos, distrito de Santo Amaro da

⁵ A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) é definida pela Resolução nº 335, de 27 de novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde e pela Portaria MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004.

⁶ Articulação Pacari, fórum que congrega quase cem organizações, entre associações comunitárias e ONGs dos Estados do Tocantins, Minas Gerais, Goiás e Maranhão. Maiores informações: <http://redecerrado.blogspot.com/>

Purificação, Bahia. Esta experiência me instigou a conhecer melhor a história e o percurso das parteiras da região deste estudo.

Após a participação em tais eventos, intensificou-se o meu envolvimento com a temática das parteiras. Passei a integrar um grupo de trabalho que realizou cinco Oficinas de Prevenção das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais para Parteiras Tradicionais⁷, que aconteceram durante o período de 2004 a 2006.

Essas oficinas foram realizadas em todas as regiões do Brasil e envolveram parteiras de todos os estados brasileiros, sendo duas no Nordeste, uma no Sudeste, que contou com a participação de parteiras das regiões Sul e Sudeste, uma na região Norte e uma no Centro Oeste.

Antes deste evento, contei com apoio de lideranças locais dos assentamentos da reforma agrária, dos municípios de Padre Bernardo e de Santo Antônio do Descoberto, para encontrar parteiras tradicionais, onde foram articuladas e envolvidas três destas mulheres, para suas participações na Oficina Centro-Oeste.

Diante das condições e do contexto particular das parteiras, a problemática de estudo tratada recuperou suas experiências, utilizando-se da História Oral. Priorizei as fontes orais como caminho e estratégia para recuperar o conhecimento e apreender suas trajetórias, diante do paulatino desaparecimento de seus saberes e práticas, na RIDE.

Ademais, fazer uso da história oral significa dispor de um instrumento dos mais adequados para preservar a memória das parteiras que não tiveram oportunidade de registrar suas próprias experiências, pois as mulheres não tiveram participação na aquisição da escrita da mesma forma que os homens, como entende Rachel Soihet.⁸ Também porque a experiência do partejar não foi considerada importante a ponto de merecer atenção de registro institucional e de pesquisadores.

⁷ Iniciativa do Programa Nacional de DST e Aids/Programa Nacional de Hepatites Virais/Departamento de Ações Programáticas Estratégicas/Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde.

⁸ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 275-296.

Cabe destacar que o acesso às informações e estudos já elaborados sobre parteiras de outras regiões trouxe grande estímulo à realização desta pesquisa. Assim, envolvida pela idéia e pela necessidade de conhecer as trajetórias das mulheres que partejam, suas raízes, momentos e movimentos na região do Entorno do Distrito Federal, recuperei parte destas experiências, configurando-se no objeto de estudo desta tese.

O recorte temporal desta investigação corresponde ao período da década de 1960 até o ano de 2008. Convém ressaltar que o contexto sócio-político e cultural observado sofreu alterações intensas, enfrentadas pelas parteiras e seus saberes-experiências, no estado de Goiás, após a inauguração do Distrito Federal.

Para tanto, foi preciso também inscrevê-las em seu espaço de atuação, seu contexto geográfico, social, cultural e histórico. A partir daí, foi possível caracterizar o ofício das parteiras tradicionais e reconhecer suas identidades imersas no Cerrado goiano e expostas às interferências do paradigma da modernidade que embasou a organização social da nova Capital Federal. Assim, foi iniciada a recuperação da história possível destas mulheres que produzem memórias e registros históricos sobre a região, a partir do acesso às catorze parteiras que participaram da investigação.

Cabe destacar, portanto, que esse estudo tornou-se possível por se inscrever a partir do movimento de renovação dos estudos históricos. O advento da Nova História, do qual participaram Lucien Febvre e Marc Bloch, considerados mestres da História Nova⁹, diferenciou-se ao propor novos objetos, problemas e abordagens com a formulação de uma História engajada, que tivesse como objetivo principal responder às questões colocadas no presente e pelo presente.

Interpeladas por essa perspectiva e acercando-se da leitura do social tal como propõe Roger Chartier,¹⁰ para quem:

(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história

⁹ LE GOFF, Jacques. A História Nova. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 70.

¹⁰ CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico In: Estudos históricos, Vol. 08, n°16. Rio de Janeiro, 1995, p. 216.

ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. (...) Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói.

As contribuições desse autor me fortaleceram nessa construção e me permitiram perceber as nuances importantes das experiências das parteiras brasileiras. Compartilhei também dos saberes e das práticas enriquecedoras, durante encontros familiares, contos e cantos nordestinos (Anexo 1)¹¹ que as descrevem, naturalizando esse ofício e os sujeitos que o vivenciam.

Foram realizados vários encontros, em alguns casos três e em outros seis momentos de conversa e interlocução sobre a proposta de trabalho, os quais possibilitaram trocas, tal como se vive e se experimenta na dialogicidade da transmissão oral, que lhes são tão características. Esses encontros permitiram o trato com diversas fontes para a apreensão da riqueza de matizes que constituem suas trajetórias, expressas tanto nos encontros dialógicos, que possibilitaram os relatos desses sujeitos por ocasião das entrevistas, quanto em outros suportes documentais e bibliográficos (Lista de Fontes) aqui referenciados.

Nessas ocasiões se davam as transmissões orais sobre as diferentes formas de cuidar e de cuidados, compondo o ritual das suas atuações, experienciadas em situações concretas, inscritas em histórias pessoais e de grupos sociais – com foco para o encadeamento possível a um grupo constituído por mulheres, transmissoras e receptoras – que têm relação com a natureza do trabalho das parteiras, no qual o passado e presente se iluminam mutuamente, engendrando as memórias das mulheres da região do Cerrado goiano.

É importante salientar que a História das Mulheres não pode desconhecer as representações, as idealizações, os sonhos, a política e a vida

¹¹ Luiz Gonzaga, cantor e compositor nordestino, tem autoria da música “Sá Marica Parteira”, que retrata a exigente tarefa de partejar no sertão pernambucano.

social das experiências vincadas no partejar. Daí serem complexas, diversificadas, múltiplas e relacionais. Dessa linha de argumentação compartilha-se com Mary Del Priore, para quem:

A história das mulheres é relacional, inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão.¹²

Considerando essa perspectiva, em especial, foi-me possível observar certa desconsideração a esse patrimônio imaterial e aos significados desse trabalho, invisibilizando a valorização e o poder do partejar, das práticas tradicionais e popularizadas de saúde. São desconsiderações relacionadas às perspectivas de gênero que hierarquizam o feminino e o masculino, sob a égide do sexismo.

A partir de então, as questões propostas foram: *quem são e onde estão as parteiras tradicionais e populares na região do Entorno do DF? Qual a natureza/tipo de experiências que constituíram suas trajetórias de parteiras tradicionais? Quais foram as resistências que tiveram que enfrentar para permanecerem, seja da perspectiva formal, seja por outras vias?*

Portanto, o estudo da trajetória das parteiras tradicionais da RIDE, consideradas socialmente excluídas, é possível que tenha relação com os “mecanismos sutis de desqualificação e de humilhação social que operam em nossa cultura, em relação às mulheres e à cultura feminina”.¹³

Nesse cenário, percebi a importância das parteiras tradicionais e de sua atuação junto às mulheres que, por diversos motivos de ordem pessoal ou sócio-econômica, não buscam ou não contam com os serviços de saúde durante o processo de gestar e parir, ressignificando esse ofício e suas praticantes, arrolando a cultura das parteiras tradicionais em suas comunidades.

¹² DEL PRIORE, M. (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004, p.18.

¹³ RAGO, Margareth. FEMINIZAR É PRECISO, ou Por uma cultura filógena. Labrys, estudos feministas, número 1-2, julho/ dezembro 2002, p. 06.

Tal referência exigiu a conceituação de cultura sobre as parteiras, o parir e o partejar, com seus desdobramentos ocorridos após a segunda metade do Século XX.

Neste estudo, o significado de cultura é concebido desde a perspectiva de um sistema autônomo, que também atua em oposição a uma cultura dominante, como considera Geertz.¹⁴ Para quem, cultura “é um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos e materializado em comportamentos”. Entende ser uma estrutura que pode ser definida como um sistema cultural de organização das coletividades, o qual se pauta como mecanismo de apreensão do poder e de controle ligado às camadas sociais vinculadas às elites econômicas.

Assim, surgiram muitas indagações que têm me acompanhado desde a minha própria história familiar e a de mulheres que pariam e das que partejavam, no interior pernambucano, lugar de grandes proles e de partos domiciliares atendidos por parteiras da comunidade rural e periurbana.

Tão forte é a relação com essa cultura, que, no início da minha trajetória pessoal como estudante de enfermagem, na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, em 1976, dentre as atividades curriculares da graduação, tive acesso e aproximação do Programa de Parteiras da Secretaria de Saúde de Pernambuco, ao visitar o Centro de Saúde Amélia de Pontes, em Caruaru-PE. Tal vivência me sensibilizou e permaneceu latente, despertando a iniciativa para redescobrir o trabalho das parteiras, que desenvolveram saberes e práticas, persistiram no ofício do partejar, transmitindo-o oralmente, o que foi vertido para esta tese.

Assim, ao definir esse estudo, foi necessário refletir sobre a denominação de “tradicionais”, e então problematizar: *são tradicionais em relação a que? Em relação às práticas médicas que utilizam? Relacionadas a um contexto em que acontecem os partos fora (ou à margem) da estrutura formal (hospitalar)? São seus saberes e experiências que lhes dão sentido? Em relação à forma, como aprenderam suas práticas? Da estratégia da troca*

¹⁴ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos editora, 1989, p. 23.

de conhecimentos entre parteiras, na relação de cuidados com as parturientes, uma vez que são sujeitos que transmitem suas experiências oralmente?

Ao tomar a trajetória das parteiras tradicionais da RIDE como objeto desta pesquisa, é importante destacar a peculiaridade do lugar de onde me encontro, uma vez que atuo como parteira e proponho refletir para aprender e construir esse estudo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História/Universidade de Brasília (UnB), área de concentração Estudos Feministas e de Gênero, linha de pesquisa Epistemologia Feminista e História das Mulheres.

Ao articular a construção da escrita histórica sobre as parteiras, tendo como perspectiva um olhar centrado no pensamento feminista, considere os estudos de Michelle Perrot, em que trata da exclusão sofrida pelas mulheres nos diferentes campos da História, quando destaca: “na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres”.¹⁵

Tal visão, muito se adéqua às parteiras por terem enfrentado a separação e o distanciamento das questões políticas, por as entenderem como espaço, trajetória e contexto próprios de homens. Portanto, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres estão presentes nos estudos feministas e de gênero focados em visibilizá-las.

O olhar de Michelle Perrot¹⁶ faz referência ao silêncio das mulheres, por ser marcante quando se trata de sua própria vida, sua intimidade, presente em sua produção sobre ‘o silêncio dos corpos’. Tal percepção cabe e contempla a perspectiva das parteiras tradicionais, que trazem a reboque a desvalorização, ao abordar a questão do corpo em seus relatos.

Nesta direção, com base nas reflexões de Teresa de Lauretis sobre gênero e a tecnologia social de gênero, para quem “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio de uma complexa tecnologia política”,¹⁷ indica como se ancorou o silenciamento do

¹⁵ PERROT, Michelle. Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros. Tradução Denise Bootmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p.184.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, E. B. (Org.). Tendência e impasses – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 207.

relato histórico, decorrente do acesso restrito e tardio à escrita, denotando a auto-desvalorização das mulheres, seus saberes-experiências e de suas memórias.

A busca por ampliar a compreensão de gênero permite destacar e aproximar à de Guita Debert,¹⁸ a partir do pressuposto de que:

A categoria gênero foi promovida pelo feminismo precisamente para criticar e rejeitar a definição tradicional da natureza da mulher através do sexo biológico. As diferenças biológicas não proporcionam uma base universal para a categoria analítica para a pesquisa antropológica. Não há mulheres que não sejam frutos de significados históricos e sociais¹⁹

Focados nessa perspectiva, os Estudos Feministas passaram a criticar e problematizar o paradigma dos saberes dominantes, fazendo emergir dimensões e aspectos da vida social até então encobertos sobre as mulheres, abrindo espaço para a visibilidade das parteiras tradicionais e de suas trajetórias.

Para isso, a abordagem do objeto, sob a perspectiva feminista, possibilita o desafio de apreender o “olhar do outro”, ato que, para Sandra Harding,²⁰ significa, necessariamente, “provocar sua transformação”. Isso vem a fortalecer ainda mais a intenção de estudar e ampliar conhecimentos sobre as parteiras e suas trajetórias, desenvolvendo a compreensão que ressignifica esse ofício, seus saberes e práticas.

Essa abordagem foi definida como possibilidade para constituir um saber histórico das ações reivindicadoras, preocupadas em validar e visibilizar os saberes locais, descontínuos, desqualificados e não-legitimados, contra os efeitos de poderes centralizadores ligados à instituição de um único discurso,

¹⁸ DEBERT, Guita Grim. Os Estudos de gênero na UNICAMP. In: Gênero nas Fronteiras do Sul. Campinas-SP: PAGU/UNICAMP, 2005.

¹⁹ Idem, ibidem, pp.63-64.

²⁰ HARDING, Sandra. Ciência y feminismo. Tradução Pablo Manzano. Madrid: Morata, S.L. 1996, p. 154.

ordenando e hierarquizando os demais saberes em nome de um conhecimento "mais" verdadeiro e legítimo que os outros.²¹

Assim, articulei a prática histórica e escrita da História com as Teorias Feministas, as chamadas teorias de perspectiva, por sua capacidade de analisar e expor fatos do cotidiano das mulheres, a exemplo do que afirma Margareth Rago²² sobre “a expropriação do saber das parteiras pela medicina masculina, desde o século XIX”.

Para a consecução deste estudo foram coletados depoimentos que registram as trajetórias destas mulheres localizadas nos municípios de Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Formosa, Pirenópolis e Planaltina de Goiás, no contexto emergente do Distrito Federal e da região do Entorno, que se dedicaram à prática do partejar, apoiado na história oral de suas experiências, durante os meses de setembro de 2008 a fevereiro de 2009.

Trata-se de mulheres na faixa etária entre 61 a 80 anos de idade; morenas, brancas e negras; de origens, naturalidades e classes sociais variadas. Possuem credos e religiões diversificadas, dentre as quais, evangélicas, católicas, umbandistas, do candomblé e do judaísmo. A maioria é casada, algumas são viúvas, outras solteiras. Dentre elas, encontram-se as que não tiveram acesso à educação formal, as que são alfabetizadas, e aquelas com escolaridade que chegaram a cursos de nível técnico e superior nos últimos anos de sua trajetória.

Todas têm em comum o conhecimento do ofício, adquirido na transmissão oral, a partir de parteiras mais velhas e transmissoras consideradas importantes e competentes, frequentemente da família, mães, sogras, parentes próximas, amigas e vizinhas, por quem nutrem laços afetivos e com quem vivenciaram suas experiências de parir e de partejar. Introduziram-se nesse ofício como auxiliares de parteiras e aprendizes, ou deparando-se com a urgência de atuar nesta arte.

Para atender as peculiaridades dessas pesquisadas foi necessário ampliar a abordagem e métodos tradicionais do fazer historiográfico,

²¹ Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1999.

²² RAGO, Margareth. *FEMINIZAR É PRECISO*, ou Por uma cultura filógena. *Labrys*, estudos feministas, número 1-2, julho/ dezembro 2002, p. 06.

introduzindo uma adaptação da construção das dimensões da genealogia, para apreender os fatores que interferem na emergência, permanência e adequação ao campo discursivo, ao espaço e tempo em que se desenvolveram as trajetórias das mulheres vinculadas ao ofício de partejar, sua estrutura e história, palco em que constituíram sua formação e as transformações dos acontecimentos.

Diante da necessidade de entender as minúcias do saber-experiência das parteiras, transmitidas oral e intergeracionalmente, que se sustentam por meio da troca e da reciprocidade entre mulheres, considere o referencial teórico de Marcel Mauss,²³ que trabalha a cultura da dádiva como uma forma de organização das relações sociais, a troca de dádivas e a noção de aliança.

Com essa percepção emergiram novas questões: *a atuação das parteiras pode ser pensada na perspectiva da noção de dádiva? Como são construídas as relações de “compensações e recompensas” para esse grupo de mulheres que disponibilizam seus saberes e práticas tradicionais de cuidado?*

A tese é estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo discuti os procedimentos metodológicos e a abordagem que possibilitou apreender as narrativas das parteiras, por meio das fontes orais, como sujeitos históricos. Foi usada a abordagem genealógica adaptada à problemática desse estudo. Realizou-se uma caracterização da região do Entorno de Brasília – Distrito Federal/RIDE, e das Parteiras, a partir do olhar dos aspectos éticos da pesquisa.

No segundo capítulo, discorro sobre o referencial teórico, com o objetivo de contribuir para o diálogo no âmbito das pesquisas históricas e dos estudos feminista, com a possibilidade de apresentar as trajetórias das parteiras, seus saberes e práticas, baseadas nas teorias desenvolvidas pela crítica feminista, articulando-a com o pensamento de Mauss, que considera a troca como uma relação que envolve três termos: dar, receber e retribuir. Foi necessário sistematizar uma retrospectiva histórica das Parteiras e Partos,

²³ MAUSS, Marcel . Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp. 1974[1950].

desde o século XIX até a atualidade, onde emerge a ressignificação do trabalho das parteiras e do parto domiciliar, ainda de forma discreta.

No terceiro capítulo, “Momentos e Movimentos das Parteiras Tradicionais da RIDE”, intensifiquei o olhar sobre os documentos e as fontes orais referidas, cuidadosamente organizadas, das narrativas em séries das parteiras tradicionais. A partir de então, pude perceber como as parteiras se vêem e como se constituíram a partir dos aspectos que arquitetaram sua emergência, a permanência e o campo discursivo que ancoraram a genealogia de suas vidas e trajetórias no ofício do partejar. Esse processo foi discutido a partir do olhar sobre os aspectos que constituem o sujeito em sua dupla dimensão: como sujeito a alguém ou a algo; e, àquela vinculada à sua identidade pela consciência de sujeito sociocultural, político e histórico.

A partir dessa perspectiva pude apreender os sentidos vinculados às subjetividades no e do partejar, a percepção do Corpo Feminino e a Experiência do Parir e do Partejar, a partir da representação e do sentido presentes nos discursos analisados. Desse olhar apreendi a relação entre o fazer das parteiras e a dádiva – a dimensão da reciprocidade / solidariedade que lhes são peculiares. Entendi que o paradigma das parteiras tradicionais – rituais e práticas usadas foi engendrado no contexto dos saberes-experiências, sistematizados e transmitidos intergeracionalmente.

As Considerações Finais apresentam as reflexões e as possíveis respostas ao desafio que representou historicizar a trajetória das parteiras, analisar seus discursos e narrativas vinculadas às fontes orais e documentais que constituem o corpus dessa tese.

Todas as Vidas

Vive dentro de mim uma cabocla velha de mau-
 olhado,
 acocorada ao pé do borrarho, olhando para o fogo.
 Benze quebranto. Bota feitiço... Ogum. Orixá.
 Macumba, terreiro. Ogã, pai-de-santo...

Vive dentro de mim a lavadeira do Rio Vermelho.
 Seu cheiro gostoso d'água e sabão.
 Rodilha de pano. Trouxa de roupa, pedra de anil.
 Sua coroa verde de São-Caetano.

Vive dentro de mim a mulher cozinheira.
 Pimenta e cebola. Quitute bem feito.
 Panela de barro. Taipa de lenha.
 Cozinha antiga toda pretinha.
 Bem cacheada de picumã.
 Pedra pontuda.
 Cumbuco de coco.
 Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim a mulher do povo.
 Bem proletária.
 Bem linguaruda, desabusada, sem preconceitos,
 de casca-grossa, de chinelinha, e filharada.

Vive dentro de mim a mulher roceira.
 -Enxerto de terra, Trabalhadeira.
 Madrugadeira.
 Analfabeta.
 De pé no chão.
 Bem parideira. Bem criadeira.
 Seus doze filhos, Seus vinte netos.

Vive dentro de mim a mulher da vida.
 Minha irmãzinha... tão desprezada,
 tão murmurada... Fingindo ser alegre seu triste
 fado.

Todas as vidas dentro de mim:
 Na minha vida - a vida mera das obscuras!

Cora Coralina

CAPÍTULO I
CAMINHO METODOLÓGICO

1 O SILENCIAMENTO DAS PARTEIRAS DA RIDE: A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

As parteiras tradicionais atuam em um dos processos vitais mais ritualizados em diferentes sociedades e tempos. Na região de Brasília – Distrito Federal e Entorno/RIDE, estas mulheres estão parando de trabalhar, muitas dessas já não mais partejam.

Tal fato tornou-se perceptível ao me deparar com a inexistência de registros escritos sobre suas presenças e experiências acumuladas. Até mesmo entre os dados oficiais sobre partos, no sistema de saúde dos municípios estudados, não se encontra referência a estas mulheres. Se existem fontes documentais e historiográficas, essas parecem estar indisponíveis para ampla circulação, ou seja, em bibliotecas, arquivos, centros de pesquisa ou centros de documentação popular. Existe apenas uma memória oral que guarda os saberes-experiências do partejar, que é transmitida pelo ato de contar, de uma mulher para a outra, assim como de uma geração para a geração seguinte.

No caminho percorrido até essa investigação, já em 2004, participei do Encontro da Rede Nacional de Parteiras Tradicionais – RNPT, na Bahia, e percebi que a maioria das parteiras vinha de outras regiões do país, principalmente do Norte e Nordeste, local com marcante presença dessas mulheres organizadas em associações. Naquela ocasião, tive oportunidade de conversar e interagir com parteiras de vários estados, com exceção daquelas da região do Entorno do Distrito Federal, pois nenhuma delas estava presente no evento e nem cadastradas na RNPT.

Diante dessa situação, constatei a inexistência de dados, bem como de estudos sobre o viver, o saber e o fazer das mulheres envolvidas com a arte e ofício de partejar. Desconhecem-se suas raízes, dificuldades, desafios e realizações, seus múltiplos e valiosos papéis, seus movimentos e trajetórias.

Este estudo se afirma na perspectiva de contribuir como registro histórico das trajetórias e saberes-experiências das mulheres que partejam registradas pela História Oral (HO), por estarem condenadas à ‘cultura do silêncio’, na região do Entorno do Distrito Federal.

Com essa pesquisa pretendi contribuir para tirá-las do silêncio em que se encontram, que enfraquece o reconhecimento desses sujeitos e suas práticas. Tal conflito ocorre em resposta às relações de poder entre os papéis e suas implicações ideológicas, que trazem em seu bojo o entendimento do parto e do nascimento como ato biológico em detrimento da sua consideração como vital e evento cultural, portanto multidimensional, que envolve sentidos e valores diversos.

Está havendo uma “perda”, isto é, o paulatino desaparecimento de seus saberes-experiências, em consequência à abordagem do modelo biomédico inserido no parto e nascimento. Processo que indica e revela a intenção de excluir as mulheres do papel central do partejar e do parir, à medida que houve abertura para a entrada, em grandes proporções, da tecnologia e medicalização do parto e nascimento, representando a relação do poder médico instituído contra um saber oral transmitido entre gerações.

Esta situação ocorre em muitos municípios de diferentes estados brasileiros. Mesmo quando a parteira representa a única alternativa de atenção às mulheres, poucas continuam a atuar, seja em áreas rurais, rurbanas²⁴ e urbanas, por inexistência ou por dificuldade de acesso ao serviço de saúde público e/ou privado, ou por escolha da própria mulher, não obstante seja um direito assegurado na atual Constituição brasileira.

Cabe ressaltar que, mesmo nos lugares onde há assistência pública disponível, está longe de suprir as necessidades das mulheres por não contemplar os aspectos sensíveis do afeto e das emoções nas relações e necessidades humanas. Sandra Caponi,²⁵ ao se reportar aos programas de atenção à saúde, sugere que estes serviços precisam colocar o respeito acima da compaixão e a solidariedade acima da piedade.

Por outro lado, são consideradas de grande valor para a história e para as pessoas que contavam com esse ofício e com a cultura do partejar em

²⁴ Áreas “rurbanas” são regiões situadas na fronteira entre o campo e uma urbanização precária, tal é o entendimento de Heitor Frugoli Jr (2003, p. 04). Maiores detalhes vide: FRUGOLI JR., Heitor. A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 52, June 2003, p. 04.

²⁵ CAPONI, Sandra. Da compaixão à solidariedade uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

domicílio. Do mesmo modo, as parteiras tradicionais constituíam referência importante para o atendimento e assistência às comunidades e nos seus lares.

Na atualidade, está ocorrendo a ressignificação do trabalho desenvolvido pelas parteiras e sua relação com a emergência do paradigma da humanização, que se efetiva no respeito ao protagonismo das mulheres no ritual de parto, inspirando, correspondendo e embasando o Programa institucional de Humanização ao Parto e Nascimento, no Sistema de Saúde – SUS,²⁶ que desencadeou o HumanizaSUS.²⁷

Cabe destacar que, nas últimas décadas, tem sido observado um renovado interesse de pesquisadoras (es) sobre o ofício das parteiras e pelas práticas populares de saúde no Brasil. Tal é o caso da experiência realizada no estudo²⁸ e programa direcionados às parteiras quilombolas, da comunidade do Moinho, município de Alto Paraíso uma das áreas de reduto desse povo no estado do Goiás, dentre tantos outros desenvolvidos nos estados do Norte e Nordeste.

Dessa maneira, essa problemática de estudo se justifica pela necessidade de registrar e incluir a participação dessas parteiras na história da região, pois entendo que os saberes-experiências desenvolvidos e presentes nas comunidades rurais e periurbanas foram engendrados no cotidiano e na reciprocidade entre mulheres e famílias.

Para alcançar o entendimento desse objeto de estudo, esclareço a noção de trajetória como sendo uma série de posições e atitudes em processo, vivenciada por uma mesma pessoa, ou por um mesmo grupo, em um determinado espaço, em um tempo linear, onde se vivencia o ofício do partejar.

²⁶ Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento – PHPN foi instituído pelo Ministério da Saúde em 01 de junho de 2000 (Portaria 569, publicada no Diário Oficial da União em oito de junho de 2000, na seção 1, página 4) e constitui-se numa resposta às necessidades de atenção específica à gestante, parturiente, ao recém-nascido e à mulher no período pós-parto.

²⁷ Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1342, Acesso em out. 2008.

²⁸ ATTUCH, Iara Monteiro. Conhecimentos tradicionais do Cerrado: sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2006.

Para trabalhar com a categoria trajetória, destaco o entendimento de Vicente Faleiros:

As trajetórias sociais de cada indivíduo trazem imbricados processos de construção e desconstrução de poderes que se entrecruzam, configurando mudanças de relações. Esse processo de mudança nas relações implica rupturas que se manifestam em desavenças, revoltas, resistências, deslocamentos e continuidades²⁹.

Apliquei tal entendimento como orientação para a pesquisa e para uma melhor interpretação dos aspectos que integraram a trajetória das parteiras tradicionais, segundo o qual esse autor considera que “[...] a representação que indivíduos e grupos fazem de si mesmos depende das crenças, valores e referências culturais que se adotam no cotidiano”.³⁰

No fazer desse trabalho pude observar a baixa frequência, na verdade a quase inexistência da transmissão da arte e ofício de partejar pelas mulheres na região do Entorno do Distrito Federal nos dias de hoje. Tal observação torna-se mais grave e melhor testemunha dessa realidade, por trabalhar com as mulheres que tiveram sua atuação consolidada no atendimento ao processo de gestar e parir na segunda metade do século passado.

Dentre elas, a maioria parou de disponibilizar seu ofício a partir dos anos de 1980, o que culmina na escassez da transmissão oral. Essa se ancorou na relação dialógica em que são engendradas as experiências que envolvem a parteira transmissora e as ajudantes de parteira que poderiam se tornar aspirantes e aprendizes, e aquelas mulheres gestantes e ou em trabalho de parto, que recebem os cuidados, as práticas e saberes que fundamentam o partejar.

Nesses momentos vivenciados, reais e de interlocução, em que se integram mulheres e seus diferentes papéis e interesses, acontece a transmissão oral que dá significado aos rituais e às práticas de cuidado usadas em cada situação e suas especificidades, coroando essa transferência com a

²⁹ FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 77.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 74.

demonstração real, ao vivo, porém de forma simples e efetiva quanto ao uso das ervas em chás e banhos; orações e cantos de rezas, simpatias e evocações; toques e posições que compõem os saberes experiências da arte e ofício das parteiras tradicionais.

2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO – RIDE

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE³¹ é uma microrregião do estado de Goiás, que pertence à Mesorregião do Leste Goiano, no Centro-Oeste brasileiro e tem como característica demográfica uma população que foi estimada em pouco mais de um milhão de habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.³² Constituída por 16 cidades satélites, 22 municípios, sendo 19 de Goiás e 03 de Minas Gerais, e o Distrito Federal. Compreende uma área total de 38 mil km² (Figura 1).

³¹ RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno é constituída pelas cidades satélites de Taguatinga, Ceilândia, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Samambaia, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo, Guará, Paranoá, São Sebastião, e Cruzeiro. E pelos Municípios de Formosa, Planaltina de Goiás, Vila Boa, Cabeceiras, Água Fria, Padre Bernardo, Mimoso, Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cristalina, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Unaí, Cabeceira Grande, Buritis, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Alexânia, Abadiânia, Cocalzinho, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas.

³² BRASIL. Censo, 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

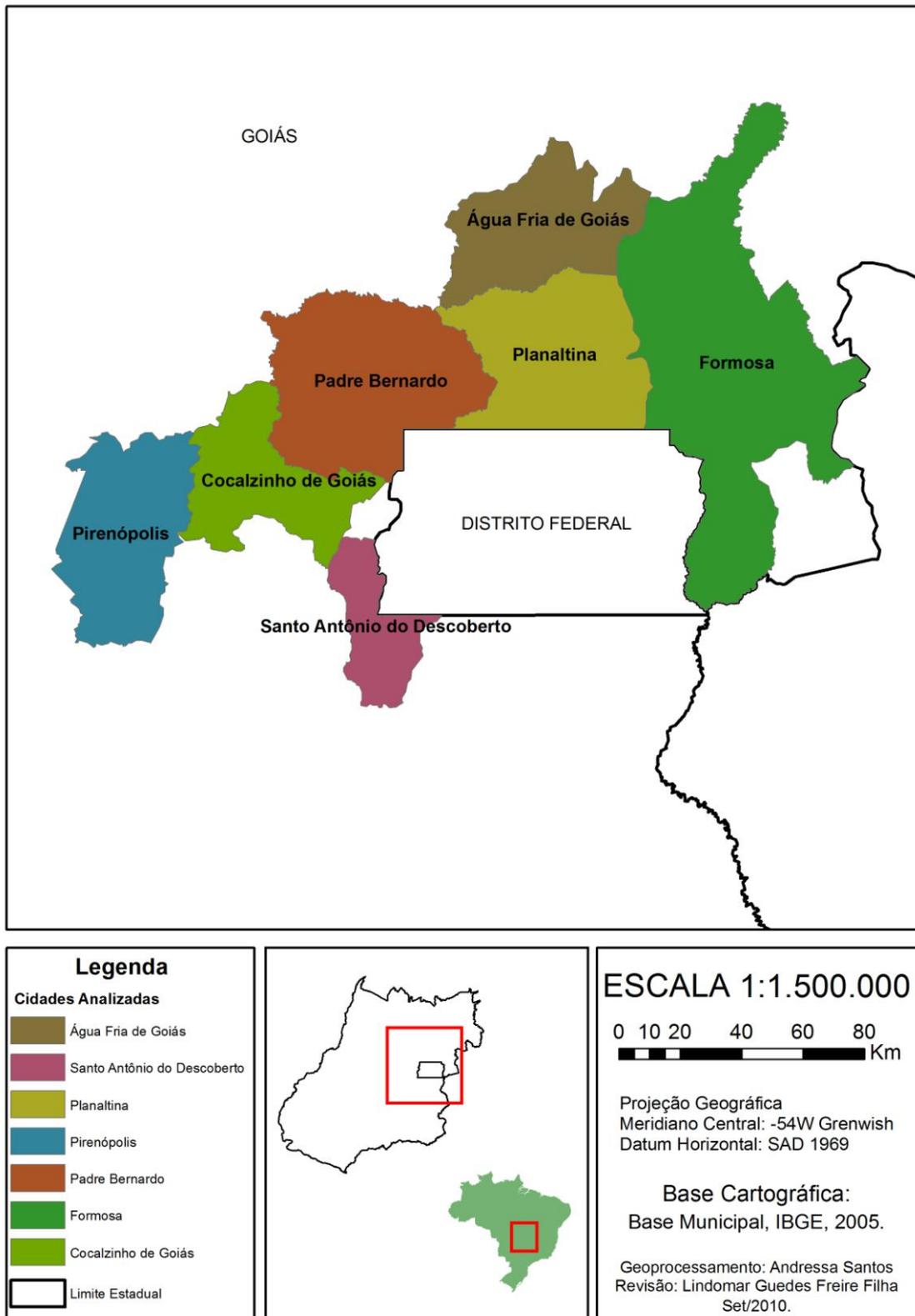


Figura 1. Localização dos municípios goianos/Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno que serviram de cenário para a pesquisa das Parteiras Tradicionais.

As fontes documentais sobre os aspectos históricos do Goiás e dos Municípios goianos que serviram de cenário para essa pesquisa – Formosa, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis e Santo Antônio do Descoberto – disponibilizaram a caracterização destes, em termos de serviços e população, vindo a corroborar com o entendimento sobre a situação das mulheres no estado do Goiás. Essas fontes nos colocaram frente a frente com o discurso posto da literatura e historiografia goianas, relativas aos Séc. XVIII e XIX, a exemplo do que Nádia Lima³³, a qual escreve:

Refletindo a mentalidade da época, em que as mulheres não tinham papel de destaque na sociedade, há poucos registros sobre a história feminina em Goiás nos séculos iniciais de sua formação. Em um período em que as doenças não eram tratadas por médicos e sim por curandeiros e benzedores, os remédios eram receitas caseiras e orações, e os nascimentos realizados por parteiras, as doenças que acometiam a população feminina foram parcamente registradas.

Assim, pude entender que a herança cultural, do tempo colonial, sobre o comportamento das mulheres é visível nas formações discursivas que se faziam presentes e reverberaram dos “[...] ideais de virtude e feminilidade associados à timidez, ao acanhamento, à submissão e à obediência da mulher ao homem”.³⁴

Esses discursos eram difundidos e repetidos sem oportunidade para perguntas a respeito do que havia por trás dos interesses que escondiam, como artifícios de controle que regularmente compõem as formações discursivas, engendradas para dar forma às lutas de classe e hierarquia de gênero e de papéis. Não se questionava o que estava dito e o não-dito, sobre o que recobrem a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam³⁵.

Tal ênfase social era dada às expensas da valorização do comportamento natural da submissão e obediência das mulheres, como uma

³³ LIMA, Nádia. História da ginecologia e obstetrícia em Goiás. 2004, p. 13.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política*. São Paulo: Forense Universitária, 2004, p.124.

determinação, para conformar a opressão como traço cultural. Compreensão e pensamento que se encontram presentes nos estudos de vários autores, dentre os quais Anthony Giddens;³⁶ Maria José Pereira e Elizabete Bicalho;³⁷ Maria Dalva Souza;³⁸ Lauro de Vasconcellos.³⁹

Diante desse contexto histórico e cultural dos municípios da atual região do Entorno, afloram as novas tendências socioculturais trazidas à medida que se estruturava a nova Capital Federal e sua correspondente imigração, como se pode ver num breve relato sobre a criação do Distrito Federal e os municípios da RIDE, palco desse estudo.

2.1 Criação do Distrito Federal

Desde 1955, a região e a população de Goiás vivenciaram conflitos e paradoxos com a aproximação da construção de Brasília-DF, frente aos tumultos e dramas que ocorreram com o desdobramento do processo de desapropriação das terras para a construção da futura capital, consolidado pela “Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital da República”.⁴⁰ Segundo Luiz R. Magalhães:⁴¹

A aproximação do cenário e da odisséia da construção de Brasília permite-nos vislumbrar outras narrativas. Outros dramas. Outras tramas reveladoras de graves conflitos. Conflitos que ficaram abafados pelo filtro oficial da história da região e da construção de Brasília.

³⁶ GIDDENS, Anthony. A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Enesp, 1993.

³⁷ ROCHA. Maria José Pereira e BICALHO. Elizabete. Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930 – 1993). Goiânia: Editora UCG, 1999.

³⁸ SOUZA, Maria Dalva Borges de Lima Dias de. Violência, poder e autoridade em Goiás. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Distrito Federal. 1999.

³⁹ VASCONCELLOS, Lauro de. Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: editora da UFG, 1991.

⁴⁰ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - SEÇÃO 1 - 08/01/1953, P. 347. LEI Nº 1.803, DE 5 DE JANEIRO DE 1953. Criação da Comissão de Localização da Nova Capital.

⁴¹ MAGALHÃES, Luiz Ricardo. A terra como lugar (a questão fundiária no Distrito Federal (artigo aprovado em 29-08-05.), p. 02.

Diante desse contexto, pode entender que para aqueles que comungavam da perspectiva oficial – políticos e técnicos da Comissão – a terra representava um simples fator de mercado. Porém, em contrapartida, esse fato teve outras representações para as populações tradicionais e comunidades locais dessa região do Planalto Central. De onde é possível destacar que:

A 'terra' não se reduzia a um simples fator de mercado. (...) a terra apresentava-se como depositária de representações identitárias extremamente complexas com amplos desdobramentos sobre a dinâmica das lentas elaborações culturais da região do Planalto Central.⁴².

Por certo, tal situação engendrou uma dualidade de valores a partir da criação do território do Distrito Federal, o que pode ter ocasionado uma paulatina negação do status da identidade regional existente anteriormente, vindo a se produzir uma outra concepção de região e de identidade para moradores(as) nativos(as) do Goiás, que segundo esse mesmo autor:

Apresentavam-se como exteriorizações de uma luta de representações entre o que se concebia como moderno e o seu contrário, o arcaico, o tradicional, o outro, enfim.

A nova região (o DF), portanto começava a definir-se pela negação do status existente anteriormente. Precisava, para ser aceita, de uma autoridade reconhecida nos dois mundos em confronto para exercer o poder por si".⁴³

Frente a toda essa conjuntura, pode entender que as pessoas e os grupos locais passaram a ser vistos e a se verem diante de dois movimentos opostos, ou incluíam-se na conquista de um novo status e identidade, a partir do apelo cívico da nova Capital Federal, ou resistiam como sertanejos (as) e verdadeiros (as) "representantes da antiga região, de transmitir às novas gerações os contextos culturais temporariamente banidos".⁴⁴ Diante desse olhar é possível observar que:

⁴² MAGALHÃES, Luiz Ricardo. A terra como lugar (...) Op. Cit., p.05.

⁴³ Idem, ibidem, p.06.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 02.

A própria oposição ao que agora se estabelece como dominante pode favorecer ao reconhecimento da região, pois se apresenta como algo relevante na divisão entre as propriedades objetivas (território, costumes, concepções religiosas, danças, memórias, etc.) e as subjetivas (sentimento de pertença) ou representações que contribuem para a própria divisão. Este é o contexto de uma afirmação legítima.⁴⁵

Como consequência deste cenário, muitos desdobramentos podem ter contribuído para o aforismo que serviu de base ao comportamento das mulheres que viveram a cultura do silêncio nessa região, o que por certo está associado à carga das restrições a que foram submetidas, com a presença do modelo imputado pelas concepções modernas de gestão dos recursos e do próprio tempo, como analisa Pedro Célio Borges⁴⁶ e Magalhães.⁴⁷

Situação que se aplica àquelas que hoje, raramente, desempenham o ofício de parteiras. Por certo, engendrou as formações discursivas que influenciaram a prestação de cuidados e a disponibilidade das parteiras dessa região, a partir dos aspectos vinculados aos padrões culturais, incutidos pela religião, tradição e conservadorismo, que certamente se somam com a dificuldade e ou falta de acesso aos equipamentos públicos de saúde.

Diante dessa percepção cabe registrar que a criação do Conselho Administrativo da RIDE – COARIDE⁴⁸ teve como finalidade estruturar a ação pública para os estados de Goiás e Minas Gerais e para seus municípios abrangidos pela nova Capital Federal e superar as consequências produzidas pelo processo de ocupação da região.

Aponta para proposições que torna possível perceber como o processo de ocupação tem provocado desequilíbrios econômicos e sociais

⁴⁵ MAGALHÃES, Luiz Ricardo. A terra como lugar (...) Op. Cit..

⁴⁶ BORGES, Pedro Célio Alves. Ruralismo, síndrome de periferia e Estado – mitos políticos e identidade regional em Goiás. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1998, p. 62.

⁴⁷ MAGALHÃES, Luiz R. A terra como lugar (...) Op.cit., p.13.

⁴⁸ O COARIDE - Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000, na estrutura do Ministério da Integração Nacional. Esse conselho é composto por representantes do Governo Federal, do Distrito Federal e dos Estados e Municípios que integram essa região, presidida pelo Ministro de Estado da Integração Nacional.

entre o Distrito Federal e seus municípios vizinhos, que absorveram grande parte do contingente populacional que se deslocou para a região, mas permanecem carentes de infra-estrutura e equipamentos sociais.

2.2 A Estrutura de Serviços de Saúde do Distrito Federal

A estrutura dos serviços de saúde tem predominância em serviços públicos, com ampla oferta de serviços hospitalares, centrado no modelo biomédico. Para melhor o entendimento dessa conjuntura e sua relação com os dados obtidos pelas parteras tradicionais da RIDE, destaca-se a informação de que o número de leitos/habitantes sofre variações com a inclusão da população da RIDE, conforme estudo realizado por Pires, Göttems et al.⁴⁹

Segundo informações disponíveis no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES,⁵⁰ a rede pública de hospitais do DF contempla 3.997 leitos próprios e 659 leitos conveniados, num total de 4.656. Esse quantitativo corresponde a 2,04 leitos/1.000 habitantes, considerando somente a população residente no DF. Incluindo a população do Entorno, o índice cai para 1,4 leitos/1000 habitantes.

A análise das características do DF, como uma cidade-estado, que não possui município, evidenciando que nos 22 municípios da RIDE a situação é bastante desfavorável em relação à oferta de serviços, se comparados ao Plano Piloto e suas cidades satélites/DF, em cujo cálculo foram considerados todos os leitos do Sistema Único de Saúde – SUS, quer públicos ou conveniados. Dos municípios da RIDE, 50% possuem quantitativo de médicos abaixo dos parâmetros recomendados. Além disso, o número de leitos é insuficiente ou inexistente na maioria deles.

Ao obter essa informação, teve-se uma nova compreensão desse contexto, o que permitiu perceber que a atuação dessas parteras, apesar de não reconhecidas e apoiadas pelo SUS nos municípios da RIDE, poderia ser reconhecida e apoiada pelo estado do Goiás e seus municípios, onde

⁴⁹ PIRES, Maria Raquel Gomes Maia; GOTTEMS, Leila Bernarda Donato; GUILLEM, Dirce Matos et al. Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2007.

⁵⁰ Disponível em <http://www.cnes.datasus.com.br>, acesso em março de 2007.

continuam presentes e dispostas a atuarem, apesar de inseguras diante das ameaças a que foram expostas e de estarem envelhecendo, o que dificulta sua disponibilidade para atuar nesse ofício.

Frente a essa complexa realidade, em especial das extremas desigualdades do sistema de saúde dos municípios do Entorno em relação ao do DF, é importante destacar a situação daquelas cidades que serviram de palco para esse estudo, sumarizada no quadro 1.

Tais dados estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborados a partir de dados dos censos de 1991 e de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, trazem informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), de todos os municípios brasileiros, o que tornou possível conhecer os aspectos e os indicadores de oferta do Serviço de Saúde dos municípios de Pirenópolis, Formosa, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Santo Antônio do Descoberto, todos do estado do Goiás.

Quadro 1. Municípios da RIDE. Indicadores de oferta do Serviço de Saúde e do Índice de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal e municípios goianos do Entorno – Distrito Federal- 2007.

Municípios	População	Leitos/ 1.000 hab.	Médicos/ 1.000 hab.	Populaçã o/ UBS	IDHM
Formosa	92.331	1,9	1,3	5.431	0,750
Padre Bernardo	25.220	1,0	0,8	3.153	0,700
Pirenópolis	21.240	3,1	1,1	1.770	0,713
Planaltina	98.491	0,8	1,4	4.690	0,723
Santo Antônio do Descoberto	78.995	1,0	0,5	3.762	0,709
Distrito Federal	2.277.259	2,04	3,5	23.726	0,849
Média Entorno	1.168.039	0,91	0,94	4.563	0,727

FONTE: Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde, 2007. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2000

UBS- Unidade Básica de Saúde; IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios; CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

Nesses municípios vivem as parceiras colaboradoras que foram pesquisadas.

Assim, os dados bibliográficos que serviram de fontes trouxeram informações preciosas sobre o contexto das trajetórias e experiências das parceiras

tradicionais, que vivem nesses municípios e assentamentos. Estão expostas às reverberações desse conflito de identidade, resultante da exposição aos aspectos culturais e políticos da ‘nova’ Capital Federal, apesar de serem interioranas e do campo, como efeito das tecnologias de poder que serviram de ameaças à sua atuação.

A situação das parteiras tem relação com a proposta de desenvolvimento da região do Centro-Oeste, determinada por fatores socioculturais e estratégias capazes de lidar com o planejamento da modernidade que estruturou o DF, como perspectivas para levar em conta a influência mútua com a “cultura de elite e com as indústrias culturais”, como entende Ivany Neiva.⁵¹ Tal perspectiva poderia ser observada como resultado da reconfiguração do ofício das parteiras como processo cultural, que infelizmente não houve interação e transferência simbólica entre os saberes populares e acadêmicos, como ação social capaz de combinar concorrência e cooperação, conflito e participação, saberes tradicionais locais e conhecimentos científicos. Essa perspectiva poderia, desta forma, caracterizar-se pela articulação entre as estratégias de desenvolvimento e as especificidades culturais inerentes aos contextos territoriais das racionalidades constitutivas do ofício das parteiras.

De onde pude entender que diferentes acepções acerca de desenvolvimento podem representar o desafio de interagir com a competitividade e a solidariedade, em desdobramento aos modelos de atuação no partejar – modelo biomédico e o modelo dos saberes-experiências que engendraram o ofício das parteiras. Situação que reverbera para a política de silenciamento dessas mulheres na região do Entorno do Distrito Federal.

3 CONSTRUINDO AS MEMÓRIAS DAS PARTEIRAS

3.1 Genealogia e a História Oral

Por se tratar de um estudo de cunho qualitativo, é importante registrar que durante o período de desenvolvimento da pesquisa já existia certa

⁵¹ NEIVA, Ivany Câmara. *Devoção na Folia: comunicação popular, permanências e transformações*, 2007. Trabalho apresentado no 7º Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Santos-SP, 2007, p. 12.

familiaridade com o cotidiano pesquisado e a interação com os sujeitos das práticas tradicionais e populares de partejar.

Diante dessa realidade, pode-se observar como as parteiras constroem suas experiências, de forma dinâmica e interativa. Tal percepção solicita a ampliação do entendimento sobre a forma de lidar com a abordagem metodológica nesse trabalho, tendo em vista que, nos estudos feministas, durante a produção do conhecimento, “abrem-se para um campo multidisciplinar e defendem a pluralidade metodológica”, tal como entendem Marta Narvaz e Sílvia Koller,⁵² que destacam:

As epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (Keller, 1985; Harding, 1986) e resgatando o papel da emoção e da experiência feminina na produção do conhecimento científico.

Daí, a necessidade de entender que a intenção e o grande objetivo desse estudo:

É a estreita aproximação dos dados, de fazê-los “falar” da forma mais completa possível, abrindo-se para a realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos é a flexibilidade. Flexibilidade quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita; e heterodoxia no momento da análise dos dados, na medida em que o acúmulo de material obtido por meio dessa metodologia exige capacidade integrativa criadora e intuitiva do pesquisador,⁵³

Assim, a flexibilidade foi considerada como um dos pontos principais para definir a escolha pela História Oral como instrumental que permite explicitar o contexto em que se deu esse estudo, evidenciando a clareza de

⁵² NARVAZ, Marta Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*. Maringá-Sp, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez 2006, p. 651.

⁵³ MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Pesquisa Sociológica e metodologia qualitativa. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 30, n. 2, may/aug 2004, p.292.

sua problemática, os sujeitos e a intenção que ancoram o ato e esforço do pesquisar.

Diante dessa compreensão, me foi possível direcionar o olhar e articular com as parteiras, na perspectiva desse processo investigativo. A partir dos encontros e diálogos com essas mulheres, em suas comunidades e nos eventos de extensão na UnB, parte delas se entusiasmou para contribuir com esse estudo, como sujeito de pesquisa ou indicando outras parteiras de suas comunidades, usando a técnica de bola de neve.

As parteiras articuladas nesses encontros se dispuseram a responder ao questionário (apêndice) sobre dados pessoais e sociodemográficos, estabelecendo uma relação dialógica tranquila e de confiança, permitindo o acolhimento de suas lembranças, emoções e descontentamentos ao expressarem suas trajetórias, ao verbalizarem que estão afastadas da atividade do partejar, que lhes são muito caras e gratificantes.

A opção em trabalhar com a HO deu-se por ser um procedimento metodológico mais adequado às características da problemática tratada, que possibilitou registrar e preservar informações primárias sobre as parteiras, abordar identidades e memórias, com a participação efetiva das pessoas que detêm a vivência histórica de suas próprias trajetórias, mediada pela participação de “pesquisadores do tempo presente que se preocupam em minimizar as lacunas históricas”.⁵⁴

Considerei a HO por possibilitar que a voz das parteiras da região emergisse para produzir e registrar suas memórias, sem descuidar da oportunidade de lhes retornar o conhecimento produzido, bem como disponibilizá-lo para quem se interessa e necessita deste discurso, sem deixar de preservar a atitude científica da pesquisa e de seu produto.

Para partilhar e realizar uma nova maneira de compreender o mundo das mulheres que partejam, é importante reforçar que o partejar trata-se de uma tradição transmitida oralmente, de geração para geração.

⁵⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 156.

Há séculos, a arte de partejar e o ofício das parteiras enfrentam um processo de resistência. Processo que se expressa por meio das relações de poder sobre a representação de quem parteja, evidenciando a força das relações sociais hegemônicas no campo médico - predominantemente androcêntrico e hegemônico – responsáveis pela normatização do saber e dos procedimentos e técnicas tidas como paradigmáticas. Nesse espaço se evidencia a presença das assimetrias de poder vinculadas à condição de gênero.

Para Foucault,⁵⁵ “onde há poder há resistência”, uma vez que indica a possibilidade de criar estratégias para recuperar espaços e direitos, exercitar contrapoderes, suscitar memórias e subjetividades negadas, pois o saber instituído se afirma com poder, invisibilizando outras formas e tipos de saberes. Esta afirmativa pode ser aplicada com relação à experiência das parteiras, ou seja, elas estão sendo excluídas e negadas, a partir da medicalização e da abordagem que considera o parto como ato médico, negando a possibilidade da participação efetiva das mulheres durante o processo de gestar e parir.

Tendo em vista que as parteiras se encontram afastadas e silenciadas, passei a trabalhar com a HO para reconstruir, a partir das fontes orais, fontes e registros na região do Entorno do Distrito Federal, a história destas parteiras.

Dentre várias (os) estudiosas (os), Camargo,⁵⁶ Ferreira e Amado⁵⁷ entendem que a História Oral é um recurso importante para melhor se entender algumas realidades atuais, sendo ao mesmo tempo, uma fonte e uma técnica; mas a grande preocupação é convertê-la em procedimento metodológico articulado, cujos resultados se somem para a obtenção de fontes confiáveis, produzindo conhecimento.

Seu caráter multidisciplinar permite interagir com várias disciplinas, como mostra Alberti, para quem a História Oral é:

⁵⁵ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 6. ed., 1986, p. 186.

⁵⁶ CAMARGO, Aspásia. *História Oral e Política*. In: MORAES, Marieta de Moraes. *História oral: um inventário das diferenças*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

⁵⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo.

[...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.⁵⁸

Tal característica se aplica a esse estudo e vem contribuir para analisar o complexo contexto socioeconômico e cultural da atualidade enfrentado pelas parteiras tradicionais.

O depoimento oral tem a veemência peculiar de documentos pessoais, pois diz de alguém que relata a sua própria experiência, e que com

Sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.⁵⁹

Partindo desse olhar, considere-se que, no contexto do presente estudo, as fontes orais revelaram a historicidade do processo de constituição, subjetivação, apropriação e também de resignificação das trajetórias das parteiras, como movimento que está acontecendo desde as últimas décadas do século XX. Optei, portanto, por desvelar a realidade social que ancora as trajetórias dessas mulheres, por meio de seus discursos e narrativas construídas a partir das entrevistas realizadas.

Para aperfeiçoar a coleta dos dados, levei em conta a dialogicidade desses momentos, deixando fluir e exprimir a empatia afetuosa, confiança, simpatia e cumplicidade sentida nas suas trajetórias, seus momentos e movimentos, assim como pela experiência, vinculados no partejar, abrindo

⁵⁸ ALBERTI, Verena. *Historia Oral: A Experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990, p. 14.

⁵⁹ ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 197.

espaço para aproximação e maior liberdade de observação, favorecendo a ação investigativa.

Esse processo permitiu estabelecer relação estreita com as parteiras, da forma mais efetiva e flexível possível, quando passei a compreender e apreender os sentidos atribuídos por elas próprias às suas trajetórias, desde os aspectos que as constituíram como parteiras, ancorando a emergência de suas experiências em suas comunidades.

Frente a essa compreensão, a HO foi considerada como abordagem que permitiu denunciar a pressão sofrida por essas mulheres e construir registros históricos sobre as participantes da RIDE. Para tanto, é importante considerar a necessidade da pessoa que está realizando a investigação ser aceita pelos sujeitos da pesquisa, de forma a assumir variadas condições, ora como partícipe, ora como observador, referindo-se "a necessidade de mergulhar na vida do outro", para que essa vida possa, em alguma medida, ser reconstituída, permitindo sensibilizar esses sujeitos para conquistar espaços e direitos sociais.

A partir de então, construíram-se suas narrativas, de onde foi possível apreender novas categorias relacionadas à emergência de suas trajetórias, vindo a corresponder à necessidade de abordar sua genealogia.

Daí afirmar que estes registros de vida – as trajetórias das parteiras – poderão oferecer novas condições para a releitura crítica de suas experiências, como estratégia para libertar da sujeição os saberes históricos, cunhados a partir da perspectiva do patriarcado.⁶⁰

Para otimizar a apreensão das narrativas, considerei, como Verena Alberti,⁶¹ o uso dos seguintes procedimentos metodológicos e sua aplicação para esse estudo, aqui adaptados:

A “escolha dos sujeitos” foi definida conforme os critérios de inclusão estabelecidos, assim como as condições e disponibilidade das parteiras

⁶⁰ Nesse estudo, o termo ‘patriarcado’ refere-se ao sentido dado aos modos de organização e dominação social que apontam para o exercício e presença da dominação masculina. Essa percepção se ancora em Weber (1964, p. 753), por considerar que a autoridade familiar e doméstica funda o patriarcado e implica uma determinada divisão sexual, *naturalizada*, sempre que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica.

⁶¹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História... *Op. Cit.*, p.156

constituindo um total de 20 respondentes aos questionários, dentre as quais 14 parteiras foram entrevistadas.

A “coleta dos depoimentos” teve início com a aplicação de um questionário aberto (apêndice A) para identificar as características sócio-culturais das mulheres, que permitiu conhecer dados necessários à sua inclusão nesse estudo, atendendo aos critérios previamente definidos. A seguir foi usado um roteiro semi-estruturado de entrevista (apêndice B) para a obtenção de informações sobre suas trajetórias como parteiras tradicionais.

A “atitude da historiadora” durante a gravação das entrevistas pautou-se em ação interativa e respeitosa, dialógica e flexível, obedecendo aos critérios éticos para pesquisa com seres humanos.

Enviei esforços e “cuidados em passar para a forma escrita o que foi falado”, de forma fidedigna, por meio de escuta acurada e repetida, para produzir a degravação dos conteúdos registrados nos questionários e entrevistas.

O “destino dado ao material produzido” foi o de transformá-lo em narrativas para interpretação e registro das fontes orais, portanto transformando-as em documentos.

Mas, para trabalhar esse objeto de estudo – a trajetória das parteiras da RIDE – tornou-se necessário a aproximação de Foucault, ao considerar que a pesquisa genealógica “se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida de si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo”.⁶²

Essa percepção se afina com a proposta de historicizar as parteiras e suas trajetórias, visto que esse autor tem o cuidado de esclarecer que a genealogia “é a proveniência; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma natureza ou da mesma baixeza”.⁶³

Aqui, não se tem o propósito de buscar a origem das trajetórias dessas mulheres, mas procurar os “acontecimentos históricos” que lhes deram

⁶² FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 6. ed., 1986, p. 17.

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 20.

sentido, “seus estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências”⁶⁴.

Assim, como a produção de sentido se apóia no pressuposto de que “conhecer é dar sentido ao mundo”,⁶⁵ percebi o empenho necessário para adentrar nessas fontes com olhar sensível e coração aberto, o que tornou possível apreender os aspectos constitutivos das trajetórias das parteiras, no cotidiano de suas histórias familiares, com suas discontinuidades.

Para isso, foi utilizado e adaptado o método genealógico, tendo em vista a possibilidade de constituir um saber histórico, que se coloca como uma forma de resistência e de luta contra os discursos legitimados, que cumprem este papel na atualidade, ordenando e hierarquizando os demais saberes em nome de um conhecimento “mais” verdadeiro e legítimo que os outros, como descreve Rogério Fae.⁶⁶

Essa compreensão permite adaptar os passos dessa abordagem para esse estudo, ao afirmar que:

A genealogia busca a origem dos saberes, ou seja, da configuração de suas positivities, a partir das condições de possibilidades externas aos próprios saberes; ou melhor, considera-os como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. Procura-se a explicação dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo discursivo, defendendo sua existência como elementos incluídos em um dispositivo político.⁶⁷

Assim, por meio da aplicação da primeira dimensão genealógica - a emergência - buscou-se conhecer os aspectos constitutivos das trajetórias dessas parteiras, por serem experiências reconhecidas e legitimadas como competências específicas, o ofício de partejar.

⁶⁴ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. (...) Op. Cit., pp. 19-20.

⁶⁵ SPINK, Mary Jane Paris and GIMENES, Maria da Gloria G.. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saude soc.* [online]. 1994, vol.3, n.2, p. 150.

⁶⁶ FAÉ, Rogério. Genealogia em Foucault. *Psicologia em estudo*, Maringá-SP, v. 9, n. 3, pp. 409-416, set/dez 2004.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, pp. 412-413.

Em seguida, tratei da permanência, a partir da qual procurei apreender os fatores relacionados à manutenção das atividades desenvolvidas pelas parteiras por considerar as relações de parentesco e a transmissão entre gerações – avó, mãe, filha e de parentes mais próximos.

Por fim, a adequação ao campo discursivo se refere às peculiaridades do tempo e do espaço em que ocorreram os aspectos sócio-culturais das mulheres envolvidas nessas práticas tradicionais. Nesse contexto, registrei as dificuldades de acesso aos equipamentos públicos de educação e de saúde, como uma realidade predominante no meio rural e periurbano, que atingiu e atinge as mulheres das gerações anteriores.

Entende-se que as etapas do método genealógico se apresentam para historicizar as condições de possibilidade e políticas das parteiras, uma vez que em todo discurso se manifesta um saber. Em outras palavras, o método genealógico estabelece a relação do saber com o poder, visto que: “[...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder”.⁶⁸

Considerarei a possibilidade de reconhecer as táticas usadas pela rígida intenção dos poderes hegemônicos, dentre eles a ciência, para separar o sujeito do conhecimento daquele sujeito da experiência, encobertos pelo pretexto da neutralidade científica.

Nesse sentido, a partir das fontes orais, este trabalho almejou constituir-se em uma abordagem que contribua para a ressignificação desse ofício, por meio da ação de registrar a memória das mulheres que partejam - sua história e cultura – restituindo-lhes o lugar e os sentidos de seus poderes como sujeitos ativos, no processo histórico dessa região.

Para que isso seja possível, levei em consideração as fontes orais como narrativas e registros que se tornaram “documentos”, pois relatam a história e os enfrentamentos vividos pelas parteiras tradicionais, que na visão de Le Goff,⁶⁹ “os discursos que as constroem, são transformados em monumento, portanto capazes de ser vinculado à memória coletiva”.

⁶⁸ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder* (...). Op.cit., p. 142.

⁶⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008, p. 536.

3.2 As Parteiras da Região do Entorno do Distrito Federal

Inicialmente, antes mesmo da formulação do projeto de tese, algumas parteiras já me eram conhecidas, como foi o caso de duas que habitam em Padre Bernardo e de outras duas moradoras em Santo Antônio do Descoberto-GO. Contudo sentiu-se a necessidade de ampliar e diversificar o grupo que se tornaria parte desse estudo, em outros municípios da RIDE.

Assim, para ter acesso às demais parteiras buscamos apoio de pessoas conhecidas nessas cidades, usando a técnica de "bola-de-neve". Dessa forma, algumas referências foram feitas por pessoas que conheciam outras parteiras identificadas como 'mulheres que antigamente pegavam menino', tendo em vista que, num primeiro contato, já não eram identificadas como parteiras. Assim, chegou-se às parteiras tradicionais da região do DF e Entorno (Quadro 2).

Dessa forma, foi possível ter indícios da adequação aos critérios estabelecidos para a participação como sujeitos de pesquisa, nas áreas rurais, urbana e urbana dos municípios de Formosa, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo, Água Fria e da cidade-satélite de Planaltina (DF), situados no Núcleo Regional Norte da RIDE. Este estudo compreendeu ainda os municípios de Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto, e das cidades de Taguatinga e Ceilândia, pertencentes ao Núcleo Regional Oeste da RIDE.

Dentre as vinte parteiras que aceitaram participar desse estudo, três delas precisaram de ajuda de familiares para fornecer seus dados sociodemográficos – uma no município de Pirenópolis, outra em Água Fria de Goiás e uma terceira em Formosa –, pois já não tinham disponibilidade física para falar sobre suas histórias de vida, em consequência do estado de saúde e do comprometimento da memória e lucidez.

A esse quadro, somou-se o avanço de idade, mais de oitenta anos, o que as impossibilitou de descrever suas trajetórias e outras informações solicitadas, que compõem o instrumento de coleta da pesquisa.

Tive acesso e contato com mais duas mulheres que desempenhavam atividades de parteiras, mas que, apesar de atuarem no atendimento ao parto e nascimento no Distrito Federal (DF), moravam fora de Brasília; uma delas em Planaltina (DF), e a outra, que mora em Cocalzinho

(GO). Ambas, durante as décadas de 1960 a 1990, tiveram atuação centrada no modelo técnico-científico e restrito aos espaços hospitalares. Foram treinadas na Escola de Enfermagem de Anápolis (GO), nos anos 1960, para atender às demandas específicas do DF e Entorno.

Quadro 2. Demonstrativo das Características Sociodemográficas das Parteiros da Região do Entorno do Distrito Federal –RIDE.

Município Origem	Municípios de Domicílio (Tempo ano)	Idade anos	Escolaridade	Religião	Estado civil	Cor
Água Fria de Goiás/GO/Santo Antônio Broncas	Água Fria de Goiás (80)	80	Analfabeta	Católica	Viúva	Morena
Anápolis	Cocalzinho (30)	65	1º grau	Evangélica	Casada	Branca
Arinos/MG	Formosa (40)	66	Alfabetização	Católica	Viúva	Morena
Brasília/DF/Fazenda Guariroba	Santo Antônio do Descoberto (52)	76	1º grau	Católica	Casada	Branca
Brejo Alegre/MG	Pirenópolis (41)	66	1º grau	Católica	Separada	Morena
Cabrobo/PE	Santo Antônio do Descoberto (20)	62	1º grau	Candomblé	Viúva	Negra
Corumbá/GO	Padre Bernardo (60)	63	Analfabeta	Católica	Solteira	Branca
Corumbá/GO	Padre Bernardo (60)	65	Analfabeta	Católica	Casada	Morena
Formosa/GO/Vão dos Angicos	Formosa (15)	77	Analfabeta	Católica	Viúva	Branca
Guarani/GO	Planaltina (22)	61	Alfabetização	Evangélica	Casada	Morena
Itamarandiba/MG	Planaltina (10)	73	Alfabetização	Evangélica	Casada	Morena
Juazeiro do Norte/CE	Padre Bernardo (8)	57	Alfabetização	Evangelica	Casada	Morena
Patos de Minas/MG	Santo Antônio do Descoberto (5)	74	Alfabetização	Católica	Viúva	Morena
Pirenópolis/GO/Fazenda Catingueira	Pirenópolis (30)	68	Analfabeta	Católica	Viúva	Morena
Pirenópolis/GO	Pirenópolis (55)	55	2º grau/Téc. Enfermagem	Católica	Casada	Negra
Pirenópolis/GO	Pirenópolis (41)	65	1º grau	Católica	Separada	Morena
Planaltina/GO	Planaltina (81)	81	1º grau/Auxiliar de Enfermagem	Evangélica	Casada	Branca
Pirenópolis/GO	Pirenópolis (70)	89	Analfabeta	Católica	Viúva	Morena
Pirenópolis/GO	Santo Antônio do Descoberto (40)	71	Superior/Enfermagem	Judaísmo	Solteira	Negra
Tacara/BA	Padre Bernardo (8)	60	Alfabetização	Católica/Evangélica/ Umbandista	União Consensual	Parda

Fonte: Dados sociodemográficos obtidos a partir dos questionários aplicados às parteiras tradicionais da RIDE.

As cidades de Taguatinga e Ceilândia, que surgiram nos anos de 1958 e 1970,⁷⁰ respectivamente, foram consideradas como estratégicas para o processo de ocupação periférica, onde se deu o grande aumento de fluxos migratórios de nordestinos, como destaca Maria Célia Caiado.⁷¹ Nestas, não foi possível encontrar as parteiras tradicionais que chegaram e atuaram, sendo as mais conhecidas dessa região, com a informação de que seis delas já haviam falecido.

Ao encontrar as parteiras em Ceilândia e Samambaia, DF, – com apoio de lideranças locais – tive informação de que estas haviam mudado de domicílio, já há alguns anos, sem deixar qualquer registro histórico de suas atividades.

Fato semelhante aconteceu com uma das parteiras de Pirenópolis (GO), que sofreu acidente de trânsito fatal ao retornar à sua cidade, em janeiro de 2008. Naquela semana, havia contactado seus familiares e agendado o encontro para realização da entrevista.

É necessário deixar claro que as parteiras têm características peculiares e relacionadas ao seu contexto de vida que forjaram suas trajetórias. Também observei que existe uma via de mão dupla: cada pessoa é influenciada e influencia a cultura e a história pessoal e social em que viveu, o que leva a entender a necessidade da não naturalização.

Tais acontecimentos, presentes em suas narrativas, requereram um olhar amoroso e sensível, particularidade que se alinhou diretamente com a abordagem da Teoria Feminista, capaz de servir de apoio na busca da compreensão desse objeto de estudo, que tem como um de seus desafios a considerar a dimensão subjetiva das entrevistadas. Tal postura se pauta no respeito mútuo e na conexão entre contextos, experiências e saberes, ao enfatizar a possibilidade de sistematizar a produção do conhecimento.

⁷⁰ GANEM, Roseli Senna et al. Ordenamento territorial e plano diretor: o caso do Distrito Federal. Cadernos ASLEGIS, v. 34, maio/ago 2008.

⁷¹ CAIADO, Maria Célia Silva. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasileira. São Paulo Perspec., v. 19, n. 4, Dec. 2005.

3.2.1 Parteiras e Deusas

Para identificar as parteiras tradicionais da RIDE, conferindo-lhes a devida importância e o sentido mais valorativo possível, recorri ao mundo da mitologia para nominá-las, preservando suas identidades, dando-lhes o cognome de *Deusas* (Anexo 2) de variadas culturas, espaços geográficos e temporalidades, tendo em vista as diversificadas características das mulheres que partejam nessa região.

Com base nesse olhar, utilizou-se a idéia de dispositivo, entendido como qualquer estrutura que permita tornar visível o que estava escondido na vida ordinária, no contexto das pessoas.

Inicialmente, foi possível, com a aplicação do questionário, definir a reconstituição das trajetórias de vida e realizar entrevistas – as fontes orais, com as catorze parteiras tradicionais, tornando-as parteiras colaboradoras desse estudo, com a seguinte distribuição:

- 01 parteira na área periurbana e 01 de área rural do Município de Formosa;
- 01 parteira de assentamento rural e 01 na área periurbana da cidade de Planaltina de Goiás;
- 01 parteira na área rural, 02 na cidade e 01 na área periurbana de Santo Antônio do Descoberto;
- 02 parteiras nos assentamentos rurais e 01 na área periurbana de Padre Bernardo;
- 02 parteiras no Alto do Bonfim e 01 no Centro de Pirenópolis.

Para descrever as parteiras desse estudo, adequando-as aos pseudônimos que as identificam, viveu-se a oportunidade de refletir sobre a cultura de suas comunidades e de suas trajetórias, que trazem sentidos diversos e peculiares às transformações vivenciadas, a partir dos valores e costumes atuais que não existiam na época em que viveram a transmissão oral e transgeracional do partejar.

Transformações e discontinuidades que promoveram modificações às relações sociais, à interpretação de mundo e à estrutura do ofício e ritual do partejar, tal como foi possível observar em suas narrativas.

Diante desse entendimento, as parteiras, na mitologia e na história, são identificadas como deusas e como ícones da criação. Assim, a história informa algumas de suas nomações:

- **Mama Occlo**, Deusa Inca que representa a Xamã interior, a mulher de sabedoria, capaz do encontro consigo mesma. Característica que tem semelhança com a parteira que recebe esse pseudônimo, considerando sua maturidade e centramento para viver as etapas de sua vida, assim como para a participação durante nossos encontros e na entrevista.

- **Dakini**, Deusa tibetana, que é chamada de "dançarina do céu", e considerada a divindade feminina da meditação. Valiosa colaboradora na compreensão e interpretação de textos sagrados. A parteira que recebe o nome dessa deusa transmite característica de pessoa compreensiva, capaz de entender textos e sinais orientadores do partejar, transcendendo suas condições de possibilidade, resultando em sincronia com o processo da parturiente que acompanhava.

- **Sirona**, Deusa celta das fontes, da magia e da cura e protetora das artes. Essa parteira tem forte presença junto às mulheres, sabe utilizar-se da sutileza e sensibilidade ancorando as ações de cuidados apropriadas para cada mulher;

- **Ceres**, Deusa romana da agricultura, protegia plantações e oferecia fartas colheitas e amor maternal. Característica que se adéqua à parteira que será identificada com seu nome, por ser uma mulher ligada à terra, às plantas medicinais e à sua família.

- **Dana**, Deusa celta, considerada a Deusa Mãe, progenitora das outras divindades. Reverenciada como Senhora da Terra, da água, da abundância, da plenitude da Natureza e da soberania. Assim será denominada essa parteira, por sua expressão de nobreza e de forte conexão com suas ancestrais, de onde intuía sua atuação.

- **Kali**, Deusa ancestral hindu com aspecto energizador, venerada com o arquétipo da Grande Mãe. Essa deusa tem relação com a parteira por ser uma mulher do silêncio regenerador e transmitir mansidão, beleza e singeleza.

- **Hestia**, Deusa grega do lar, simbolizada pelo fogo da lareira, protetora absoluta da família. Característica que tem relação com a parteira pragmática e determinada para atender as mulheres, cumprindo sua tarefa de forma resignada.

- **Yemanjá**, Deusa da nação ioruba, Oeste africano, regente do mar, da lua cheia, padroeira da fecundidade e da gestação, inspiradora dos sonhos e das visões, mãe divina protetora e nutridora que acalenta e mitiga as dores. Essa deusa tem forte relação com a parteira identificada com esse pseudônimo, por sua altivez e faceirice, alegria e despojamento, capaz de concretizar seus sonhos e planos de Vida, protetora e cuidadora de mulheres e crianças.

- **Pacha Mama**, Deusa dos povos andinos, provedora de todos os alimentos, nutridora e protetora de seus filhos. Característica que se adéqua à parteira por sua persistência em viver e trabalhar no campo, onde desempenhou suas habilidades como parteira, raizeira e benzedeira com convicção e fé.

- **Beltia**, Deusa babilônica, era "A Senhora", reinando nos céus, tinha a capacidade de aliviar sofrimentos, dar vida, alegria e prazer. A parteira que está identificada com essa deusa é uma mulher engajada na cultura popular, com muita fé, alegria e consciência de seu potencial de cuidadora.

- **Oxum**, Deusa da água doce, do ouro, da fertilidade e do amor. Orgulhosa da beleza que pensa ter por direito natural, não gosta da pobreza e nem da solidão. Características que se adéquam à parteira que identificará, por ser uma mulher bonita, corajosa e determinada a galgar os passos necessários à concretização de seus planos e sonhos vinculados às suas ancestrais, preservando a arte e ofício do partejar.

- **Oya**, Deusa dos raios, dos ventos e das tempestades. É uma espécie de entidade feminista, brilhante, conversadora e corajosa. Simboliza as estações do ano. A parteira que representa essa deusa tem características semelhantes, apresenta-se consciente de sua ancestralidade, foca-se na religiosidade e em seu papel social de cuidadora.

– **Damona**, Deusa celta das fontes e das águas termais, da fertilidade e cura. Assim, será chamada a parteira, por ser uma mulher forte e vinculada à terra e às águas, características do território onde vive e se sente bem, tendo desempenhado o ofício do partejar com expressão de brio e mansidão.

– **Jaci – Deusa** da Lua na mitologia tupi-guarani, Mãe Divina, protetora dos amantes e da reprodução, atração grande pelo mistério, silenciosa e realizadora, exerce grande atração e influência no meio onde vive. A parteira que recebeu seu nome é vista como uma pessoa estóica, de firme convicção na sua visão de mundo e na forma de cuidar das pessoas que lhe buscam, visível na expressão de sua fé e na forma como descreve suas experiências de parir e de partejar.

4 DISCURSOS E NARRATIVAS DAS PARTEIRAS

Inicialmente apliquei um questionário (Anexo 5), para identificação e registro de dados sociodemográficos, permitindo melhor conhecer parteiras, ouvindo-as e aprendendo sobre o contexto em que desempenhavam a tarefa do partejar.

Dentre as vinte parteiras identificadas a que tive acesso, 14 delas atenderam aos critérios desse estudo, que considerou a atuação do partejar no domicílio, como experiência construída por transmissão oral das mais velhas para as suas novas aprendizes, parentes e ou conhecidas da comunidade onde habitam.

O tipo de entrevista (Anexo 6) usada nesse estudo permitiu que as informantes respondessem livremente às indagações feitas de cunho confidencial e íntimo, com relatos muito ricos, expondo o contexto pessoal e social em que emergiram suas experiências e práticas no partejar, algumas vezes permeadas pelas emoções e sentimentos frente às suas memórias, com manifestação de choro por lembrar de momentos impactantes de ventura, de alegria, mas também de alívio e gratidão; lembranças envoltas em histórias pessoais, familiares e comunitárias de seus momentos e movimentos.

Ao observar os discursos das parteiras em sua particularidade, pude apreender os fatores associados à dinâmica do processo que as tornou parteiras, pela necessidade de participarem e vivenciarem de forma concreta os espaços do parir e do partejar, onde se desenrola a trama efetiva dos vínculos sociais fundamentais a esse ofício.

Por meio da análise das narrativas foi possível alcançar o entendimento detalhado das práticas sociais em sua descontinuidade histórica, imersas em relações de poder, ao mesmo tempo em que elaboram e produzem discursos e saberes.

Nesse percurso e busca da compreensão, organizei todo material que constitui o *corpus* da pesquisa. Assim, foram surgindo questões norteadoras, tendo como apoio a sustentação teórica e os estudos conhecidos e analisados sobre parteiras para embasar, teoricamente, o caminho investigativo.

Durante a exploração do material ouvi repetidamente as entrevistas, seguidas de várias leituras das narrativas. A escuta permitiu compilar os dados originais e organizá-los em categorias pré-formuladas, que constituem a abordagem genealógica – Emergência, Permanência e Adequação ao campo discursivo.

4.1 A Singularidade das Trajetórias (Categorias)

Nessa primeira etapa foram definidas as categorias que se vincularam aos aspectos que constituíram as trajetórias como parteiras, permitindo reunir muitas informações, correlacionando-as a partir dos acontecimentos possíveis de serem compreendidos e organizados, para melhor entender sua genealogia e desvelar a singularidade dos acontecimentos que as engendraram. Assim, o processo de análise percorrido teve início ao explorar as narrativas e suas nuances.

Foi possível apreender as categorias, construídas, chamadas de tipologias⁷² por Alberti,⁷³ que se referem à emergência como parteiras, presentes em seus discursos, que foram:

- Conhecimentos transmitidos por parteiras da família – transmissão oral e experiências que foram adquiridas de mulheres mais velhas, por quem mantinham vínculos afetivos e emocionais;
- Necessidade das mulheres da comunidade em relação ao atendimento, cuidados e apoio disponibilizados durante o parto e nascimento –, como fator desencadeador do interesse por aprender os cuidados usados no partejar;
- As próprias experiências de parir – embasaram o processo da observação do ritual que transmitiram as ações que compõem os cuidados realizados nas etapas do processo de parir e partejar;
- Admiração por parteiras experientes da comunidade – aspecto que despertou o interesse pela atuação e ofício de partejar, vindo a contribuir com a sua presença e empenho pelo espaço considerado como o “mundo das mulheres”;
- As subjetividades e crenças – aspectos que as despertaram, por considerar como *dom* recebido de Deus, que ao serem introduzidas no atendimento lhes dão sustentação durante o ofício do partejar.

As categorias poderiam ser resumidamente descritas como sendo:

⁷² “Estabelecer tipologias” é uma forma de organizar o material para análise, como enuncia a autora.

⁷³ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 187.

- transmissão de conhecimentos sobre o processo/ofício do partejar;
- experiências acumuladas e ao mesmo tempo novas aprendizagem dos cuidados;
- subjetividades e crenças, o que o senso comum assegura;

Na leitura exaustiva das narrativas, sobre como conseguem manter suas atividades de Parteiras Tradicionais, na perspectiva da permanência, trouxeram:

- Mulheres e famílias – sujeitos que lhes confiam os cuidados com a parturição e o nascimento na região do Entorno do DF.
- Negação feita pelo Estado – o qual olvida a participação dessas parteiras e de suas contribuições no atendimento às mulheres.
- Mudanças na estruturação da cultura – alteração nas relações familiares, parentais e da sociedade, adotando a abordagem institucional de atenção ao parto e nascimento, focada na medicalização e hospitalização.

O passo seguinte à obtenção dessas categorias foi buscar a apreensão de sentidos dados às práticas de partejar relacionados aos aspectos pessoais, sociais, culturais, históricos, que constituem o campo discursivo, que ancoram suas trajetórias de parteiras tradicionais. Observou-se que nesse momento emergiu a percepção de suas representações, ao fazerem referências a duas categorias de mulheres que marcaram suas narrativas, as parteiras transmissoras e parteiras aprendizes, dando ênfase às suas características relacionais e sociodemográficas.

A reorganização das categorias permitiu refletir sobre a diversidade de oportunidades para compreender que a interpretação e análise qualitativa possibilitaram adequações para que se tivesse uma melhor apreensão dos significados que emergiram das falas das mulheres parteiras e seus discursos.

Nesse percurso, intensifiquei o exercício de apreender significados presentes nas fontes e narrativas construídas, quando encontrei categorias importantes para as parteiras, caracterizando-as pelas subjetividades, por conformarem e articularem os significados dados ao corpo feminino, que é uma

outra expressão de seus discursos. Para tanto, solicitei que falassem de como percebem o corpo feminino e seus próprios corpos em particular.

As leituras e releituras das narrativas possibilitaram uma aproximação acurada com os conteúdos latentes nos discursos, “desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente silenciados”, como orientam Marly André e Menga Ludke.⁷⁴

Na busca de significados, encontrei informações importantes sobre as práticas de cuidados, usadas pelas parteiras durante o atendimento ao parir e nascer, que emergiram das narrativas sobre suas trajetórias.

Nesse ínterim, percebi os significados dados pelas parteiras à reciprocidade no ritual do partejar, presentes de forma marcante nas suas narrativas. Desvelam os rituais e práticas de cuidados que ancoram a possibilidade de compor o paradigma das parteiras tradicionais como categoria central que abarca conteúdos tais como: uso de ervas medicinais; orações e evocações; posições e suportes que promovem conforto e alívio para os corpos; e, o uso de simpatias.

Neste momento da análise e compreensão dos discursos, como uma última etapa deste processo, tornou-se possível dirigir o olhar para os lugares e contextos desses acontecimentos, o Cerrado goiano, que emergem de sua singularidade.

5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Esse estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/IDH-UnB, sendo aprovado e eticamente correto, conforme deliberação em reunião ordinária do dia 25 de agosto de 2008 (Anexo 3).

Contemplando os critérios éticos referentes aos procedimentos das ações de pesquisa, cabe esclarecer que a coleta de dados se deu em momentos distintos, fato que vem a exigir o envio de relatório anual para CEP/IDH-UnB.

⁷⁴ LUDKE, M. e ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p. 48.

No primeiro contato, objetivei iniciar a vinculação da pesquisadora com as parteiras para promover a interação e aceitação, viabilizando a coleta dos depoimentos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE (Anexo 4) foi entregue às parteiras, com base nos critérios de inclusão definidos.

Nessa ocasião, foram fornecidas as informações pertinentes sobre a pesquisa e a garantia de sigilo sobre as informações coletadas. Após o que, no segundo contato, foi recolhido o TCLE, devidamente assinado, e realizada a entrevista, com consentimento das entrevistadas para uso do áudio.

As entrevistas gravadas foram transcritas para a análise. Esse procedimento está em consonância com as diretrizes da Resolução N.º 196/96 do CNS para pesquisa envolvendo seres humanos.

Cumprida essa fase, as entrevistadas foram solicitadas a complementar as informações. Nesse último encontro, foi finalizada formalmente a relação estabelecida para o processo de pesquisa, com a manifestação de agradecimentos quanto à colaboração de cada um dos sujeitos.

Tão logo esse estudo seja concluído, todas as participantes e contribuintes dessa pesquisa serão convidadas a tomarem parte na apresentação de seu resultado em eventos na UnB, ou em qualquer outro espaço, quando o texto completo será disponibilizado para livre acesso. Serão informadas de que o relatório final deste estudo estará à disposição.

Quando vêm ao mundo, o homem é frágil e sem força.
E, uma vez morto, fica duro e rígido.

As roseiras e as grandes árvores, quando ainda são
pequenas, vergam e são frágeis.

Quando morrem, ficam secas e quebradiças.

É que a força e a rigidez são companheiras da morte.
E a docilidade e flexibilidade são amigas da vida.

A força, definitivamente, nunca conquistou nada.

Lao Tsé⁷⁵

⁷⁵ Frederich Leboyer (1975) no seu livro Nascer Sorrindo, "dedica" esse Poema de Lao Tsé às pessoas "duras", que entendem que a agressividade e o sofrimento devem fazer parte do nascimento.

CAPÍTULO II
REFERÊNCIA CONCEITUAL

1 TEORIA FEMINISTA E HISTÓRIA DAS MULHERES

1.1 A História das Mulheres e os Estudos de Gênero

Para falar sobre a História das Mulheres é importante entender a forma como foram vistas ao longo do tempo, pois como mostra Thomas Laqueur:⁷⁶ “Durante milhares de anos, acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que a delas ficava dentro do corpo e não fora”.

Tal visão permitiu que as mulheres fossem consideradas como um homem imperfeito. Diante disso, o corpo feminino passa a ser concebido como uma entidade natural, engendrando o entendimento de gênero como sinônimo de sexo. Nesse momento, “a anatomia finalmente se transformou em destino”, assegura esse autor, levando à compreensão de que “a mulher é incessantemente ‘naturalizada’, ao contrário do homem, de modo geral associado ao domínio da cultura, da ação e do pensamento”, como destaca Fabíola Rohden.⁷⁷

A autora mostra que, a partir do século XIX, teve início um maior empenho por parte de médicos e cientistas para estabelecer claras diferenças de caráter biológico e predeterminado entre os sexos, desencadeando o entendimento do sexo como um elemento natural, responsável pelo destino social de homens como provedores e de mulheres como esposas e mães, ao destacar que: “A medicina vai propor uma releitura do corpo feminino, quando do surgimento da chamada ‘ciência da mulher’, cuja origem se encontraria no terreno do interesse pela diferença”.⁷⁸

Tal explicação fundada na visão biológica, apesar de recente, reverberou para que a mulher fosse relegada a um segundo plano, vista como o

⁷⁶ LAQUER, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 65.

⁷⁷ ROHDEN, Fabíola. Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p. 35.

⁷⁸ Idem, Ibidem.

outro, enquanto o homem ocupava o lugar de protagonista da História, o referente.

Passa o determinismo biológico a definir muitas das desigualdades entre mulheres e homens, tendo a medicina e as ciências biológicas como importantes aliadas que, durante muito tempo, subsidiavam as normas sociais quanto às relações de gênero.

É esclarecedor destacar que o século XX se apresentava com a tendência para organizar as relações humanas, desencadeando uma preocupação crescente que se traduziu, como mostra Michel Foucault⁷⁹, pela “proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência”

Diante dessa compreensão sobre os acontecimentos e percepções que constituíram a condição das mulheres na sociedade e as tendências para gerenciar a vida social, é importante apresentar a base do conceito de gênero, que será usado para abordar o reconhecimento da existência de processos sexuais de hierarquização e exclusão, entre os homens e as mulheres, construídos socialmente e produtores de diferentes subjetividades, como destaca Donna Haraway:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.⁸⁰

Visão que nos permite entender a História das Mulheres, Estudos de Gênero e a Teoria de base Feminista, e considerá-las capazes de contribuir para a desconstrução de uma visão desqualificada da trajetória e do ofício das parteiras tradicionais.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 135.

⁸⁰ HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, n. 22, 2004, p. 224.

Enquanto isso, a revista dos *Annales* abarcava mudanças que contribuíram com a crise dos paradigmas da história positivista, ao propor ampliação do conjunto de fontes, voltando-se para a observação das pessoas comuns, posteriormente possibilitando a incorporação das mulheres à historiografia.

A partir dessa compreensão, passei a discutir sobre as diferentes interpretações dadas às bipolaridades e comportamentos de destaque para homens e mulheres na história, em desdobramento às variadas correntes onde se incluem os (as) historiadores (as) das mentalidades e do discurso, segundo Rachel Pedro e Joana Maria Soihet.⁸¹

Na tessitura desse processo, a História Social se preocupa com variadas identidades coletivas e grupos sociais, quando se desenvolvem “a História das Mentalidades e a História Cultural, trazendo a abordagem do feminismo e da interdisciplinaridade, na área dos estudos sobre as mulheres”.⁸²

Nesse particular, pude verificar que, no final da década de 60, as mudanças na historiografia e a crescente onda do feminismo entram para a história ao formularem o campo de conhecimento da História das Mulheres, em resposta ao movimento feminista, com ênfase para abordagens interdisciplinares, que para Perrot:

Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Isso conduziu a uma reflexão em torno da história enquanto produto da dominação masculina, a qual atuava em dois níveis, nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato ('story' e 'history').⁸³

No Brasil, essa conjuntura emergente se estende e se fortalece com a articulação do movimento de mulheres e do movimento feminista, que

⁸¹ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A Emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. 2007.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 285.

⁸³ PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos pagu*, n. 4, 1995, p. 20.

participaram ativamente da mobilização nacional em prol da Constituinte (1988), após a opressão vivida com o regime militar desde meados da década de 1960.

No plano político e social, após 1970, no Brasil e no mundo, surgem e se encaminham debates e ações, a partir de iniciativas dos movimentos de mulheres, étnico-raciais, homossexuais e ecológicos que se afirmam e emergem com novas frentes políticas.

Nessa conjuntura, os debates tomam forma e ancoram as perspectivas das lutas femininas e feministas, engendrando linhas de estudos e a consequente institucionalização, “impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira”.⁸⁴

Frente a essa compreensão, Sandra Harding coloca o desafio de que as pesquisas feministas proponham uma “reconstrução racional”:

Assim, as vidas das mulheres e de outros grupos explorados podem continuar a fornecer um valioso ponto de partida ou posição de sujeito de onde a pesquisa pode ser desenvolvida para revelar “as práticas conceituais de poder”, como observa Smith.⁸⁵

Tal impasse fortalece as iniciativas que se propõem a debater e refletir sobre questões femininas e neutralizar os mitos que engendraram alterações nos valores sociais machistas, que ocorreram nas últimas décadas do Século XX. Paulatinamente, foram se configurando em mudanças importantes em todas as áreas sociais, pois dessa tendência resulta rejeição aos discursos essencialistas e aos limites impostos pela noção de relações de gênero, frente ao monopólio cultural dos valores androcêntricos e capitalistas.

Nessa perspectiva, Joan Scott⁸⁶ destaca a importante contribuição da História das Mulheres e das historiadoras feministas para desconstruir as linhas

⁸⁴ HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 186. (grifos no original).

⁸⁵ HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: Questões de gênero. Tradução CARNEIRO, Elisabeth. Labrys estudos feministas, n. 3, jan/jul 2003, p. 20.

⁸⁶ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

de pensamento que se concentravam no fundamento do sujeito humano universal. Entende que essas historiadoras insistiam em dar notoriedade às mulheres, já que participavam da vida privada e interferiam na vida pública, demonstrando-as como sujeitos políticos, que se movimentavam em diversos contextos e papéis, introduzindo a perspectiva das múltiplas identidades e diferenças, tais como as mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, habitantes de periferias urbanas e de áreas rurais, de dentro e fora do lar.

A partir da década de 1980, novas perspectivas foram arquitetadas. Ampliou-se a denúncia da ideologia patriarcal, quando questiona e problematiza os paradigmas essencialistas, abrindo espaço para inserir as diversas atividades das mulheres, urbanas e rurais, suas diferentes experiências, considerando as condições particulares e os contextos sociais e históricos que lhes serviram de arcabouço.

Assim também o foi para as mulheres que vivem no meio rural, duplamente oprimidas por sua condição de escolarização, classe sócio-econômica, cor e etnia, tipo de vida e atividade que desenvolvem, conforme pode ser visto nas considerações de Conte, sobre a vida das mulheres no campo:

Diante disso, obviamente que o campo era o lugar do maior número de analfabetos, e, se fizermos o recorte com relação às mulheres, pouquíssimas não o eram. Isto, devido ao papel secundário atribuído a elas, e, a naturalização de que lugar de mulher é em casa, com a função criar e educar filhos e filhas, trabalhar muito, justificando a falta de tempo para a participação das decisões em âmbitos maiores na sociedade.⁸⁷

Diante dessa perspectiva, cabe a reflexão sobre identidades e sujeitos a partir de análises históricas, por suas múltiplas diferenças e diversificadas circunstâncias que as demandam, tais como aquelas relativas às questões dos espaços, urbanos ou rurais, do racismo e das diferenças de classe, onde existem ações misóginas marcantes.

⁸⁷ CONTE, Isaura Isabel. Educação Popular e Feminismo no Brasil. Revista Espaço da Sophia, ano 2, n. 22, jan. 2009, p. 2.

Essas questões se configuram como marca das relações sociais em que viveram e vivem as parteiras tradicionais na região do Entorno do DF.

Sob esse aspecto, este estudo foi desenvolvido na área da História das Mulheres e dos Estudos sobre Gênero, que a partir da década de 1980, torna-se alvo de interesse dos espaços acadêmicos em diversos centros de pesquisa do nosso país.

1.2 MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA

Para apresentar a Teoria Feminista cabe destacar a base dessa linha de pensamento político que emergiu da luta sufragista, inaugurando o século XX com os passos iniciais do movimento feminista.

Na contemporaneidade, a partir dos anos 1960-70, segundo Betânia Ávila,⁸⁸ o movimento feminista desenrola-se de Norte a Sul no mundo ocidental, a partir do uso de palavras de ordem em prol das reivindicações das mulheres, determinadas a se livrarem das opressões engendradas pela hegemonia machista e do patriarcado, com foco nas sociedades americanas e européias.

No Brasil, ao final dos anos 1970 e começo dos 1980, além de palavras de ordem, chegavam também os primeiros movimentos da redemocratização, como informa Betânia Ávila. Como um dos sujeitos dessa luta era o feminismo, muitas mulheres do movimento feminista vinham de outros movimentos políticos de esquerda, da luta pela transformação do país, em defesa de uma sociedade de base socialista, segundo essa autora.

Por isso, neste mesmo período, muitas outras mulheres daqui e aqui construía e participaram da abertura para a anistia política. Denotando que os passos para o caminho do feminismo aconteceram de forma entrelaçada, resultando na formação dos primeiros grupos feministas, sob a promoção do Ano

⁸⁸ ÁVILA, Maria Betânia. Os Sentidos da Ação Transformadora Feminista. SOS Corpo. Recife, dez. 2006.

Internacional da Mulher, proclamado pela ONU, em 1975, como pode ser relatado por Eva Blay.⁸⁹

O movimento feminista necessitou de muito diálogo, mas também de rupturas e retomadas com diferentes movimentos sociais, partidos políticos, com outros grupos parceiros, para fazer parte da História. Segundo essa autora:

Na conjuntura atual, o movimento feminista no Brasil e na América Latina tem uma diversidade de correntes, articulações, organizações. (...) O movimento feminista para mim é um movimento de mulheres que luta contra a dominação e a exploração vividas pelas mulheres.⁹⁰

Historicamente, após o sufragismo, na década de 1930, o feminismo, e suas tendências, se mostra como um movimento social que se expande e se fortalece contestando as estruturas de poder, conseguindo estabelecer suas ações políticas, introduzindo-se em espaços predominantemente ocupados e dominados pelos homens, como acontece no meio acadêmico e político, dentre as demais relações e instituições de poder.

Estas eram áreas vistas como universo masculino, em que as mulheres tinham pouca ou nenhuma participação. É uma representação que se formou ao longo da história da sociedade ocidental capitalista e que marcou as relações de gênero, de forma a excluir as mulheres da produção e da apropriação do conhecimento e das relações de poder.

Para Adriana T. Nogueira,⁹¹ tal androcentrismo se fortalece como resposta a uma construção do capitalismo, que se caracteriza pela lógica da acumulação de capital, em detrimento de outros valores e necessidades humanas, perpetrando a exclusão e a violência dentro e fora do círculo social das elites, das relações sociais e de seu projeto hegemônico de sociedade. Essa autora destaca:

Isso evidencia que o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo,

⁸⁹ BLAY, Eva Alterman. 8 de Março: conquistas e controvérsias. Revista Estudos Feministas. Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001.

⁹⁰ Idem, ibidem, pp. 18-19

⁹¹ NOGUEIRA, Adriana Tenese. Humanização do Parto e Feminismo. 2007. Disponível em: <http://www.amigasdoparto.org.br/2007>. Acesso em: 19 maio 2008.

preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.⁹²

Diante dessa conjuntura, como lembra Margareth Rago,⁹³ o desafio de tirar as mulheres do silêncio historiográfico e de romper com o laço do homem como sujeito universal, o referente, torna necessário fazer com que a produção da historiografia se envolva com a idéia de:

(...) desfazer a noção abstrata de 'mulher', referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram (...).⁹⁴

Tal representação se formou ao longo da história da sociedade ocidental capitalista e marcou as relações de gênero, o que implicou na exclusão das mulheres da escolarização formal, confirmando a dicotomia que determinou características opostas para homens e mulheres, que desenrolou uma série de implicações, manifestando-se de maneira desigual e possibilitando a dominação masculina e suas reverberações.

Desse processo histórico, resta o desafio e o compromisso da atualidade para incluir as mulheres na construção do empoderamento,⁹⁵ na perspectiva de considerá-las sujeitos, alvo e sentido da dignidade, livre de ações discriminatórias e misóginas, para que sejam anuladas as pré-definições de papéis e a naturalização da opressão feminina.

Nesse palco de possibilidades, algumas teóricas feministas como as apresentadas por Judith Butler⁹⁶ Sandra Harding,⁹⁷ Guacira Louro,⁹⁸ os quais

⁹² NOGUEIRA, Adriana Tenese. Humanização do Parto e Feminismo: (...) Op. Cit., 2007, p.101.

⁹³ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes et al. (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: Unesp, 1995.

⁹⁴ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes et al. (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: Unesp, 1995, p. 97.

⁹⁵ "Empoderamento" refere-se ao processo e a forma com o as pessoas, entidades e comunidades passam a organizar e ter controle sobre sua própria vida, a medida que assumem suas habilidade e competência para produzir, criar e gerir seus destinos.

⁹⁶ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁹⁷ HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia... Op. Cit., 2003.

entendem que no campo epistemológico e teórico do feminismo encontram-se diversas nuances, que vão desde o empirismo feminista, o ponto de vista feminista. Estas teorias apontam para a necessidade de destacar as diferenças entre abordagens teóricas considerando a tendência contemporânea do feminismo, marcada pelos estudos de gênero, que se fundam num importante ponto de convergência, que é a crítica ao essencialismo.⁹⁹

Para Scott, as diferentes fases do feminismo se formaram e aconteceram em momentos históricos e em variadas conjunturas, nas quais havia as condições de possibilidades engendradas em cada tempo.

Várias estudiosas, dentre elas Guacira Louro,¹⁰⁰ apontam para os aspectos filosóficos do feminismo, reconhecendo a diversidade das experiências vividas por mulheres. Portanto, necessitam e reivindicam atenção e tratamento equivalentes às diferenças. Em decorrência dessa constatação, apontam e denunciam os privilégios concedidos às experiências e à predominância do poder masculino, em detrimento da negligência e desvalorização das vivências das mulheres, ocorridas ao longo da história.

Nessa mesma linha de entendimento, essas estudiosas do feminismo denunciam que o poder continua sendo predominantemente masculino, cujo objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos, como discutem Judite Butler¹⁰¹ e Carolle Pateman.¹⁰²

Para deixar clara essa compreensão do processo de expansão do feminismo, diante da crise dos paradigmas científicos da modernidade, destaca-se o ponto de vista já considerado por Butler e Pateman, sobre a perspectiva pós-moderna e pós-estruturalista que desalojou a pessoa que atua como pesquisador (a), como intelectual do seu lugar de “fonte” de autoridade e sabedoria, do lugar de intérprete esclarecido (a) dos interesses de grupos oprimidos, para colocá-lo (a) na mesma probabilidade de parcialidade dos outros atores sociais, onde a

⁹⁸ LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

⁹⁹ MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 3, Dez. 2005.

¹⁰⁰ LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: (...) Op. Cit., 1993.

¹⁰¹ BUTLER, Judith. Op. cit., 2003.

¹⁰² PATEMAN, Carolle. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993..

análise de seu discurso não é tomada como autoridade dada, mas igualmente questionado, tornando possível indagar sobre quem e para que se constrói o conhecimento.

Tais concepções abrem espaço para o desenvolvimento de uma discussão sobre as parteiras tradicionais como uma categoria que se construiu a partir das necessidades e experiências femininas de parir e de partejar, que perdurou por estar vinculada a valores patriarcais. Assim, chamam a atenção por ter insistido e resistido silenciosamente nas brechas e interstícios da cultura dominante.

Os Estudos Feministas contaram com os estudos de gênero e sobre a divisão sexual do trabalho percebendo os sentidos embutidos na “classificação diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição”, como entendem Kergoat e Hirata.¹⁰³ Essas autoras se referem à forma como foi engendrada a dicotomia de papéis, quando afirmam:

Dentre outras maneiras de entendimento dos papéis e espaços de atuação das mulheres, tal concepção conseguiu rotular mente, razão e objetividade como características masculinas em oposição às categorias subjetividade, coração, sentimento e corpo, consideradas essencialmente femininas (Idem, 2007, p. 596).

Nesse contexto, a categoria gênero abre espaço para se estudar as mulheres como autoras de suas próprias histórias, de onde se percebe que esses sujeitos vão além da naturalização de papéis e de conflitos quanto ao acesso e a participação no campo público.

Essa categorização sustentou e justificou a exclusão das mulheres do meio e da produção científica até boa parte do século XX, em resposta à visão que compreendia as mulheres como destinadas aos papéis inerentes à procriação, como “essência do feminino”, fundada na concepção de papéis de gênero.

Porém, ao final da segunda metade do século passado, ao tomarem forma os Estudos Feministas, forjados em abordagens multidisciplinares

¹⁰³ KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

vinculadas às Ciências Humanas e Sociais, elaborou-se uma crítica consistente à cultura do patriarcado, afirmada como legitimador das hierarquias nas relações entre os sexos.

Nesse sentido, com o propósito de não naturalizar a dinâmica das relações de opressão e exploração, empregou-se os conceitos de gênero e classe juntos, trabalhados por Sandra Azerêdo¹⁰⁴ e Suely Kofes¹⁰⁵.

Apoiada no olhar dessas autoras percebi que, no enfoque teórico de gênero, não cabe restringir esse estudo apenas à relação entre as mulheres parteiras. Considerei necessário problematizar a rede de relações e o contexto sócio-cultural e histórico, que engendrou a trajetória das parteiras e sua conjuntura individual. Considerando os aspectos de gênero, idade e classe, para maior entendimento da situação e sua complexidade, visando ampliar o contexto da produção e reprodução social da atuação das parteiras, como suporte para compreender as relações sociais e os mecanismos de transformação historicamente enfrentados por essas mulheres.

A oportunidade de realizar a leitura da trajetória das parteiras, ancorada na Teoria Feminista e na abordagem genealógica de Foucault, que são consideradas apropriadas para esse estudo, é possível de ser realizada, tendo em vista que o olhar androcêntrico nas ciências e na história trouxe como premissa a produção de um saber anatômico e fisiológico sobre a mulher, tornando-se hegemônico.

O que possibilita enxergar as mudanças ocorridas com a chegada dos homens ao espaço do parto, fato ocorrido na Europa entre os Séculos XVII e XVIII. No Brasil, esse processo tem início na primeira década do Século XIX, com a chegada da Corte, o que desencadeou a criação e a inauguração das primeiras escolas de medicina e cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro. O partejar era considerado, até então, uma prática exclusivamente feminina, o ofício das parteiras.

¹⁰⁴ AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.) *Rebeldia e Submissão. Estudo sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1989.

¹⁰⁵ KOFES, Maria Suely. *Mulher, Mulheres - Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas-SP: Unicamp, 2001.

Por certo, as parteiras, como sujeitos históricos, também se ativeram no enfrentamento às múltiplas relações de poder na sociedade em que labutavam, na qual coexistiam e usavam a “complexidade das formas de poder feminino”, como evidencia Vanda Lucia Praxedes.¹⁰⁶

A autora analisa mulheres mineiras, chefes de domicílio e suas histórias, o que permite compreender, a partir de seu olhar e análise, que também as parteiras tradicionais enfrentaram contrapoderes, em variadas e complexas tensões:

Se, de um lado, vivenciaram e internalizaram valores, códigos e experiências, de outro foram capazes de recriá-los e reinventá-los continuamente, emendando os fios e refazendo a teia e a trama de suas vidas.¹⁰⁷

Com base nesse entendimento, e a partir desse contexto histórico e social, o ofício das parteiras começa a ser visto como um trabalho inferior, à medida que nele se introduziu a presença masculina, com o poder e a legitimação do direito de propriedade sobre os saberes e práticas das parteiras, como entende Ruth Osava.¹⁰⁸

Essa situação se intensificou em nossa sociedade com a institucionalização do parto, que pode ser entendida a partir da afirmação de Dètrez, quando mostra que:

Os argumentos biológicos e científicos intervêm para justificar a dominação sofrida pelas mulheres, desde o início de sua educação. Os saberes sobre os corpos são assim poderes políticos e simbólicos (2003, p. 02).

A partir dos argumentos da biomedicina, que afirma ser o corpo feminino frágil e incapaz de gestar e parir de forma saudável, as mulheres

¹⁰⁶ PRAXEDES, Vanda Lucia. Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais 1770-1880. 2008. Tese. (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 30.

¹⁰⁸ OSAVA, Ruth Hitomi. Assistência ao parto no Brasil; o lugar do não médico. 1997. 129f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)-Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

absorveram as assertivas do processo hegemônico que respaldou a institucionalização do parto. Daí em diante vieram as práticas da medicalização e da abordagem tecnicada do corpo feminino, tornando o parto um ato médico e dependente da tutela da medicalização e da técnica.¹⁰⁹

Esses acontecimentos trouxeram interferências, ainda que discretas nos registros históricos, para as vivências femininas e para a história das mulheres, tanto para aquelas que partejavam, como para as que necessitavam das práticas de cuidado durante o processo de gestar e parir.

É exatamente a partir desta visão que essa proposta de estudo se insere na perspectiva dos chamados Estudos Feministas, que se ancora em diferentes problemáticas e usam vários instrumentos conceituais e metodológicos, como descreve Francine Descarries:

Apresentam-se como críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade; como refutação dos modelos teóricos dominantes propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogações sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como escrita literária para escapar ao fechamento e à exclusão da linguagem androcêntrica; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo a construção social e cultural dos sexos.¹¹⁰

Tal definição possibilita compreender a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, com foco para a atuação acadêmica.

Os Estudos Feministas se propõem a denunciar e contribuir com a readequação dos saberes, destacando as incertezas presentes na objetividade científica e suas práticas, como fundamento para as mudanças necessárias a uma outra visão de sociedade que contemple “as relações sociais de sexo no centro de sua elaboração conceitual e fazendo da transformação destes últimos um objetivo estratégico”.

¹⁰⁹ OSAVA, Ruth Hitomi. Assistência ao parto no Brasil. (...) Op. cit.

¹¹⁰ DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade. In: Tradução Tania Navarro Swain (Org.). Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Brasília-DF, v. 8, n. 1/2, 2000.

Nessa mesma linha de pensamento, Teresa de Lauretis afirma que a representação e auto-representação de gênero estão presentes nos discursos e nas práticas sociais cotidianas, nomeadas pela autora como “tecnologias sociais”.¹¹¹ Estas tecnologias fazem parte dos “enunciados das teorias e epistemologias, presentes e fortalecidos nas instituições, como produtor de diferenças e de hierarquias a partir das diferenças sexuais e socioculturais”.¹¹²

Nesse desenrolar, retoma-se a referência ao contexto brasileiro tomando por base os fatos que contribuíram com a emergência da Teoria Feminista, como podemos ver no trabalho de Sardenberg,¹¹³ com destaque para a chegada dessa linha de estudos nas universidades brasileiras:

No Brasil, como de resto em outros países da América Latina, esse processo só foi deslançado a partir dos anos 1980, apropriando-se das reflexões, então emergentes, em torno do conceito de gênero, e tendo como principal característica o surgimento de núcleos de estudos específicos em diferentes universidades e demais centros de pesquisa.

O desenvolvimento de pesquisas, a realização de encontros e congressos, e o surgimento de associações e redes de estudos sobre mulheres e gênero expressam também o crescimento do feminismo acadêmico, traduzindo-se na abertura de novos espaços para a troca de idéias, reflexões e visões entre feministas.¹¹⁴

Proposição que paulatinamente toma forma, ancorando novos campos e enunciações feministas, de onde emergiu “uma linguagem especificamente feminina e daquilo que se considera como uma “epistemologia feminista”, suficientemente inovadora em suas problematizações e conceitualizações, para apreender as diferenças”, segundo Rago,¹¹⁵ fundamentada nos passos que

¹¹¹ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, E. B. (Org.). Tendência e impasses – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 208.

¹¹² Idem, *Ibidem*.

¹¹³ DESCARRIES, Francine. Teorias feministas (...). Op. cit., p. 02.

¹¹⁴ SARDENBERG, Cecília M. B. Feminismo acadêmico no Brasil: conexões e contradições entre estudos e ativismo feministas. Encontro Latin American Studies Association – LASA, Rio de Janeiro, 11-14, jun. 2009, p. 05.

¹¹⁵ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys, estudos feministas, n.3, jan/jul 2003.

constituíram o Movimento de Mulheres e seus desdobramentos que serviram de base para a formulação do movimento e do pensamento feminista, e de suas linhas teóricas.

A essas questões, percebe-se o esforço do movimento feminista de vencer o comportamento das elites, conforme alerta a afirmação de Haraway: “A elite que produz o saber, começando pelo científico, não presta contas à sociedade que a sustenta”.¹¹⁶

Torna-se este um desafio enfrentado pelas feministas brasileiras para ampliar suas articulações teóricas que incluam a “troca dos paradigmas clássicos”, a “noção da subordinação universal da mulher” e a “dicotomia entre as esferas públicas e privadas na vida das mulheres”.¹¹⁷

Apesar de ser considerado um grande desafio, esse estudo pretende questionar os sentidos e as tensões presentes na (des) organização social das parteiras tradicionais da região do Entorno do DF. Percepção que se faz entender quão pouco se conhece dos efeitos das tecnologias sociais¹¹⁸ que engendraram o descaso vivido pelas parteiras, tendo como consequência o silenciamento sócio-histórico das praticantes desse ofício nessa região.

Para tanto, diante do contexto que se fortaleceu com o entusiasmo da visão globalizada de moderno e avançado, como valor cultural, planejado para omitir as dimensões não-materiais das pessoas envolvidas, é possível questionar: As dificuldades e intimidações enfrentadas por essas mulheres ocasionaram sua alienação?

Como a sistematização da história se faz e se refere a um lugar e a um tempo, entende-se que, ao buscar compreender como se deram as trajetórias das parteiras tradicionais da região do Entorno do Distrito Federal, num recorte temporal de 1960 a 2008, torna-se necessário partir da visão genealógica para

¹¹⁶ HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, 1995, p. 22.

¹¹⁷ MONTECINO, Sonia. De la mujer al género: implicancias académicas y teóricas. *Excerpta*, Chile, n. 2, p. 3, 1996, p. 3.

¹¹⁸ Entende-se que “as tecnologias sociais discursivas” são aquelas visíveis “em cinema, discursos, práticas da vida cotidiana, imagens, saberes, críticas, senso comum” (ZIMMERMANN, 2007, p.508), presentes nas “práticas de significação da publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero”, para Zimmermann (2007, p.509). Essa autora considera que as tecnologias discursivas contribuem para a desigualdade nas relações sociais e de gênero.

apreender as situações e experiências vivenciadas no exercício de partejar, suas condições, vantagens, conflitos, apoios e consequências, que se juntam em contextos peculiares àqueles das mulheres em fase reprodutiva.

2 A DÁDIVA, MULHERES E O PARTEJAR

2.1 A Transmissão e a Construção da Reciprocidade

Desde a década de 1980 as parteiras da região, que hoje é conhecida como Entorno do DF, parecem esquecidas, como se fossem pessoas sem-voz da e na História recente. De um modo geral, foram envolvidas em silêncios, em um processo resultante do entendimento de ser a reprodução uma função anônima e impessoal, naturalizada como própria e exclusiva do feminino, visão que os estudos feministas se propõem a denunciar.

Para isso, torna-se necessário deslocar o olhar para a questão das relações de gênero, como resposta aos pressupostos do patriarcado que controlam e hierarquizam as atividades e relações humanas, dificultando a valoração das práticas tradicionais de cuidado, que têm como base as experiências do cotidiano das mulheres parteiras e parturientes.

Tal abordagem nos remete à forma de viver e se relacionar das parteiras tradicionais, na qual o momento do parto era e é vivenciado em cumplicidade e com alianças entre as mulheres ali presentes, fortalecendo-se e apoiando-se umas às outras, postura que contribui e implica no silenciamento e desvalorização desse ofício, tendo em vista que se dá no espaço doméstico. Ele se estabelece no valioso poder de velar e acompanhar o processo de parir, quando inclui e oferece suporte emocional necessário a esta vivência plena de ansiedades, respeitando a individualidade da parturiente, sua integridade como ser biológico e sujeito de sua história.

Considerar a complexidade dos processos envolvidos nessas práticas requer a compreensão das relações que ainda se estabelecem entre os membros das comunidades rurais e interioranas. Nesses espaços se concretizam as

interações entre a parteira, a parturiente e suas condições familiares e comunitárias.

Por conta dessa complexa e exigente forma de cuidar, as parteiras eram reconhecidas como dotadas de conhecimentos e práticas dadivosas, de fazer o bem, assistindo mulheres e suas crianças. Assim, foram rotuladas como naturalmente dedicadas às outras mulheres durante o parto, possivelmente em resposta aos dispositivos e regras apreendidos dos discursos hegemônicos que destinavam às mulheres papéis, comportamentos e atitudes pautados pelas idealizações e aprisionamentos de um sistema de gênero que prega, como se fosse uma palavra ou frase repetidas, compondo uma fórmula de interiorização, em enunciados que instituem a imagem da ‘verdadeira mulher’, visível em comportamento que se configura como ‘amoroso’, como sendo bondosas e devotadas, caracterizando o dom de ser parteira como natural. Tânia Navarro Swain entende que,

Os dispositivos amorosos fundam a imagem da «verdadeira mulher», e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si¹¹⁹.

Nesse sentido, as parteiras pareciam sempre prontas a viverem no esquecimento de si, ao disponibilizar sua atenção e cuidados às outras mulheres que as solicitavam, muitas vezes enfocando a dimensão religiosa de suas vidas, “prontas a se doarem” como evidencia:

Ajudando as criatura pra vim pro mundo, né? Ajudando, por que Deus mandava, né? Porque, tudo o que nós faz aqui, sem Deus nós não é nada! Né? Então Deus dava aquela missão pra nós fazer aquilo. É! (Dana)

Dessa narrativa é possível entender que as parteiras se identificam como pessoas que receberam o dom de partejar, a dádiva de prestar cuidados, a

¹¹⁹ SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. Labrys, estudos feministas, jun/dez 2006. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/liz.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2009, p. 05.

partir daí passam a atender as necessidades de outras mulheres que vivenciam o processo de gestar e parir, subjacente ao fenômeno e a prática da reciprocidade, como missão.

Tal perspectiva encontra eco nos estudos de Mauss¹²⁰ (2008) que trabalhou com o sistema de dádiva, o *potlatch*, nas antigas sociedades da Polinésia, Melanésia e Noroeste americano, estendendo-se até a América do Sul. Descreve-o como 'sistema de prendas contratuais' que se caracteriza por

Dois elementos essenciais do *potlatch* propriamente dito: o da honra, o do prestígio, o do <<mana>> que confere a riqueza, e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob pena de perder esse <<mana>>, essa autoridade, esse talismã, essa fonte de riqueza que é a própria autoridade.¹²¹

Tal percepção é possível de associar à reciprocidade das parteiras tradicionais, ancorada no entendimento de que receberam o dom de partejar, como o 'mana', como algo que foi recebido e é necessário "dar e retribuir"¹²².

É possível afirmar que os cuidados disponibilizados pelas parteiras, integram o sistema de conhecimento informal e popular, engendrado nas culturas tradicionais, portanto transmitidos e absorvidos como rituais que estão na base "da sua força mágica, religiosa e espiritual"¹²³

O argumento principal de Marcel Mauss é de que a dádiva, que se constitui em uma ação ou ato de doar-se, produz uma variedade de alianças, quer sejam políticas, religiosas, jurídicas, ou diplomáticas. Aliança que está presente nas relações pessoais de acolhimento afetuoso, frequentemente disponibilizado pelas parteiras.

Diante dessa compreensão, é possível um melhor entendimento da trajetória das parteiras, da resistência e ou da paulatina desqualificação e invisibilização dessas mulheres e suas práticas de cuidados, e possibilita reflexões sobre o ofício do partejar.

¹²⁰ MAUSS, Marcel . Sociologia e Antropologia. (...) Op.cit., 2003.

¹²¹ Idem, ibidem, p. 65-66.

¹²² Idem, ibidem, p. 78.

¹²³ Idem, ibidem, p. 67.

Ofício que pode ser entendido como dádiva, como dom recebido, consubstanciando-se em prestações primitivas, em dádiva como ação que abrange “três obrigações: dar, receber, retribuir. (...) Podemos [...] provar que nas coisas trocadas [...] há uma virtude que obriga as dádivas a circular, a serem dadas, a serem redistribuídas”¹²⁴.

A troca no sistema de dádivas é vista por Mauss como ofertas mútuas, tal como as descreve:

Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca¹²⁵.

Tal entendimento faz sentido ao relacionar a oferta das práticas de cuidado das parteiras às noções de dádiva, de aliança, peculiar ao modelo tradicional que o ancora e promove, por considerar que cada um desses compromissos ou obrigações cria um laço de energia espiritual entre as pessoas envolvidas na troca de dádiva. Atribuindo-lhe a existência de uma força que tem relação com o ato de dar e com a coisa dada, denotando a vinculação de almas e à dimensão espiritual, ou à sua expressão simbólica, diferente da noção de troca mercantil e econômica, como na atualidade se compreende.

Ao tomar como base o pensamento de Mauss, é possível elaborar uma analogia, ao considerar o ritual do partejar e as diferentes formas de cuidado realizadas pelas parteiras tradicionais como dádiva, como prestação, que é entendida a partir da “experiência vivida que sensibiliza e fundamenta para a solidariedade, sociabilidade e comunicação, unindo a humanidade”¹²⁶.

2.2 Recuperação do saber, experiência, tradição, ofício e arte de partejar

¹²⁴ MAUSS, Marcel . Sociologia e Antropologia. (...) Op.cit., 2003. pp. 200-201.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 212.

¹²⁶ LÉVIS-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Sociologia e Antropologia.(...) Op. cit., 2003, p.13.

A partir da visão trazida por Michele Perrot,¹²⁷ até o final do século XIX, as mulheres eram excluídas da história social e também dos espaços do conhecimento e da política, surgindo, na sociedade moderna¹²⁸, formas de classificação e hierarquização, criadas pelo domínio das representações masculinas sobre as mulheres.¹²⁹

Essa forma de pensarmos fez presumir, a partir das reflexões trazidas por Harding,¹³⁰ que a ciência moderna atuou e produziu 'verdades' e a exclusão das mulheres durante vários séculos. Essa autora se preocupa em destacar que muitos esforços se fazem necessários para a inserção das mulheres à ciência, necessitando para isso de profundas alterações relativas à cultura, métodos e conteúdo nas ciências.

Daí, acreditar que são intensos os efeitos sutis desse domínio androcêntrico, por certo, reverberando ainda hoje sobre a visão e avaliação dos saberes e experiências femininas, assim como sobre a possibilidade dessas mulheres acessarem as oportunidades de inclusão e de conquista de direitos, de atuação política. Possibilidade essa que ainda não é alvo e interesse de boa parte das parteiras tradicionais da RIDE.

Com base nessa compreensão, pude perceber que a preservação dos fazeres e saberes das parteiras tradicionais provoca questionamentos acerca das políticas de saúde dominantes no Brasil, passando a refletir sobre essas práticas tradicionais como históricas e resistentes ao controle exercido pelas políticas e ações de saúde estabelecidas, hegemônicas. Situação que está presente na vida das mulheres que vivem nas áreas interioranas e que têm acesso difícil e limitado

¹²⁷ PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: (...) Op. cit. 2001.

¹²⁸ Entende-se que a sociedade moderna se caracterizou por representações e instituições marcadas por determinadas formas de saber e de poder, ocupantes de uma posição hegemônica, que fazem parte de uma estrutura poderosa de poder das classes dominantes, que se consolidou em aspectos positivos da identidade do homem moderno, como descreve Pedro Paulo de Oliveira. Vide: DE OLIVEIRA, Pedro Paulo. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

¹²⁹ As representações masculinas sobre as mulheres são resultado de um esforço constante de integrar, ao mundo mental e físico das mulheres, e de todas as pessoas, as imagens e idéias que levam em conta a hegemonia masculina que se define em oposição ao feminino, seus valores e potencialidades.

¹³⁰ HARDING, Sandra. Ciência y feminismo. Tradução Pablo Manzano. Madrid: Morata, S.L. 1996.

à escolarização e ao mundo das letras, restringindo sua capacidade de avançar social e politicamente.

Na região em estudo, são poucas as parteiras que se mantêm oferecendo seu ofício. Essa situação se dá nas comunidades em que a convivência acontece em redes de relações entre seus membros, a partir das interações e reciprocidades cunhadas nos valores tradicionais e populares, em respaldo às iniciativas daquelas mulheres que estão motivadas para ressignificar as experiências de parir e de partejar. Diante de conflitos e tensões relacionadas às condições estruturais que geram as regras e hierarquias que modelam e controlam o atendimento institucionalizado ao parto e nascimento, ainda existem aquelas mulheres que se disponibilizam ao parto domiciliar como ritual e como resistência.

Esses eventos possibilitam a consolidação dos poderes e valores vinculados às práticas culturais familiares e sua preservação, cunhadas nas experiências, que para François Dubet, evidencia várias características, dentre as quais: “[...]a heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas, [...] é relativa à distância subjetiva que os indivíduos mantêm em relação ao sistema”.¹³¹

Daí é possível entender que o ofício das parteiras, os seus saberes e experiências têm seu valor por se afirmarem como atuação relacional, uma vez que considera as subjetividades e objetividades¹³² das pessoas envolvidas na vivência do parir e nascer, como evento que se dá nos corpos e se ancora na multidimensionalidade dos sujeitos envolvidos – parteiras, mulheres e famílias.

Considero que o processo de gestar, parir, nascer e partejar se constitui como experiência que se funda “na maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o actor deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjectividade pessoal”, reafirma Dubet.¹³³

Em decorrência dessa compreensão, esses valores culturais e sociais são passados adiante por transmissão, se enraízam a partir do exemplo e se

¹³¹ DUBET, François. Sociologia da Experiência. Lisboa: Instituto Piaget. 1994, p.15-16.

¹³² Nesse texto, adotamos o entendimento de que as palavras *subjetividades* exprimem as idéias, percepções, sentimentos, emoções e preferências das próprias pessoas; e, *objetividade* diz de tudo que é concreto, real, objetivo.

¹³³ DUBET, François. Sociologia da Experiência ... Op. Cit., 1994, p. 94.

ancoram no fato de uma das mulheres da família, ou por outra a quem é afetivamente ligada, praticar regularmente o partejar. Característica que permite que outra mulher descubra-se 'apaixonada' por esse ofício, tornando-se receptora desse conhecimento, mesmo na idade adulta.

Compreensão que permite observar, tanto para as parteiras transmissoras, como para aquelas que estavam no papel de receptoras desses conhecimentos e práticas, que o parto e o partejar são vivências permeadas de sentidos e subjetividades, frequentemente experimentados em relações de reciprocidade e amorosidade, ancoradas no entendimento de que receberam o dom de partejar, como o 'mana', como algo que foi recebido e é necessário "dar e retribuir".¹³⁴

Desta forma, configuram-se em experiências que se fortaleceram na cumplicidade entre mulheres, "(...) sendo a experiência social definida pela combinação de várias lógicas e ação", como descreve Dubet.¹³⁵

De onde entender que o partejar acontece em condições e contextos diversificados, certamente por isso, foi alvo fácil da concorrência masculina, competindo com a busca de espaço – no hospital – e do poder das medicações e das técnicas usadas no parto, institucionalizando e regularizando esse ofício.

Para as parteiras da RIDE essa situação se intensifica com a estruturação e organização da Capital Federal, na segunda metade do século passado, em resposta ao modelo de progresso social modernista, tal era e é o discurso instaurado pela ordem vigente.

Os discursos sobre as parteiras são engendrados e carregados de significados referentes às relações entre homens e mulheres, entre poderes e valores que se vinculam aos saberes-experiências relativas ao parto e ao partejar, aos lugares que ocuparam e ocuparão na sociedade goianense, pois, como nos diz a autora:

(...) saber não se relaciona apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O

¹³⁴ MAUSS, Marcel. Op. cit., 2008, p. 78.

¹³⁵ DUBET, François. Sociologia da Experiência (...) Op. Cit., 1994, p. 93.

saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede à organização social, mas é inseparável dela.¹³⁶

Como destaca a construção dos papéis femininos e masculinos em cada sociedade se impõem às questões de gênero e se desdobram na perspectiva das relações sociais binárias, com muita frequência, essa construção resulta da força que tem a opressão feminina como traço cultural, tendo em vista que a sociedade goiana traz em sua historiografia o pensamento fundante que guiou o comportamento das mulheres desde a colonização:

À mulher, cabia "o bom desempenho do governo doméstico e a assistência moral à família, fortalecendo seus laços". O historiador Cunha Mattos, quando descreve a província de Goiás dos séculos XVIII e XIX, afirma que as goianas raramente eram vistas em público ou se dirigindo a estranhos. A timidez e o acanhamento, consequências naturais de sua submissão e obediência, eram tidos como ideais de virtude e feminilidade. As mulheres viam-se limitadas à esfera doméstica, marcadamente divididas entre "virtuosas" e "perdidas" como assinala Giddens. Para ser aceita como "direita", deveria se comportar como a Igreja determinava, caso contrário era classificada como de vida "fácil".¹³⁷

Esses dados servem nesse estudo para olhar as particularidades e formações discursivas que, de forma violenta e insensível, interferiram na vida das mulheres que viveram nessa região brasileira, possivelmente para atender ao poder patriarcal que assumiu sua força desde o advento dos Doutores da Igreja, que impuseram "o desprezo por tudo que é carnal, desprezo da sexualidade, onde a mulher é o símbolo e o lugar da sexualidade".¹³⁸

Esse modelo constituiu a base da modernidade, coerente com "os ideais da modernidade, democracia, progresso e "civilização"", fundantes e presentes no método da ciência moderna ocidental, como mostra Sandra

¹³⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.(...) Op. cit., 1988, p. 08.

¹³⁷ BORGES, Pedro Célio Alves. Ruralismo, síndrome de periferia e Estado – mitos políticos e identidade regional em Goiás. Tese, Universidade de Brasília, Brasília-Distrito Federal. 1998, p. 62.

¹³⁸ COLLIÈRE, Marie Françoise. Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem. Lisboa: Lidel, 1999, p.53-54.

Harding,¹³⁹ respaldando a exclusão dos saberes-experiências tradicionais das parteiras e suas práticas, o ofício e ritual do partejar.

3 PARTEIRAS: AS DESCONTINUIDADES VIVENCIADAS

“Maria, Maria... é preciso ter força,
É preciso ter raça,
É preciso ter gana sempre.
Quem traz no corpo essa marca,
Possui a estranha mania de ter fé na vida”.

Milton Nascimento

3.1 Parteiras e Partos até o Século XIX: o Ofício, o Saber e a Função Social

O ofício de parteira se configurou e estava relacionado com algumas mulheres por sua reconhecida habilidade para ajudar as parturientes, amparando-as nessa delicada e exigente vivência do parir e de nascer.

Este era um saber empírico dominado pelas parteiras, a partir de suas próprias experiências de parir e de partejar. Até então, no Brasil era de inteira confiança das mulheres e famílias, quando assistiam as gestantes, parturientes, paridas e seus recém-nascidos nos domicílios. Também eram procuradas para atender as mulheres nos cuidados com o corpo, doenças venéreas e para a prática do aborto.

Para Maria Lúcia Mott,¹⁴⁰ eram mulheres oriundas das camadas populares que, em sua grande maioria, não tinham acesso ao ensino formal, mas que foram paulatinamente ganhando a confiança daquelas pessoas da sua comunidade, destacando-se socialmente, pois eram consideradas indispensáveis para prestar cuidados, partejar as mulheres e atender os seus recém-nascidos, despertando a preferência das mulheres e famílias de todas as classes sociais e

¹³⁹ HARDING, Sandra. “Existe un método feminista?” In: Eli Bartra (org) Debates em torno a uma metodología feminista, México, D.F.: UNAM, 1998., p. 02.

¹⁴⁰ MOTT, Maria L. de B. Partos. Parteiras e Parturientes: Mme. Durocher e sua época. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

econômicas. Após esse reconhecimento, passaram a ser requisitadas para acompanhar outros eventos ligados à saúde feminina.

Na Europa, durante os séculos XVII e XVIII, observa-se a entrada dos homens no espaço do parto e nascimento, quando foram denominados de médicos-parteiros. Não só as mulheres que atuavam nesse ofício enfrentaram os efeitos de uma profunda misoginia, sendo alvo de intensa perseguição, culminando em um dos mais bárbaros feitos da Inquisição, na alta Idade Média, como se encontra registrado no livro *O martelo das feiticeiras, Malleus Maleficarum*, compilado e escrito por dois inquisidores dominicanos, Heinrich Kraemer e James Sprenger.¹⁴¹

Naquela época, as mulheres recusavam a presença dos médicos parteiros e preferiam a companhia das parteiras durante seus partos, tendo em vista a preocupação com a confiança e segurança conquistadas pelas mulheres que partejavam, o que por certo era reforçado pela moralidade difundida pela Igreja. Apesar de atuarem em acontecimentos ligados à sexualidade, que eram envoltos pelo excesso de pudor, o parto configurava-se misterioso, como um grande tabu. Porém, esse cenário sofreu mudanças:

Desde a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a Corte vinha passando por um processo de transformação econômica, cultural e social. A cidade recebeu uma considerável população de origem européia, o que deu origem à europeização de hábitos e costumes, ao maior cosmopolitismo, a novos serviços e ao surgimento de uma economia de mercado¹⁴².

Com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil, tem início a incorporação de seus saberes e práticas do partejar pela medicina. Fato que se deu sem que houvesse qualquer habilidade e domínio técnico pelos novos parteiros, num processo paulatino, em que a arte de partejar passa a ser denominada de arte obstétrica, centrando seus estudos no parto. A partir de

¹⁴¹ KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras. (Malleus Maleficarum)*. Tradução de FROES, Paulo. 21.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2010.

¹⁴² MOTT, Maria Lucia. *Parteiras: O outro lado da profissão*. Niterói, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2. sem. 2005, p. 11.

então, deu-se o ingresso dos homens no saber e na prática das parteiras, culminando com a proclamação masculina de exclusividade da obstetrícia.

3.2 Século XIX a Meados do XX: os cursos e a apropriação de saberes

A segunda metade do século XIX foi palco da apropriação das técnicas usadas pelas parteiras e posterior hierarquização, o que possibilitou entender as formas de intervenção no saber prático e tradicional destas mulheres pelo saber da medicina científica da época.

Destacando a forma de produção dos saberes experiências do partejar, a ciência das parteiras, Aires descreve que o saber dessas mulheres resulta do somatório de objetos e procedimentos que compõem o seu ofício, no qual as habilidades se apresentam com o uso de observações, orientações, posturas e posições, óleos, toques e massagens, ervas para chás e banhos, simpatias, rezas e cantos, elaborados, aperfeiçoados, administrados e sistematizados pelas parteiras, produzindo a “tecnologia do atendimento ao parto e nascimento domiciliares”.¹⁴³

Nesses diferentes e peculiares universos simbólicos, boa parte das mulheres em trabalho de parto buscava “a figura de tradição antiga do cuidar que são as parteiras tradicionais, para ajudá-las, cuidá-las e acompanhá-las em eventos importantes da sua vida sexual e reprodutiva”.¹⁴⁴

Pouco a pouco, a concepção do saber experiência que engendrou essa arte e ofício, transmitida e sistematizada pelas mulheres em suas vivências de parir e de partejar, na intimidade dos lares, teve ampla aceitação e consideração social, em resposta à confiança conquistada pelas parteiras entre as mulheres que contavam com seus saberes empíricos, para atendê-las em diferentes questões ligadas aos seus corpos femininos, tais como as gestações, partos, abortos, doenças venéreas e infanticídios, como mostra Anayansi Brenes.¹⁴⁵

¹⁴³ AIRES, M^a Juracy. Técnica e tecnologia do parto: a produção e apropriação do conhecimento tecnológico por parteiras tradicionais. Dissertação. UFPR, 2006, p. 41- 42.

¹⁴⁴ DIAS, Maria Djair. Mãos que acolhem vidas: as parteiras tradicionais no cuidado a mulher durante o nascimento em uma comunidade nordestina. 2007. 477f. Tese (Doutorado em Enfermagem)-Escola de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, 2007, p. 477.

¹⁴⁵ BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX . Cad. Saúde Pública , vol.7, no.2, Apr./June 1991.

O serviço prestado pelas parteiras era uma tradição, cumprida ao exercerem o ofício, arte e dom do partejar, em que eram reconhecidas e legitimadas socialmente como função social, que se refere à temporalidade pré-industrial da tradição e do sistema de dádivas, da dádiva do dom presidindo as suas práticas.

A representação e referência às parteiras despertam o interesse dos homens, que passam à disputa das concepções sobre o saber experiência das mulheres cuidadoras, com objetivo de centralizar papéis e iniciativas necessários à construção de práticas, conhecimentos e conceitos para compor a ciência da mulher, anteriormente conhecida como arte de partejar.

Na temporalidade da modernização, dá-se a apropriação do saber-fazer das parteiras tradicionais pelo saber médico que constituiu a obstetrícia. Tal confronto resultou na incorporação da prática das parteiras pela medicina, cujo discurso centrava-se na premissa do exercício da clínica e da investigação anatomopatológica, a partir da presença masculina nessa área.¹⁴⁶

Essas justificativas levaram à criação de estratégias para determinar a formalização dessa prática, por meio da oferta do Curso de Partos e Parteiras, tornando-se uma iniciativa com força da Lei, como uma imposição dos Estados nacionais, de instituições religiosas e por ações da classe médica organizada em grupos.

Tais fatos, por certo, eram permeados por valores e interesses marcados por planos de exclusão e de domínio ligados aos aspectos de gênero e classe social, pois era sabido que muitas daquelas parteiras tradicionais sequer sabiam ler e escrever, o que impedia o ingresso em tais cursos.

Estas explicações são importantes, tendo em vista que, por força da Lei, estes cursos não só dariam a formação, mas também eram parte das estratégias de regulação da prática do partejar, em termos oficiais, como destaca Lúcia Mott:¹⁴⁷ “A perseguição das parteiras seria resultado do crescente poder dos médicos, desejosos de dominar os corpos das mulheres, bem como esse campo profissional”.

¹⁴⁶ BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil. (...) Op. Cit., 1991

¹⁴⁷ MOTT, Maria Lucia. Parteiras x parteiras: negociação e confronto (BOLETIM DE HISTÓRIA DEMOGRÁFICA. Ano XIII, no. 40, março de 2006 (não paginado)

Gradativamente, tornou-se um assunto médico, e, como tal, alvo de processos de normatização, registro e de formação, marcado pela crescente hospitalização, até as primeiras décadas do século XX.¹⁴⁸

Contudo, vale salientar que a marcante heterogeneidade geográfica e cultural brasileira resulta em uma diversidade de práticas e atendimento à saúde das mulheres, que tem relação com a realidade da vida cotidiana, própria dos diferentes grupos e contextos socioculturais de mulheres – índias, quilombolas, aquelas das regiões ribeirinhas, dos sertões, dos pantanais, das cidades, regiões metropolitanas. Alessandra Gissi faz referência ao controle das autoridades exercido sobre as parteiras, como:

Um fenômeno digno de atenção devido à longa duração que o caracteriza. Tal controle assumiu uma ênfase particular exatamente nos anos entre o término do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, período em que as parteiras tornaram-se objeto de repetidas leis, regulamentos, prescrições e de um forte controle policial e social. Eram, então, percebidas como possuindo exclusiva e potencialmente a capacidade de facilitar os nascimentos ou de limitá-los; vale dizer que esses são dois dos aspectos fundamentais da medicina das mulheres.¹⁴⁹

É possível entender o complicado processo enfrentado pelas parteiras e seu ofício, somado à crescente urbanização brasileira, resultando na modificação dos costumes e os modos de viver das mulheres, que pouco a pouco passaram a buscar atendimento hospitalizado para os partos.

Também são visíveis os efeitos desse domínio androcêntrico, que por certo ainda hoje persistem sobre a visão e avaliação dos saberes e experiências femininas, bem como sobre a possibilidade de essas mulheres acessarem as oportunidades de inclusão, como é o caso das parteiras tradicionais da RIDE. Em parte, respondem pela invisibilidade delas no cenário social e nos discursos, médicos ou não, sobre saúde e pelo silenciamento de sua prática e saber, na

¹⁴⁸ TORNQUIST, Carmen Susana. *Parteiras Populares: Entre o Folclore e a Escuta*. Niterói, v. 6, n. 1, p. 61-80, 2. sem. 2005, p. 63.

¹⁴⁹ GISSI, Alessandra. *Parteiras e controle da natalidade na Europa do Século XX*. Niterói, v. 6, n. 1, p. 11-41, 2. sem. 2005, p. 12.

memória social e na memória historiográfica. Essas são temporalidades diversas, presentes nas histórias dessas mulheres e explicitadas em suas falas.

Com base nessa compreensão, é possível perceber que a preservação dos fazeres e saberes das parteiras tradicionais provoca questionamentos acerca das políticas de saúde dominantes no Brasil.

Passa-se a refletir sobre essas práticas tradicionais como históricas e resistentes ao controle exercido pelas políticas e ações de saúde estabelecidas e hegemônicas.

Hoje em dia, essa característica vem sendo percebida como alvo para as mulheres que vivem o processo reprodutivo, ancorando os variados e complexos sentidos do partejar, ressignificando o parto domiciliar, as parteiras, os rituais e práticas que compõem o ofício de partejar nos domicílios urbanos.

Mas, não tem como, porque as pessoas vêm atrás, as pessoa acreditam, as pessoa é... querem ainda continuá com o parto domiciliar, o parto domiciliar. E é nessa hora que a gente vê nos olhos da pessoa que eles tão precisando da gente, e você não tem como dizer não (Obá).

Essa parteira expressa a nova tendência de mulheres urbanas, desde aquelas de pequenos municípios e até dos grandes centros urbanos, indicando a ressignificação do trabalho das parteiras e do parto domiciliar, ainda de forma discreta.

Como estratégia para uma compreensão possível, levantei as seguintes questões: As parteiras tradicionais do Entorno/DF permanecem disponibilizando seu ofício? Diante das condições em que se dá a atuação das parteiras tradicionais para atender as mulheres que não têm acesso ao SUS, o que tem sido feito para promover esta prática nos municípios da RIDE/DF?

É fato que em todas as regiões do país está acontecendo, desde as duas últimas décadas do Século XX, uma crescente corrente de movimentos sociais e populares¹⁵⁰ pela humanização do parto e nascimento, como uma

¹⁵⁰ Grupos e Movimentos sociais e populares pela humanização do parto e nascimento: ReHuNa, Amigas do parto, Parto do Princípio, Grupo Curumim, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Rede Nacional de Parteiras Tradicionais, Partonosso, GAMA, etc.

resposta aos abusos praticados pelo modelo biomédico de atenção ao parto hospitalar, configurando-se no excesso de cesarianas e intervenções nas gestantes, parturientes e suas crianças.

Esses movimentos se pautam pelo direito das mulheres e casais grávidos escolherem a forma, o local e o tipo de acompanhamento que desejam ter durante a vivência do processo de parir e nascer. Propõem atendimento respeitoso e a volta de métodos mais naturais, como também da atuação das parteiras, para os casos de gestações e partos sem indícios de complicações.

Intimidada, diminuída. Incompreendida.
Atitudes impostas, falsas, contrafeitas.
Repreensões ferinas, humilhantes.
E medo de falar...
E a certeza de estar sempre errando...
Aprender a ficar calada.
Menina abobada, ouvindo sem responder.

Cora Coralina (2004)

CAPÍTULO III
MOMENTOS E MOVIMENTOS
DAS PARTEIRAS DA RIDE

DESCOBRINDO TRAJETÓRIAS

1.1 Emergência das Trajetórias

Tendo como propósito conhecer as trajetórias das parteiras da RIDE, para apreender os possíveis fatores relacionados à proveniência dos seus saberes e práticas, indaga-se: *Que eventos da história de vida dessas mulheres resultaram na sua construção como parteiras tradicionais? Quais fatores, nas últimas três décadas, promoveram o afastamento e ou isolamento a que foram expostas a partir da fundação de Brasília-DF?*

A construção de narrativas sobre as parteiras da região do Entorno do Distrito Federal – RIDE possibilitou comparar as informações e discursos com outras narrativas sobre mulheres que partejam em outras regiões do país, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, tornando possível a emergência como sujeitos de sua própria história e servindo de apoio para conhecer, a partir de seus discursos, suas trajetórias como parteiras tradicionais.

A partir das fontes orais, foi possível explicitar o sentido histórico da parteira e do seu ofício de partejar. Mesmo sendo de domínio público e popular, a concepção do parto como uma vivência acompanhada por outras mulheres, “chamadas de parteiras, de curiosas, de assistentes de parto e de aparadeiras”, conforme Mojgan Hooshmand¹⁵¹, será considerada nesse estudo como uma descrição que caracteriza quem realiza esse ofício e os cuidados que lhe são inerentes.

O empenho deste trabalho foi ouvir as vozes dessas parteiras que vivem nessa região, como oportunidade de desconstruir o repertório que insiste em desqualificar seu ofício e experiências, sendo atribuídas ao passado, portanto, consideradas desnecessárias, ultrapassadas, por não terem formação escolar e profissional para o exercício do partejar; por serem desprovidas de valor científico, serem vistas como curiosas, curandeiras, supersticiosas. Entendidas em posição inferior ao que é visto como moderno e atual no atendimento ao processo da gestação, parto e nascimento, apesar de silenciadas, estão presentes e

¹⁵¹ HOOSHMAND, Mojgan Sabeti. Parteiras de Regência, ES: os múltiplos sentidos do ato de partejar. Dissertação. Faculdade de Saúde Pública/ USP, 2004, p. 08.

conhecedoras das práticas de cuidado peculiares ao ofício, saber e arte de partejar.

É necessário esclarecer que, para chegar às idéias de hoje, é fundamental interpretar as categorias que emergiram das trajetórias dessas parteiras, onde se percebe novos significados e sentidos que indicam mudanças às interpretações anteriores, tanto em termos de aceitação quanto de contraposição nos estudos sobre as parteiras dessa região.

O trabalho, cuidadosamente organizado, com os documentos e as fontes orais, exigiu atenção redobrada para análise, observando como as mulheres que partejam nessa região se vêem e como se constroem. Diante dessa perspectiva, nesse estudo realizei a transcrição literal da linguagem falada, preservando os regionalismos característicos do interior goiano, para construção das narrativas, preservando a originalidade que lhes são peculiares.

Tratei, nesta análise, de ativar os saberes locais, não legitimados ou valorizados pelo discurso verdadeiro, que, ao ocupar um lugar qualificado como científico, ordena, hierarquiza, classifica os diversos saberes, em nome dos direitos desta ciência detida por alguns. Em decorrência desse processo, foi possível entender como eram tratadas, com que sentido eram vistas e como sua atuação foi difundida em diferentes momentos e lugares nos discursos oficiais e hegemônicos.

Portanto, torna-se necessário considerar a situação histórica e política das parteiras da RIDE, nas áreas em que habitam e que serviram de contexto à coleta de dados. A partir do olhar direcionado a esse contexto, considere as condições próprias dessas mulheres, comunidades e municípios, que têm semelhanças e diferenças importantes, quer sejam aquelas de áreas rurais, urbanas e periurbanas, quer sejam aquelas permeadas por características sociais e familiares, específicas ou peculiares em relação ao contexto do serviço de saúde.

Para ter esse olhar, é preciso esclarecer que a estrutura organizativa da sociedade em que conviveram, nas suas comunidades, é fundada com base no determinismo biológico e na lógica binária de gênero. Essas bases criam entidades naturais, situando as mulheres na posição inferior em relação ao sujeito universal e masculino, presente nos discursos institucionais das religiões, das

ciências biomédicas, dos órgãos públicos da área da saúde e educação e das famílias.

No geral, as parteiras tradicionais do Entorno - DF pertencem a uma geração¹⁵² e contexto sociocultural repressivo, em relação ao desempenho de seu ofício, como pode ser visto nessas narrativas:

Minha mãe, minha mãe, dona RIS, fez parto em Pirenópolis, um monte!!! Eu tenho monte de irmão de leite lá, por que ela fazia os partos e amamentando, né? Mamentava aquela criança, também. A metade do pessoal de Pirenópolis também minha mãe pegou. Hoje, coitada, ela está com noventa e tantos anos, mas ela foi uma ótima parteira. Tinha dona Benedita, que também já faleceu (Dakini).

Só porque pra olhar criança, não ajudo mais, né? Mulher pra ganhar neném, né? Ensino os remédios tudinho, se for preciso, mas ninguém nunca vem mais perguntar, por que tá no meio dos recursos, aí num precisa, né? Os recursos é os médicos e o hospital, num precisa mais (Oya).

Tais vivências tiveram como consequência sentimentos de inferioridade e menos valia, culminando na baixa auto-estima estreitamente vinculada às relações de gênero e ao poder centralizador dos conhecimentos acadêmicos e instituições, que dão sustentação sob os auspícios dos discursos do patriarcado.

Contudo, é importante destacar o registro feito por um grupo de pesquisadoras feministas, no Dossiê Humanização do Parto: “A obstetrícia ocidental moderna teve sua origem no conhecimento acumulado pelas parteiras. Na história da maioria dos povos do mundo, há registros do predomínio da participação feminina no parto”.¹⁵³

Diante dessa perspectiva, busquei nos discursos dessas parteiras os fatores que interferiram na sua resistência, de onde apreendeu-se informações importantes, das quais se destacam o local de origem, seu deslocamento e o tempo que moram nessa região, idade, escolaridade, cor.

¹⁵² Geração está aqui compreendida como “espaço de tempo (cerca de 25anos) que separa cada grau de filiação; conjunto de pessoas que têm mais ou menos a mesma idade (Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1ª ed., 2001, p.375).

¹⁵³ Dossiê Humanização do Parto. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – São Paulo, 2002, p. 08.

1.1.1 Conhecimentos Transmitidos por Parteiras da Família: a transmissão/herança geracional da experiência do ofício de parir

Essa categoria emerge das mulheres, em que seus conhecimentos no partejar foram adquiridos por meio da transmissão oral feita pelas mulheres mais velhas e experientes da família, ligadas por um forte vínculo afetivo e emocional, transmitido de geração em geração e a partir de exemplos de parteiras moralmente comprometidas com sua atuação, realizadas como parte da dádiva, como podem ser vistas em suas narrativas:

A minha mãe era parteira, né? Desde ela na idade de 30 anos, que ela já era parteira. Aí eu fui ficando mocinha e acompanhava ela (Mama Occló).

A minha sogra que era parteira. Aprendi foi tudo com minha sogra. Ela me ensinou tudinho, tudinho! Passei muitos anos ajudando minha sogra, muito anos. Ela tinha o livrinho da parteira e acompanhava a folhinha (Dakni).

A minha avó serviu muito de exemplo, ela sempre falava de como era pra pegá/cuidá dos meus meninos mesmo (Dana).

Eu aprendi a ser parteira com a minha avó, que era parteira, minha mãe era parteira (Obá).

Ao conhecer esse aspecto de suas trajetórias, entendeu-se que se instituíram na prática do partejar à medida que se envolveram nos episódios de partos e nascimentos acontecidos nos espaços domésticos. Além disso, a identidade e o sentido que percebem em suas práticas estão bastante vinculadas às experiências e saberes absorvidos com as figuras femininas das parteiras tradicionais de suas famílias e de suas próprias experiências.

Portanto, estas mulheres que hoje fazem parte desse estudo foram as jovens parteiras aprendizes que se apropriaram dos sentidos e das experiências de parteiras mais velhas da família, pois como afirma Roger Chartier: “(...) a apropriação tal como a entendemos visa a uma história social dos usos e interpretações referidos a suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”.¹⁵⁴

¹⁵⁴ CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998, p. 74.

Essa visão possibilitou a análise das condições de recepção, que indicam a variedade das formas peculiares em que acontecem e as formas de apreensão dos conhecimentos e práticas que ocorriam para essas mulheres. De onde se entende que a transmissão dos saberes não teve vinculação à escolarização e faixa etária dessas jovens como fator preponderante, mas que esses fatores, em alguns momentos de suas trajetórias, trouxeram interferências e alterações.

A leitura feita permitiu entender que elas possuíam e possuem interesse e capacidade de observação diante da necessidade para aprenderem os ensinamentos oralmente transmitidos. Contudo, identifiquei que se forjaram como parteiras à medida que se colocavam disponíveis para atender as mulheres de sua comunidade que necessitavam de apoio, nas atividades no partejar.

O discurso das parteiras engendra o enunciado “conhecimentos transmitidos por parteiras da família”, que pode ser percebido como efeito de dispositivos sociais e políticos baseados nas relações de gênero e no assujeitamento das mulheres.

De forma espontânea, essas parteiras eram vistas a partir do entendimento de ser o parto ‘coisa de mulher’, focado na naturalização que encobre o pudor e desprezo pelas funções dos cuidados do corpo e pelos papéis femininos, desde a perspectiva da moral sexual, com ênfase para a vivência do evento reprodutivo.

Dessa forma, é possível que até a segunda metade do século passado, para os poderes médicos instituídos localizados nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, o parto acontecia e era entendido como atividade filantrópica, restrito à presença das mulheres que atuavam no ofício de partejar, visto com pouco interesse pelas autoridades médica e sanitárias locais.

Ficava o evento reprodutivo encoberto, o poder público se eximia de investir na atenção às mulheres, apoiando, ou não, as parteiras, em suas diferentes formas e necessidades. Nesse contexto, o ofício das parteiras configurava-se como possível e necessário para lidar com as carências femininas, até que se tornou campo de interesse de grupos e organizações profissionais na esfera médica.

Perspectiva que remete às primeiras décadas da segunda metade do século XX, quando as parteiras experientes dessa região eram vistas por suas jovens aprendizes com a aura da competência, que lhes inculcia respeito e atração pelo espaço do parto e nascimento. Mesmo assim, não contavam com apoio e suporte, em qualquer nível, do Estado brasileiro.

Frente a essa realidade, foi possível observar que os movimentos de mulheres e feminista obtiveram conquistas e direitos, mas desencadearam questões políticas vinculadas ao “domínio dos saberes e de intervenções políticas que se refere exclusivamente ao espaço do vital e a seus fenômenos correlatos: de natalidade, reprodução e morbimortalidade”¹⁵⁵.

Mas, a dominação como efeito da biopolítica¹⁵⁶ traz implicações e controle no “corpo e pelo corpo”, como se refere Michel Foucault¹⁵⁷, priorizando a questão da medicalização e do controle do Estado sobre os métodos de intervenção na saúde das mulheres, seus hábitos de higiene e seu bem-estar¹⁵⁸ conduzindo-as a confiarem seus corpos e seus partos aos profissionais e às formas de atendimento institucionalizado, incorrendo na perda do seu protagonismo, paulatinamente entregue aos técnicos e às regulamentações da biomedicina.

Assim, tornou-se possível entender esse processo como componente da politização da maternidade, tal como ocorreu com a desvalorização do leite materno, em função da expansão da indústria láctea, vem acontecendo no submetimento dos corpos das mulheres e do processo fisiológico do parto e nascimento hospitalares às intervenções de rotina, compulsivas e protocoladas, excluindo os saberes-experiências das parteiras e a possibilidade do parto domiciliar de baixo risco, a dispensas do direito de escolha das mulheres e de estudos que contradizem essa normatização.

¹⁵⁵ CAPONI, Sandra. A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 2, 2004, p.450.

¹⁵⁶ Para melhor compreensão do conceito de Biopolítica buscou-se o apoio de Sandra Caponi, que aborda eventos onde se deu a experimentação com seres humanos, percebidos pela autora como “um dos muitos modos pelos quais se manifesta a biopolítica da população que possibilita a consolidação dos estados-nação”. Vide: CAPONI, Sandra. A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2):445-455, 2004, p.542.

¹⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1993.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 137.

1.1.2 A Necessidade das Mulheres da Comunidade

Os saberes do partejar, que são peculiares às parteiras tradicionais, constituem-se “em torno de dinâmicas interpessoais íntimas, próximas e afetivas, estabelecidas pela cumplicidade feminina, numa relação de equidade intersubjetiva que traduz um conhecimento-solidariedade”.¹⁵⁹ Esse sentido pode ser observado nas narrativas das parteiras:

Em princípio foi a necessidade, assim, que as pessoas tiverem de ter uma pessoa por perto, quando ia nascer uma criança. E como eu vim de uma família que minha mãe foi parteira durante uns trinta anos, de vinte a trinta anos, então eu tinha mais ou menos conhecimento daquilo que ela falava pra gente, do que acontecia no parto (Yemanjá).

Foi assim, porque eu nunca tinha feito parto, aí a menina mandou me chamar, e eu falei com meu esposo, eu vou? ... e ele falou vai (Hestia).

Só tava nós duas, o marido tinha ido atrás da parteira, era muito longe. E, e ela tava andando, e ela teve essas duas menina no terreiro, ai nasceu a primeira menina, eu num sabia e ela foi me ensinando, ela foi me ensinando, ai eu fui fazendo, ai peguei (Ceres).

Aprendeu por necessidade porque pás roça num tinha, as parteira era tudo longe, não tinha condições de carro pra podê vim trazer pra cidade, pra médico. E eu, eu fui aprendendo, cada vez a mais, eu tive aquela influencia e aquela fé, porque tudo o que eu faço é com fé, é com fé (Obá).

Apreendi com a minha irmã, fazendo o parto da menina dela porque não aparecia nenhuma parteira (Damona).

Tal interesse em conhecer as ações de cuidados peculiares ao partejar deu-se pela intenção e a possibilidade de que viessem a precisar de sua atuação e disponibilidade, vinculadas às relações de reciprocidade, em que se davam ações de cuidar e de serem cuidadas.

¹⁵⁹ BORGES, Moema da S. Ainda Não: potencialidades e possibilidades do cuidado humano. 2006. 163f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde)-Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2006, p.138.

Para as parteiras da região, a oportunidade de conhecer as ações de cuidados peculiares ao partejar pode estar associada às situações inesperadas. Tendo em vista que, após a primeira ocorrência, motivaram-se a refletir sobre as suas práticas e seus efeitos para desenvolverem novas habilidades, a fim de se sentirem mais capazes e úteis diante das necessidades iminentes de lidar com as mulheres e seus partos, até mesmo delas próprias, quando estivessem grávidas e em trabalho de parto, como descreve essa parteira:

De mim, eu tirei experiência de mim, já tinha experiência dos outros, tudo. Porque os meus tudo foi eu que rumei, né? Tudo!! Meu marido judava e eu rumar, limpava, tudo. Ele perguntava assim, como é que eu faço? E eu punhava certin, do jeito que ele queria, né? Ele punhava do jeito que eu mandava, embrulhava num pano, daqui para lá (Dadona).

Percebi que as narrativas podem evidenciar diferentes processos que motivaram a sua construção como parteiras, sobretudo ao se verem movidas pela idéia das necessidades de si próprias e das mulheres da redondeza, como se apreendeu dos sujeitos de pesquisa:

E aí eu ia. E fui acostumando, fui gostando. Tenhe que eu gosto, tenho satisfação de tê uma pessoa assim que tá pra ganhá neném. Eu tenho a maior alegria. E tive bastante força de vontade assumir, né? Aprendê né? (Sirona).

Essa narrativa expõe uma das categorias que diz de sua emergência como parteira, vinculada às necessidades das mulheres da comunidade, constituindo-as como parteiras.

Sem dúvida, a idéia da necessidade pode auxiliar na tarefa de entender as condições históricas das comunidades interioranas e do campo, que legitimaram a ausência do estado para atender aos direitos básicos das mulheres e famílias durante a vivência do parir e do partejar, desamparando-as, como prática de submissão às desvalorizações vinculadas às questões de gênero, classe social e local onde habitam.

1.1.3 As Próprias Experiências de Parir

A partir da forma como essas mulheres viveram suas experiências no processo de gestar e parir, como foram cuidadas, absorveram as peculiaridades inerentes às diferentes etapas do parto e nascimentos, bem como de seus cuidados facilitadores para quem vivencia o parir e partejar. Assim, dá-se um entendimento dos sentimentos, sinais, sintomas e usos das linguagens, tão necessárias ao desenrolar do processo, conforme destaca Iara Attuch:

Outro aspecto interessante que pode ser interpretado como integrante desse discurso feminino seria o modo ideal de se realizar um parto. [...] Por outro lado, o enfoque holístico de uma parteira tradicional, teria uma compreensão sobre corpo relacionada às dimensões de afetividade, condições sociais, econômicas e religiosas.¹⁶⁰

Assim, percebeu-se que os conhecimentos das parteiras foram construídos em torno da realidade, na vivência pessoal e no compartilhamento do grupo, tal como percebido na trajetória dessa parteira:

Já os meus primeiros, eu já tinha... , só que não sabia porque eu num..., a parteira, a parteira olhava. Depois disso pra cá foi que eu tive as crianças, também sozinha, que eu mesmo fiz o meu parto, aí eu já sabia, já tinha aprendido, entendia tudo, né? Aí eu mesma fazia o meu parto (Beltia).

É que teve uma vez que eu pegava, eu mesma ganhava sozinha, eu mesma apertava, eu mesma ganhava. Justamente, não é? Aí eu, ah, eu mesma fazia meus remédios porque na hora de fazer meus remédios tudo, sabia que ia ganhar, não é (Dana).

Por terem contato frequente com as experiências e com situações que exigem distinção entre o acerto e o erro, desenvolveram habilidades para resolver as questões da e na sua vida e daquelas mulheres que acompanhavam durante o

¹⁶⁰ ATTUCH, Iara Monteiro. Conhecimentos tradicionais do Cerrado: sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira. Dissertação Programa de Pós-Graduação Antropologia Social, Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2006, p. 10.

parto e nascimento, como pudemos constatar, estão presentes nos discursos das seguintes parteiras:

Eu aprendi pegando os meus mesmo [os próprios filhos], eu mesmo ia lá, amarrava, cortava [o umbigo], embrunhava bem direitin, deitava com eles, depois banhava; eu mesmo cuidei de tudo porque não tinha ninguém pra cuidar de mim (Dana).

E fiz o parto do meu filho, também. O parto dele fomos nós dois sozinhos! Só chegou uma senhora pra queimar o umbigo, porque estava na cama, não é? Mas, foi tudo certinho (Mama Cocclo).

Nesses discursos atuais, é possível entender a solidão das mulheres durante a vivência de gestar e parir, tendo em conta que experimentavam e eram vistas como papéis naturalizados e, portanto, desvinculados de outros olhares e dimensões, engendrando assujeitamentos, negando-se atenção às necessidades que partem das crenças, valores, desconhecimentos, desejos, temores, esperanças, etc., que compõem a subjetividade humana, tão presente no processo de gestar e parir.

Subjetividade que se ancora em aspectos interacionais, socioculturais e psico-afetivos, que sutilmente definem a construção de relacionamentos, disponibilizando atenção às intersubjetividades dos sujeitos que carecem de olhar e de cuidados, como seres gregários e incompletos, inerentes à condição humana.

Assim, ao falar de suas experiências de parir, as quais estão na base de suas trajetórias como parteiras, ao longo da história, é possível apreender os fatos para lidar com a restrição imposta pela objetividade naturalizada do processo de parir, como formação discursiva historicamente determinada. Por certo, configurou-se a tendência para envolver a função reprodutiva com as subjetividades vincadas à religiosidade – “foi deus que quis, mulher é para sofrer e parir”- acarretando efeitos de poder.

De onde é possível entender que o ofício das parteiras era percebido como missão de vida, relacionado ao dom recebido diante de situações inesperadas. Confirmado a partir de suas próprias experiências concretas de parir e ou de se colocar a serviço da coletividade, para atender as mulheres durante o

trabalho de parto, parto e nascimento, como mostram Rosilda Chamilco¹⁶¹ e Mojgan Hooshmand.¹⁶²

É um ofício e saber considerado patrimônio humano, fruto de diversas culturas, mantido e transmitido oralmente de geração em geração. Porém, a persistência das jovens aprendizes estava associada ao interesse, à curiosidade e ao contexto social em que viviam, como aspectos fundantes relacionados à emergência de suas trajetórias como parteiras tradicionais na RIDE, que pode ser desvelada na próxima categoria.

1.1.4 A Admiração por Parteiras Experientes da Comunidade

À medida que participavam do processo de cuidados durante o parto, como aprendizes e auxiliares de parteiras, mostravam-se vinculadas aos aspectos sensíveis das mulheres que as requisitavam, bem como nas subjetividades que se interpõem no processo do gestar, partejar e parir.

Boa parte dessas mulheres iniciou nessa trajetória muito cedo, visto que foram interessadas e curiosas para se vincularem a esse ofício, certamente, ao terem compreendido que era um espaço privilegiado, onde o “mundo das mulheres” poderia ser decifrado, pelas possibilidades de abrir portas para conhecerem e compreenderem as experiências das que partejavam e daquelas que paririam.

É possível entender que esse fato também esteja relacionado à admiração e impressão favorável que nutriam pelas parteiras mais velhas da comunidade, presentes em suas narrativas:

Eu comecei a andar com minha comadre. As parteiras de lá, né? E aí eu fui vendo as... vendo elas fazendo o parto, aí elas foram começando a me dar experiência (Sirona)

¹⁶¹ CHAMILCO, Rosilda A. da S. I. Práticas Obstétricas adotadas pelas parteiras tradicionais na assistência ao parto e nascimento domiciliar na Amazônia legal, Santana, AP. 2001. Dissertação, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

¹⁶² HOOSHMAND, Mojgan Sabeti. Parteiras de Regência, ES: os múltiplos sentidos do ato de partejar. Dissertação. Faculdade de Saúde Pública/ USP, 2004.

Sempre fui curiosa e gostava das pessoas mais velhas pra aprender com elas (Jaci).

Foi com as outras parteiras que ficou comigo. Aí eu aprendi. Foi preciso eu ficar com outras, aí eu... do jeito com que as parteiras fez comigo e fazia com outras, né? (Ceres).

Essa veia que morreu, essa comade Senhora, enton ela era parteira mesmo. Enton, toda vez que ela ia, ela ia fazê um parto, aí ela me chamava. Aí, eu ia mais ela, comadre Senhora, aí ela ia, aí eu ia com ela (Diké).

No contexto social de então, toda garota era preparada para casar e constituir família precocemente; fator esse que está presente no grupo das mulheres estudadas, ao que se agregam os episódios repetidos e comentados sobre as parteiras experientes que agiam nas ocorrências familiares, diminuindo as distâncias e isolamentos vividos por essas jovens, na perspectiva dos papéis sexuais e reprodutivos naturalizados.

Porém, é fundamental destacar que o ofício do partejar acontece como ritual que contempla os aspectos sensíveis vinculados às dimensões das subjetividades, configurando-se em abordagem vincada às religiosidades daquelas pessoas envolvidas na dinâmica do parir e do partejar, requisito central na opção pelo parto domiciliar, trazendo as narrativas dos sujeitos dessa pesquisa.

1.1.5 As Subjetividades e Crenças

Foi possível observar que a apreensão das práticas de cuidados, usadas no parto por essas parteiras quando eram jovens, requeria a possibilidade de conhecer os espaços e os princípios morais em que os eventos ocorriam. Os postulados das religiões e credos que lhes davam sustentação fazem parte do contexto sócio-cultural das famílias e comunidades onde atuavam essas parteiras. Muitas delas expressavam suas emoções e sentimentos ao relatarem suas trajetórias, presentes nas narrativas analisadas, como a seguir:

Porque Deus mesmo tem que dar o dom, como eu já falei pra senhora. Aí eu chegava lá não tinha embaraço nenhum

e fazia os partos delas. Aí pegava os mininozinho normais (Sirona).

É a coisa que eu sinto mais feliz na minha vida. Quando a pessoa chama pra eu pegá o filho dela, aí eu vou e pego, aí eu falo: Oh, meu Deus, sinto mais feliz na minha vida. Quando a pessoa chama pra eu pegá o filho dela que ficou feliz e a mulher também, não e? Dá tudo certo (Dana).

Quando eu saio da minha casa pra pegá uma criança eu já falo: meu Deus me ajuda, me dê força pra mim ajudar essa criança nascer. Aí com a minha consciência limpa e com o sentido em Deus, aí rapidinho eu pegava o bebê! (Oya).

Eu sentia... Eu sentia bem, sim. É... que eu achava bom, né? Que eu chegava e as mulheres estavam passando mal, Deus dava ali!, logo elas ganhavam o menino. E elas ficavam feliz e eu também” (Kali).

Eu sabia assim que eu salvei uma pessoa, eu salvei uma pessoa pelo um benzimento, com nome de Deus. Tudo que eu faço na minha vida é com Deus na frente, eu num, inté esse momento, tudo o que eu faço é com fé Nele (Jaci).

Eu sei de remédio pra quando ganha menino, pra dor. Só Deus me ensinou ninguém me ensinou as coisas, os remédios (Ceres).

As parteiras, de um modo geral, vão buscar suporte para suas práticas em seus sistemas de crença e religiões, qualquer que seja a cultura espiritual que as inspire.

Conforme a concepção e sua vinculação ao ritual religioso que tenham interiorizado, elas empregam orações a santos de devoção popular e utilizam ervas medicinais reconhecidas e cultivadas na sua comunidade, que fazem parte do conhecimento das raizeiras, usadas e impregnadas por sua fé e devoção.

As múltiplas receitas com o fim de facilitar o desencadeamento e a evolução do parto e nascimento eram acompanhadas de orações, cantos e simpatias. Estas eram adquiridas na transmissão oral e na observação, pois sua “natureza espiritualizada é a verdadeira matriz da qual se nasce, de modo que tudo que envolve o parto torna-se especial, até mesmo sagrado. Ela é o lugar da vida e da morte.”¹⁶³

¹⁶³ SOUZA, Heloisa Regina. A Arte de Nascer em Casa: um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.p.118.

Diante desse entendimento, é possível observar as iniciativas vinculadas ao campo das subjetividades, usadas para dar sustentação às demandas cotidianas dessas mulheres que partejam, que ao se iniciarem e adentrarem nesse ofício, suas complexidades e interfaces despertam percepções e lhes conferem habilidades próprias, possivelmente adquiridas por meio do envolvimento e das trocas, resultando na reciprocidade e solidariedade no mundo de mulheres, como nessa narrativa:

Aí eu falei assim, comade chama a sua mãe, ela é mais experiente. E ela falou: mas eu quero é a senhora! Aí eu fiquei lá, quando passou assim uma meia hora ela ganhou o nenenzin dela. Aí eu fiquei naquela alegria, naquela emoção... eu chamei a Mãezinha (Dana).

Mesmo assim, nesse processo de transmissão, eram vivenciadas práticas e atitudes que consideravam a singularidade das mulheres e as peculiaridades de suas gestações, algo do indivíduo que é absolutamente irreduzível.

Ali a mão da gente aonde vai, alí pára. A hora que pára, ali é o lugar da enfermidade. Se ele enfiar aí no estômago, é muito difícil tirar. Eu já tirei muitos! Já tirei assim de seis meses, ajeitando, ajeitando. Colocava no lugar certo (Jaci).

E, por outro lado, havia as famílias onde cada contexto se dava, com sua originalidade e exigências peculiares, que repercutiam sobre a relação de cuidados direcionados às mulheres, ao intenso processo de parir, e ao ofício das parteiras, como mostram essa parteira:

Essa mãe tava até assim meio de banda comigo, me chamô e eu peguei com amor e com carinho. E hoje a menina tá estudando aí, nesse, no colégio (Héstia).

Portanto, suas práticas do partejar eram vividas e consideradas como se estivessem compondo um ritual em que se preparavam para atuação. Abordavam as várias dimensões e aspectos da pessoa, tendo em vista que suas

ações são vincadas às suas emoções e crenças, já que existe uma indissociável relação entre emoção, razão e atitudes, como nos mostra Humberto Maturama.¹⁶⁴

Contudo, é possível que nem todas as parteiras correspondam a esse modelo, o que torna necessário evidenciar a preocupação de não rotulá-las com o dispositivo amoroso da ‘verdadeira’ parteira, restringindo-as ao assujeitamento, de serem naturalmente dedicadas, bondosas e devotadas, como especificação desse dom, sempre cuidando do conforto e promovendo satisfação para si mesma e para as paridas e suas famílias.

1.2 A Permanência das Parteiras

No Brasil, o modelo antigo de partos domiciliares com parteiras tradicionais, foi substituído pelo atual, centrado na figura dos profissionais da saúde e pautado no controle das etapas do trabalho de parto.

Portanto, o paradigma tecnicista e intervencionista não veio acompanhado por nenhum modelo alternativo de assistência ao parto, acessível a um número mais expressivo de mulheres que vivem o parto como evento cultural e revestido de sentidos. Fato que tem sentido, especialmente para aquelas que vivem em áreas rurais e periurbanas e também para as suas descendentes que validam suas experiências, assim como os sentidos dados ao processo de gestar e parir.

Acontecimento perceptível, ao observar que, na atualidade, dá-se uma forma silenciosa de omitir os partos domiciliares normais e os nascimentos sem problemas, como é possível ver no quadro 3.

¹⁶⁴ MATURAMA, Humberto R. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Atenas, 2004.

Quadro 3. Partos no Distrito Federal (2005)¹⁶⁵

Local	Parto Vaginal (%)	Cesáreas (%)	Total
Hospitais Públicos	22.872 (64,83)	12.410 (35,17)	35.282
Hospitais Privados	975 (9,86)	8.913 (90,14)	9.888
Partos Domiciliares	-	-	-
Total	23.847 (52,79)	21.323 (47,21)	45.170 (100)

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. **Sistema de Informação e Avaliação em Saúde.** Relatório de Eventos Vitais 2005. Distrito Federal, Brasília, 2006.

Mesmo assim, algumas e raras parteiras, fazem sua parte na histórica prática de cuidados, o ofício do partejar, para mulheres e famílias que lhes confiam os cuidados com a parturição e o nascimento na região do Entorno do DF/RIDE.

Diante do que se pode fazer a leitura da negação feita pelo Estado sobre a participação dessas parteiras e de suas contribuições para a formação da sociedade, apesar de negada. É possível afirmar que as parteiras tiveram e têm um papel importante para a estruturação da cultura que preserva as relações familiares, parentais e da sociedade.

Mesmo assim, pude perceber a repercussão da desqualificação e a paulatina exclusão vivida pelas mulheres que partejavam, que ainda hoje as acompanham, nos diferentes papéis que desempenham, quer como produtoras de sentidos para as experiências e resistências de papéis femininos, ou como cultura e ideologia que se mantêm, apesar das lutas das mulheres, ainda sob efeito dos desdobramentos da dominação masculina.

A luta do feminismo indica as diferentes possibilidades para romper com o essencialismo de forma autônoma, como é visível no contexto das relações das parteiras com o sistema de saúde. Eleonora Manicucci Oliveira¹⁶⁶ analisa toda a complexidade desse domínio androcêntrico ao escrever:¹⁶⁷

¹⁶⁵ Segundo informações da Coordenação de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, foram retirados dessa amostra 65 partos vaginais em locais ignorados, e 49 partos com tipo ignorado.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo: Huncitec/CUT, 1988.

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 23

Vemos, primeiramente, o corpo integrado sob o efeito de uma patologia médica: as mulheres não conhecem seu corpo, ficando, portanto à mercê de toda uma prática médica, que utiliza a normatização e a medicalização como formas de instrumentar uma relação de poder de médico-paciente.

Como esta, muitas outras situações contribuíram para que tal domínio acontecesse; mas a exclusão e a significação restritiva do valor e da liberdade das mulheres tornou-se o foco das relações entre homens e mulheres, passando a ocupar espaço importante no âmbito do público e do privado, tendo como instrumento e como estratégia de disseminação e de forte repercussão a linguagem, que veicula o pensamento, a transmissão cultural e a interação social.¹⁶⁸

É possível entender e admitir que as parteiras da RIDE foram expostas a discursos e aos dispositivos de controle que refletiram na vida das parturientes, de suas crianças e na situação das próprias parteiras, a partir de mudanças estruturais no atendimento ao parto, como a institucionalização e a medicalização compulsória.

Ao iniciar os contatos com as parteiras da RIDE, perguntou-se: *Quais fatores podem estar associados à sua permanência, ou impermanência? Que fatores interferiram para que essas mulheres não persistissem atuando, tornando-se silenciadas e desqualificadas?*

Essas e outras questões me sensibilizaram para compreender o significado da experiência de cuidar de mulheres durante o seu processo do parto e nascimento, por meio de suas narrativas sobre suas trajetórias. Decidi, então, buscar entender essas questões a partir do sentido e representação de suas práticas, como forma de acesso à apreensão dos fatores que interferiram na permanência dessas parteiras tradicionais, nessa região.

Tal perspectiva se ancora na certeza de que, não é pretensão esgotar nesse estudo, os variados fatores que podem ser entendidos e associados a essa interferência, pois são tantos e tão diferentes os seus efeitos e causas.

¹⁶⁸ LIMA, Maria José. A mulher na sociedade e a problemática da enfermagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 45., 1993, Recife. Anais... Recife, 1993.

Tratei de esboçar uma análise de dois aspectos que se considerou vinculados a essa tese, presentes nos documentos acadêmicos analisados, vinculadas aos interesses das instâncias do Saber-Poder-Subjetividade, como se refere Michel Foucault¹⁶⁹, que seguem direções distintas e, ao mesmo tempo, relacionadas entre si.

O primeiro ocorre a partir da associação “mulher com natureza”, fundado na “noção de cultura, natureza e instintividade”.¹⁷⁰ E o segundo é a percepção da “ritualística do parto” e do partejar, como nos mostra Robbie Davis-Floyd¹⁷¹.

Em ambos os aspectos é possível verificar que há como base a vinculação de muitas mulheres aos preceitos, ou dispositivos que afirmam ser a experiência do parto dolorosa, sofrida e perigosa, com muita frequência vinculada ao risco de morte. Impossível negar ou questionar o significado do parir para as mulheres, individualmente.

Contudo, é possível entender que várias percepções foram construídas pelo discurso, vinculado ao olhar da Igreja, da justiça e das ciências, que correspondeu “aos valores dominantes da sociedade industrial e patriarcal sobre a mulher, que estão na base do 'modelo tecnocrático' de atenção ao parto”, como mostra Robbie Davis-Floyd¹⁷².

Porém, no imaginário social esse aspecto é acompanhado de sentidos ambivalentes, visíveis na percepção das mulheres sobre questões como a rejeição ou aceitação da vivência da maternidade e do parto, que nas últimas décadas vem sendo alvo de pesquisa, envolvendo vários segmentos sociais para ressignificar essas experiências.

A influência da medicalização reafirma o caráter de dispositivo de controle sobre mentes e corpos femininos, que pode ser usado para atinar as vivências das mulheres e o nascimento, a partir da relação de poder que

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 6. ed., 1986.

¹⁷⁰ TORNQUIST, Carmen Susana. *As armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto*. São Paulo: Estudos feministas, 2002, p. 490.

¹⁷¹ DAVIS-FLOYD, Robbie. *Humanização do parto*. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 389-398, 2002.

¹⁷² *Idem*, *ibidem*.

possibilita o exercício do que Foucault denomina de ‘biopolítica’¹⁷³, visível na narrativa dessas parteiras:

Por isso que eu larguei, se no recurso, no doutor, acontece essas coisa de morrer... Por isso que eu larguei, graças a Deus!! Louvado seja Deus, meu bom Deus!, nunca aconteceu dessa! (Damona)

O risco era os médico, que ficam falando. (Sirona)

É possível ler nas narrativas dessas parteiras que a temática do biopoder esteve vinculada à questão de sua atuação, diante do processo a que foram submetidas, que teve como resultado a apropriação de seus saberes e práticas acumulados, para compor a base de conhecimentos e técnicas da obstetrícia moderna, sem referência às mulheres que partejam e seus saberes-experiências.

Conflito vivenciado pelas parteiras, o exercício do biopoder está expresso em “Práticas reais e efetivas; (...) como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam corpos, dirigem gestos, regem os comportamentos”¹⁷⁴.

Assim, fica evidente que as parteiras estão sob a égide e regulação do biopoder, sujeitas aos dispositivos de controle, vinculados à noção de progresso científico, praticados em nome das mulheres, assujeitando-as em nome dos ideais femininos, mais uma vez, como se encontra nos discursos das parteiras:

É...porque hoje tem os hospitais, né? Hoje as pessoas já fazem o pré-natal tudo direitinho então se você for fazer um parto acontecer qualquer coisa a gente pode até ser processado, né? Mas se eu tiver em um lugar que não tiver recurso e a mulher for ganhar nenê eu ajudo e faço (Mama Oclo).

¹⁷³ “O conceito de biopolítica foi enunciado pela primeira vez numa conferência que Foucault ministrou em 1974 na Universidade Estadual de Rio de Janeiro. A palestra foi publicada em 1977 com o nome de O nascimento da medicina social (Foucault, 1989).

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 6. ed., 1986, p.182.

A biopolítica se deu e interferiu sobre os interesses, desejos e direitos das parteiras e de grupos de mulheres e famílias que as reconheciam, pois eram beneficiadas pela disponibilização do seu ofício, do partejar.

Contudo, cabe ressaltar que os avanços científicos da obstetrícia moderna trouxeram contribuições importantes para favorecer o atendimento às mulheres durante o processo de gestar e parir, tais como o suporte de medicamentos e cirurgias, aplicado nos casos de riscos e complicações, quando bem utilizado e não banalizado, favorecem a prevenção da morbimortalidade materna e perinatal¹⁷⁵.

Porém, a questão da exclusão das parteiras tem vinculação com a afirmação do biopoder, visto que seu ofício, seu direito e liberdade para atuar, cedo foi alvo de instrumentos de poder e controle, uma vez que são saberes e práticas vinculadas ao corpo e a sexualidade feminina. Portanto, historicamente, tal controle se fez presente e subjacente às estratégias de normatização e regulamentação das mulheres atuantes nesta prática, usadas para justificar a entrada dos homens nessa área, ocupando o lugar das parteiras, apropriando-se do parto e dos saberes-experiências dessas mulheres que partejam, configurando-se em uma forma de dominação, repressão e domesticação do feminino, por meio dos discursos da Igreja, do Estado, dos médicos e demais autoridades, sendo muitas vezes usados conjuntamente como forma de atingir o objetivo principal, qual seja, a dominação masculina sobre os saberes e poderes das mulheres, através da ideologia da inferioridade feminina.

Tal iniciativa engendrou forte impacto sobre o comportamento e em vários aspectos da vida das mulheres que partejavam nessa região. Contudo, é visível que, às perspectivas de gênero na política e na ciência, se somem aos aspectos relativos à “classe, raça, a etnicidade, a sexualidade e outros sistemas sociais simbólicos e estruturais”, como mostra Sandra Harding¹⁷⁶, abordados pela crítica e movimento feministas. Tais fatores estão presentes e recrudescem na situação das parteiras.

¹⁷⁵ Por morbimortalidade materna e perinatal entende-se a ocorrência de adoecimento(morbi) e de morte(mortalidade), como efeito de fatores não prevenidos, ou não preveníveis durante todas as fases da gestação, até os primeiros trinta dias do pós-parto, nascimento e aborto.

¹⁷⁶ HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: Questões de gênero. Tradução CARNEIRO, Elisabeth. Labrys estudos feministas, n. 3, jan/jul 2003, p. 02.

Foucault¹⁷⁷ compreende que o poder se exerce através de micropoderes, emergentes de pequenas instituições que atuam em todas as áreas da sociedade, e que envolvem todas as pessoas, com efeitos específicos, como se dá na medicalização do corpo feminino.

Contudo, dessa tecnologia se atribuiu e se propagou à prevenção e ou redução da dor do trabalho de parto, possivelmente associadas ao surgimento de uma administração dos corpos¹⁷⁸, vindo a favorecer a exclusão das parteiras tradicionais e de seus ofícios, sob os auspícios da medicina, que conseguiu eliminar as parteiras, apropriando-se de seus saberes-experiências e adquirir o monopólio dos partos.¹⁷⁹

Mas também é importante citar que outros fatores negativos estão associados a esses programas e suas práticas, vindo a desencadear a violência institucional¹⁸⁰ e uma tendência pelo uso impulsivo e determinado de rotineiras intervenções sobre o corpo das mulheres saudáveis, durante o trabalho de parto, parto e pós-parto saudáveis, vindo a contribuir com iatrogenias¹⁸¹ sobre as parturientes e suas crianças, como destacam Carvalho, Sampaio, Chacham e Viana:

Mas estes programas não alcançaram completamente os objetivos propostos, dado as ainda muito altas taxas de mortalidade e morbidade perinatal e materna, partos prematuros e cesáreas desnecessárias prevalecentes no Brasil e também em outros países da América Latina. Alguns destes efeitos, como a taxa alta de cesáreas, são

¹⁷⁷ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 176p.

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 6. ed., 1986.

¹⁷⁹ ARNEY, William Ray. Power and the profession of Obstetrics. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1982.

¹⁸⁰ NOGUEIRA, Maria Ines. Assistência Pré-Natal em Duque de Caxias: um caso de violência Institucional. 170f. Dissertação, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1993.

¹⁸¹ Iatrogenia é uma alteração patológica provocada no paciente por diagnóstico ou tratamento de qualquer tipo. Um problema iatrogênico é provocado por pessoal ou procedimentos médicos ou por meio de exposição ao meio hospitalar, inclusive o medo causado ao doente por comentários ou perguntas feitas pelos profissionais que o examinam.

diretamente relacionados com a substituição das parteiras tradicionais e hospitalares por médicos¹⁸².

Esse uso indiscriminado dos avanços tecnológicos vem causando e contribuindo com o grande número de cesáreas, com o tratamento impessoal dado às mulheres que buscam os serviços de saúde durante o parto e a elevação dos custos dessa assistência, muitas vezes indisponíveis para acesso das mulheres empobrecidas, das que moram em comunidades interioranas e distantes dos grandes centros, com frequente insatisfação dessas e de seus familiares, seja nos serviços públicos e ou privados.

Tal observação se encontra nos discursos das parteiras que integraram esse trabalho, como se vê adiante:

A diferença que eu acho é que a mulher na hora que ela sente a dor do parto, ela é separada da família, ela é levada pro meio de pessoas desconhecidas, aonde ela só vai ver caras desconhecidas, ela vê médico desconhecido, enfermeiro desconhecido, ela não vê ali mãe, ela não vê esposo, tá? E eu acho que isso gera um desconforto pra mulher (Oya).

Ao invés de dar o chá, dava a injeção pá dá força. Agora muitas dela, que nem eu fui, in duas eu fui, muitas dela dava aquela injeção pá dá força, que nem minhas menina, mais as veis cabava logo, cabava a reação da injeção e inda não tinha ganhado, né? Aquela força horrorosa, força horrorosa memo. E a pessoa com dor, morria de dor (Dike).

Diante dessa situação, surge a proposta da crítica feminista, que se vincula e fortalece o movimento pela humanização do parto¹⁸³, enquanto uma provocação para que as mulheres se coloquem como autoras do próprio processo de gestar, parir e maternar, assegurando-lhes os direitos reprodutivos, como entende a autora:

¹⁸² CARVALHO, Islene; CHACHAM, Alessandra Sampaio; VIANA, Paula. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11. 1996. Painel 873.

¹⁸³ Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento - ReHuNa.

O movimento pela humanização tem no feminismo uma de suas principais inspirações. (...) Pois, se as mulheres fossem meros objetos (mesmo que “delicados”) da ação obstétrica elas mereceriam somente impessoal piedade por suas “dores de parto” e seu “destino cruel de mulher”; mas quando são vistas como sujeitos, sua voz pode ser ouvida e o diálogo tem condição de nascer¹⁸⁴

Sob a égide dessas reflexões, verificou-se que a heterogeneidade está presente nos impasses existentes entre as forças que passam a haver nos desafios das variadas posturas das parteiras, como seres plurais.

Semelhantes aspectos e comportamentos se relacionam com a desqualificação das parteiras, as dificuldades e ou conflitos enfrentados por elas para disponibilizarem suas atividades no partejar, ou mesmo com o uso de práticas não-intervencionistas que compõem o ritual do parto domiciliar, como descrevem:

O óleo, o chá, fazia a reza, eu botava a reza de Nossa Senhora do parto, então eu tinha decorado, fazia as rezas, o terçozinho e botava no pescoço dela e enquanto ela não ganhava nenê eu não tirava e aí eu rezava na barriga dela (Diké).

O paradigma tecnicista considera os corpos das mulheres naturalmente defeituosos e dependentes de intervenções, como especialidades da biomedicina. Fato que concorreu para que se desse a transferência do poder das parteiras para os médicos, como destaca Ruth Osava:

Ao associar o corpo, especialmente o corpo feminino, ao pecado, eles abriram o caminho para que o corpo da mulher fosse visto como sendo inerentemente defeituoso e sujeito, então, às intervenções (salvadoras) da medicina¹⁸⁵.

¹⁸⁴ NOGUEIRA, Adriana Tenese. Humanização do Parto e Feminismo. 2007. Disponível em: <http://www.amigasdoparto.org.br/2007>. Acesso em: 19 mai. 2008. Não paginado.

¹⁸⁵ OSAVA, Ruth Hitomi. Assistência ao parto no Brasil; o lugar do não médico. Tese. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 37.

Nesse ínterim, pude verificar que, enquanto espaço e labor intenso, constroem-se as diversificadas e complexas tramas dos cuidados disponibilizados, que comporta os jogos de poder vivenciados.

As parteiras tradicionais que disponibilizam seu ofício nessa região, não se percebiam enquanto sujeitos políticos, conscientes e proativos. Isso porque ancoram o sentido do seu agir como dispositivo vinculado às subjetividades e à noção de dádiva, semelhante ao que entende Marcel Mauss.¹⁸⁶

Essa percepção foi construída a partir de conflitos e acomodações, entre valores tradicionais que derivam da moral religiosa e valores modernos, vinculados à preocupação com a necessidade de reconhecimento do valor e poder de seus saberes e práticas, perseguidos e desqualificados desde o Séc. XVII, como analisou Mott.¹⁸⁷

Fato este que não se encontra nos seus discursos, tendo em vista não trazer qualquer preocupação com a busca de estratégias de autofortalecimento e de preservação de suas experiências transmitidas oral e intergeracionalmente.

Grande parte dos sujeitos dessa pesquisa desconhecem as iniciativas de organização política relativa ao universo de sua atuação, existentes em alguns estados e regiões, como as associações de parteiras tradicionais.

Em sua grande maioria informou desconhecer a existência de associações de parteiras, com exceção de duas mulheres que tinham conhecimento dessa organização, mas que não participavam, como podemos ver em seus discursos: “Sim, conheço, mas nunca foi procurada para participar” (Yemanjá); “Sei que existe associação de parteira, mas não sei onde é o endereço, não” (Dakini).

Situação que nos reporta a entender as condições de vida de boa parte dessas mulheres, tendo em vista as dificuldades de acesso a informações e iniciativas para participação popular, principalmente para aquelas que pararam de atuar e estão silenciadas, as quais sequer se sentem alvo de qualquer ação

¹⁸⁶ MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução Paulo Neves. In:___Ensaio sobre a Dádiva. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-314.

¹⁸⁷ MOTT, Maria L. de B. Partos. Parteiras e Parturientes: Mme. Durocher e sua época. 1998. Tese Doutorado em História Social -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

inclusiva, ao que se somam condições financeiras limitantes, para arcar com novos desafios e ações reivindicadoras de direitos.

Ainda hoje, as mulheres não dispõem de estratégias para usufruírem do exercício da cidadania e de oportunidades para vencer os dispositivos de sua exclusão, as quais viveram e vivem em áreas rurais e periurbanas da região do Entorno do DF.

É importante ressaltar que, no estado do Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, onde se encontram as comunidades Kalunga, remanescentes de territórios quilombolas, algumas parteiras foram alvo de treinamentos e de estímulos que resultaram na criação de sua Associação de Parteiras Tradicionais, como registrado no Relatório de Gestão da SEPPIR, de 2006.¹⁸⁸

Tais ambiguidades são produzidas às expensas da globalização e da desvalorização do trabalho dessas mulheres, duplamente discriminadas, com ênfase para atividades laborais que se dão no espaço doméstico.

Nisso se encontra a subjetividade compartilhada por essas parteiras: a partir deste diálogo, que se faz permeado pela necessidade de uma ação coletiva e de busca de cidadania, favorecendo a formação de pessoas como “sujeitos da própria história”, a partir do olhar que possibilita “[...] suas relações sociais e com a natureza”¹⁸⁹, tal como indicam suas narrativas:

Hoje as pessoa já faz o pré-natal tudo direitinho então se você for fazer um parto acontecer qualquer coisa a gente pode até ser processado, né? Mas se eu tivé em um lugar que não tiver recurso e a mulher for ganhar nenê eu ajudo e faço. Então é só se precisar mesmo. É, só se precisar (Hestia).

Hoje eu não dou mais conta de ser parteira não. Já tô cansada, já sofri demais. Hoje em dia eu não guento mais. Esse serviço de parteira eu não guento mais não. Mas, assim, se for o caso, na ultima hora, eu ainda pego, mas se for na ultima hora,e se só tiver eu (Cuda).

¹⁸⁸ Parteiras fazem treinamento em saúde em territórios quilombolas de Goiás. FONTE: Agência Brasil - <http://www.radiobras.gov.br>. Para maiores detalhes, vide Relatório de Gestão 2003-2006 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Esplanada dos Ministérios, bl.A, 9º andar, CEP 70054-900, Brasília, Distrito Federal.

¹⁸⁹ Grupo politicidade, cátedra 2005. IN: <http://www.pucsp.br/paulofreire/relatoporto.htm>, acesso em 23/out/2009

Minha filha, agora eu não posso falar porque meu esposo vevi de cama, né? Ai não tem jeito, né? Se for para eu sair e largá ele, já é... Não tem jeito né? (Kali).

Se precisar e eu vou, se precisá me chamá, pode sê aonde for, precisó de me chamá... (...) vem pega aqui esse menino, eu vô, com a força de Deus eu vô. Deus me dá força, me ajuda e em ensina tudin, num é? Com certeza, porque Deus é poderoso, enton a gente é servo de Deus, a gente tem que pedi primeiramente força a Deus e coragem que Ele dá, num é? (Damona)

Ah, eu desejo, eu desejo continuar trabalhando de tudo que eu faço, até o dia que o Eterno disser chega! (Yemanjá)

É, agora ninguém me percura tamem mais não. Porquê hoje quando ganha, já eu mermo, de vês em quando minhas menina, tamem elas num ganha mais não, que já todo mundo já opero. Mas quando ganha, já hoje, já tô doida pa mandá; eu memo já tô doida pa mandá, quero que vai embora. E, eu tomem tinha uma parcerá quando eu mudei pra aqui tinha uma muié que me oiava tamem, dona (...), agora num sei se ela morreu, mais ela partera tomem formada (Beltia).

Na época que eu atuei o retorno que agente recebia, a gratificação era ver uma mãe sadia e um bebê lindo, gordinho crescendo nos braços da mãe, essa é a nossa recompensa (Oya)

Percebi que as parteiras tradicionais da RIDE fazem parte de uma geração e de um contexto sociocultural pautado na repressão e discriminações sociais, propiciando-lhes sentimentos de inferioridade e menos valia. Situação que, na sua baixa auto-estima estreitamente vinculada às relações de gênero e a prerrogativa da formalização do poder centralizador dos conhecimentos acadêmicos e das instituições que lhes dão sustentação, como fator que contribuiu para que se afastassem das atividades e do ofício de partejar.

As entrevistadas relatam suas trajetórias como parteiras de forma simples e direta, como se estivessem expondo suas experiências, lembrando fatos e vivências de suas vidas, como histórias simples e exemplares, vistas hoje em franca descontinuidade, com exceções para aquelas que ainda disponibilizam suas atividades durante o parto domiciliar.

As narrativas são carregadas de emoções, expressando os desafios enfrentados e o êxito de suas práticas, mostrando a riqueza de suas experiências em relação ao ato de parir e da arte e ofício do partejar. Falam de si próprias

como que apresentando exemplos para os outros, diante de sua excentricidade e confiança nos efeitos de suas ações, tal como expressa essa parteira:

Ai eu peguei uma tuinha bem fininha, botei no narizin dela, no narizin dela, e chupei, quando eu chupei com duas veis que eu chupei o chorin vei. Chega dá vontade de chorá... [Emoção da parteira]. Quando a menininha nasceu... é viva e sã, tá lá, tanto a mãe como a fia, é minha nora, mora em Goiana. Graças a Deus (Diké).

Essa forma de trabalhar e de acreditar em sua intuição e no seu saber-fazer abre espaço para aperfeiçoar seus saberes-experiências repercutindo positivamente para os sujeitos envolvidos, nos casos de mulheres que tiveram gestações, partos e nascimentos saudáveis, acontecidos no seio de suas famílias e em seus lares.

De suas trajetórias, emergiram conhecimentos construídos para resolver os problemas de ordem física e transpor obstáculos, produzindo experiências, práticas e saberes, que foram sistematizados de forma independente da escolaridade. São conhecimentos que foram construídos em torno da realidade, na vivência pessoal e no compartilhamento do grupo, em contato frequente com as experiências e com situações que exigem distinção entre o acerto e o erro, para resolver as questões da e na vida das mulheres durante o parto e nascimento.

A construção do conhecimento das parteiras tradicionais é um saber considerado um patrimônio humano e cultura imaterial, fruto de diversas culturas, mantido e transmitido oralmente de geração em geração. São ações relacionadas às dimensões do campo afetivo, emocional, psicológico, que se revelam como “técnicas que compõem tecnologias, lenta e gradativamente sendo construída na observação, experimentação e, sobretudo, na vivência histórica e sociocultural”¹⁹⁰

Apreendi que muitas dessas parteiras foram desenvolvendo aptidões que paulatinamente eram adquiridas com a prática, como avaliar o funcionamento do corpo – gordura demasiada da gestante, emagrecimento, inchaço, fraqueza, cansaço, falta de força, largura e contorno da barriga ao final da gestação,

¹⁹⁰ AIRES, M^a Juracy. Técnica e tecnologia do parto: ... Op. cit., p. 50.

movimentação da criança no ventre da parturiente, etc., como trazem as parteiras, em suas narrativas:

Minha mãe orientou a gente, me orientô que a gente olhasse o volume primeiro da barriga, o contorno da barriga, e o pé da barriga, como eles dizem hoje (Obá).

Naquele tempo agente era com ervas. Porque a mulher quando tava pra ganhá nenê as dores tavam frias, as contrações tavam frias. Pra você ganhá nenê, a gente fazia o banho de folha ... ai assim, fazia o ovo cozidinho, aí agente batia e quando tá bom leva mais molizinho, colocava manteiga e dava a ela e ajudava nas contração e o menino nascia de repente, sabe? (Dadona).

Aí, se o nenê tiver torto na barriga a gente dá uma balançadinha pra ficar consertado, né? Tem muitas crianças que chega aqui até sentado, outros em pé, aí a gente olha, dá uma força ali, faz umas oração e vai conversando com ela e dá uma força (Cuda).

Muitas vezes, quando ela tá muito mole a gente fala pra elas agitá pra sê mais fácil, né? Aí, a gente faz uns chazinho também, que a gente dá né? Pra tomá, pra ajudar. Tem um banho muito bom que agente faz que é - não sei se você conhece (...)." (Mama Occló).

Muitas vezes quando a mulher tá fraca ela... Ela, as contração vem fraca, não ajuda porque a gente ajuda ela. E ela se sente sem graça. Vem as contrações e ela começa suar tem aquela fraqueza. Diz, "Oh, comadre eu não posso colocar força. As forças tá pra me enfraquecer, tá faltando." O corpo tá fraco, não se alimenta bem. Então fica fraco, até as contrações quando vêm já vem até diferente, a gente sente que ela tá fraca. É aquela dorzinha fria, devagar, daqui a pouco demora e torna uma outra. Ai agente diz: Minha fia se esforce porque seu menino já tá pra vim, tá pra chegar. Outras tem horas que a gente coloca outra pessoa pra ajudar ela a se esforçar, colocar força pra criança nascer porque se acham a fisionomia fraca e o órgão fraco (Sirona).

E as reações da 'cabeça da mulher' – medo, preocupação, tristeza, desejo fraco de ter a criança, presentes na narrativa das parteiras, como a seguir:

Tem mulher que eu chego nela e acho muito forte e resistente. Já tem mulher que você faz o parto dela e não dar um gemido. E tem mulher que grita tanto, então não sono igual, né? Uma é mais forte ou tem muito medo ou... (Sirona)

E as mulhé de hoje tão, quanto mais nova mais pouca resistência porque elas não querem mais... O mundo que a

gente tá vivendo parece que elas tão cada vez mais fracas, num é? Elas falam que num dão conta, mais dá, né? Você está vendo ela dar conta... Aí, ela fica gritando que não dá conta, ai ela não dá, né? (Cuda)

Tais observações eram consideradas importantes para a aquisição das habilidades necessárias ao partejar, como avaliações que faziam parte dos ensinamentos transmitidos oralmente pelas parteiras mais velhas e experientes, assim como os seus efeitos como trazem as parteiras ouvidas nesse estudo. A essa possibilidade somam-se as vivências e repetidas observações do parir e do partejar, consigo e com as mulheres que acompanham, mostrando a relevância do papel da prática na constituição do conhecimento e, conseqüentemente, abre espaço para reflexões e redimensionamentos sobre o partejar e seus efeitos.

A partir da narrativa acima se pode deduzir a centralidade do método de construção do partejar, o que indica que as parteiras podem ter experimentado a interligação entre ação e reflexão, subjetividade e objetividade, alcançando uma compreensão construída à medida que tomou forma um movimento dialético possível de existir entre os produtos que os seres humanos criam ao transformarem o mundo e o condicionamento que estes produtos exercem sobre eles.¹⁹¹

Numa primeira leitura é possível verificar que, de todos os lados, os fatores que constituíram esses conhecimentos que se fundaram na heterogeneidade, permitida pelos conflitos existentes entre a realidade sociocultural, que até então vigorava no planalto goiano, e a força determinante da organização social e política em que se pautou a Capital Federal, desconsideraram a existência do valor social e do reconhecimento que até então moviam as mulheres para disponibilizarem o partejar nas suas comunidades.

De onde se observei que as narrativas são carregadas de emoções, expressando os desafios enfrentados – ameaças, fracassos, desânimos, perseguições – e o êxito de suas práticas, mostrando a riqueza e exigências de suas experiências em relação ao ato de parir e da arte e ofício do partejar.

Por certo, esse acontecimento se deu ao passo em que foram impostas exigências às pessoas da região em suas comunidades, que cederam seu

¹⁹¹ FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

território ao centro político-institucional do país. Assim, nesse contexto, é possível verificar a instigante premissa de absorver os discursos construídos sob a égide das “ideologias nacional-desenvolvimentistas da época e do caráter das análises político e/ou científicas, surgidas desde o final dos anos 1940, e reaproveitadas durante o período de construção da cidade (1956-1960)”, como analisa Oliveira¹⁹², instaurando a invalidação das parteiras e do partejar nos domicílios.

Em seu artigo *Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: questões de gênero*, Sandra Harding analisa questões vinculadas às perspectivas de gênero na relação com a ciência, e dá ênfase à necessidade “ser entendido como sempre em uma relação de constituição mútua com a classe, a raça, a etnicidade, a sexualidade e outros sistemas sociais simbólicos e estruturais”.¹⁹³

A autora acredita ser possível que a mudança científica ou tecnológica tenha implicações em outras áreas das lutas sociais, entre as quais podemos incluir as trajetórias das parteiras, como é o foco desse estudo, que nessa região encontram-se imobilizadas após a década de 1980.

Não existe qualquer iniciativa para se fortalecer e exercer uma ‘politicidade’ direcionada à busca dos direitos sociais e de inclusão nos registros de partos e nascimentos realizados por essas mulheres, como visto nos depoimentos sobre as dificuldades encontradas no exercício de parteiras:

A falta de infraestrutura, é... a falta de conhecimento pra tratar a mulher até pra nós mesmo falta de recurso né, a falta de, de material, é... a falta de conhecimento e de reconhecimento pelos órgão governamentais né?, tudo isso é, eram e são dificuldade e que, que elas continuam até hoje, elas não acabaram, é que dentro da cidade é uma coisa mas no interior é outra bem diferente e essas dificuldades (Oya).

É que nós parteiras antiga é, torcemos e eu sei que a, a, a as parteiras de hoje também elas torcem pra que isso se

¹⁹² OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a Construção de Brasília: correspondências míticas. Sociedade e Estado, Brasília-DF, v. 21, n. 2, p. 487-512, mai/ago 2006, p; 488.

¹⁹³ HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: Questões de gênero. Tradução CARNEIRO, Elisabeth. Labrys estudos feministas, n. 3, jan/jul 2003, p.03.

acabe, pra que o governo venha dá condição, tá?, pras parteiras. Venha respeitar porque não existe ninguém que não tenha passado pelas mãos de alguém na hora do nascimento, né?, e é uma hora tão bonita, e é uma hora tão sagrada, e ela merece respeito, merece ser mais bem cuidada e ser apoiada também(Oya).

Rá, quem foi que disse que parteira ganha aposentadoria criatura? eu tô com sessenta e um anos tive um, um AVC há uma ano atrás e eu vou conseguií ? eu tenho que, eu tenho que torcer pra viver até os sessenta e cinco se quiser aposentar se morrer antes não aposenta e se morrer também aos sessenta e cinco faz a aposentadoria mas não recebe porque ela demora uns dias. Não tenho INSS porque eu nunca paguei INSS eu sempre trabalhei em casa eu sempre fui dona de casa e não existe salário pra elas, nem pra parteira nem pra dona de casa, é realmente não existe. Duplamente discriminada a mulhé?) cuncerteza!” (Oya)

Acredita-se que essas mulheres, que disponibilizam as práticas populares e tradicionais na região, são capazes de uma participação ativa, contando com o envolvimento de pessoas e instituições que lhes creditam valor e confiança, na perspectiva de conquistar direitos. E, acima de tudo, seu lugar na história de suas comunidades, tornando-se sujeitos da própria história. Detentoras que são de saberes e práticas, patrimônio cultural imaterial, vincadas em relações de ajuda e de poder, que se configuram em relações de domínio, exercendo a ‘politicidade’ possível¹⁹⁴.

Diante de uma sociedade que tem como referência os valores da modernidade e do capitalismo, amplamente divulgados e planejados para omitir as dimensões não materiais das pessoas envolvidas. O enfrentamento aos poderes vinculados ao mundo masculino representa um desafio para boa parte das parteiras da RIDE. O que possibilita sua alienação forjada no desprezo e na desqualificação de suas tradições, colocando-as no papel de objeto que vivencia o assujeitamento à ordem científica dominante. Pois, como mostra o autor:

Na cultura patriarcal, vivemos na apropriação e agimos como se fosse legítimo estabelecer, pela força, limites que restringem a mobilidade dos outros em certas áreas de ação às quais eles tinham livre acesso antes de nossa

¹⁹⁴ PIRES, Maria Raquel Gomes Maia; GOTTEMS, Leila Bernarda Donato; GUILLEM, Dirce Matos et al. Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2007.

apropriação. Apropriamo-nos o tempo todo do direito de decidir o que é ou não legítimo para eles, no contínuo propósito de controlar suas vidas¹⁹⁵

O olhar desse autor amplia a percepção sobre a dificuldade enfrentada pelas parteiras, que vivenciaram uma história baseada na competitividade e na exclusão, em parte devido a abordagem sexista dos saberes.

Possivelmente, essas parteiras trazem as representações de suas diferentes origens e etnias, vistas pelos valores e domínios dos códigos do universo masculino patriarcal¹⁹⁶, pois, desde suas origens, tinham referências aos fatores vinculados ao processo de exclusão social enfrentado pelas mulheres, como afirma Menezes¹⁹⁷:

Nesse contexto inicial, pode-se constatar que, desde o descobrimento, as índias já eram perseguidas pelos seus costumes e nudez; as negras escravas serviam de objeto sexual dos senhores de engenho; as brancas tinham seus maridos definidos por terceiros, não tendo voz e nenhum direito; as mulheres eram criadas e educadas apenas para os cuidados da casa, da prole e do marido, sem nenhuma autonomia, vivendo, assim, um processo de exclusão.¹⁹⁸

Essa percepção se vincula à análise dos dados sociodemográficos dos sujeitos dessa pesquisa, ao perceber que boa parte delas não teve chance para sua emancipação. Estavam restritas ao lar, tendo em vista as dificuldades enfrentadas como mulheres residentes e ou egressas de áreas rurais, de baixa escolarização, já que “o mundo diário pode marcar a mulher como o centro de

¹⁹⁵ MATURAMA, Humberto R. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Atenas, 2004, p. 38).

¹⁹⁶ Neste estudo, usarei a noção e patriarcado defendida por Duque-Arazola: “O conceito de patriarcado marca o caráter opressivo, explorador e discriminatório que as relações de gênero têm instituído na organização sexuada da sociedade, cujo comando, direção e organização configuram-se tendo como centro e referência ‘natural’ o homem e o masculino, concebidos como essencialmente superiores à mulher e ao feminino”, ver DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 353.

¹⁹⁷ MENEZES, Walfrido Nunes de. A negação da cidadania no contexto feminino. Veredas FAVIP, Caruaru-PE, v. 1, n. 2, p. 69-79, jul/dez 2004.

¹⁹⁸ MENEZES, Walfrido Nunes de. A negação da cidadania no contexto feminino. (...) Op.cit., p. 72.

todas as rotinas familiares - o privado - mas os ritos políticos do poder ressaltam apenas os homens - o público”.¹⁹⁹

O mundo masculino se constitui como integrante do modelo social que ainda hoje domina sobre as experiências das mulheres, quer seja nas esferas públicas e ou privadas, visível para as mulheres daquela geração.

As normas sociais terminam por caracterizar que ser mulher e, logo, feminina, significa ser dona-de-casa, mãe, passiva, viver a sob a égide do mundo calcado no patriarcado e nos domínios da modernidade, portanto essas parteiras se encontram em um estado de ‘inferioridade’.

1.3 O Tempo-Espaço das Parteiras: campo discursivo²⁰⁰

Ao analisar as trajetórias das parteiras, foi possível observar como se deu a inter-relação dos seus aspectos socioculturais com os conjuntos discursivos vinculados às trajetórias e atuação dessas mulheres, no parto e nascimento, e as nuances individuais, sociais e históricas que estão na base de suas narrativas.

De todo o grupo das 20 (vinte) parteiras que participaram da primeira fase desse estudo, 14 (catorze) foram selecionadas por corresponderem aos critérios de seleção – práticas absorvidas a partir da transmissão oral, ofício e suas atividades aprendidas e realizadas no espaço doméstico, uso de práticas medicinais tradicionais como chás, banhos, óleos, massagens, alimentos, simpatias, rezas e cantos transmitidos intergeracionalmente. Essas mulheres tinham disponibilidade, condições físicas, o desejo e concordância para participar e integrar esse estudo, como sujeito de pesquisa.

Assim, observou-se que as jovens parteiras de então – essas que hoje são as parteiras tradicionais participantes desse estudo –, iniciantes no processo de receptoras da transmissão oral desse ofício, eram mulheres simples que nasceram e moravam com suas famílias em áreas rurais de diferentes estados de

¹⁹⁹ DAMATA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991., p. 43.

²⁰⁰ Campo discursivo contemplada a dimensão tempo/espaço, onde se desenvolvem os acontecimentos discursivos, onde se manifestam, se cruzam, se emaranham e são especificadas as questões do ser humano, da consciência e do sujeito (Foucault, 1972).

várias regiões do país, de onde trouxeram suas histórias e seus hábitos de vida, os saberes-experiências do partejar. Dentre elas, oito (08) nasceram em outros municípios e estados, como é possível observar no texto transcrito de seus depoimentos:

É porque lá na Bahia o povo me conhece como Comadre Tinha. Aí elas diziam: Comadre Tinha fica aqui comigo que já entrou o mês pra eu ganhar neném (Ceres).

Começou por uma questão de vida ou morte, eu tinha 14 anos morava no nordeste, no sertão, em Pernambuco (Oya). Nessa época, pras roça de Minas, não tinha carro, não. Era a cavalo (Mama Occló)

Portanto, nem todas as parteiras eram naturais da região do Entorno do DF, mas todas vieram para cá e se introduziram no espaço do parto, após terem acompanhado as parteiras experientes de suas comunidades de origem. Tais mulheres deram forte conotação às dificuldades enfrentadas, como jovens, para ampliar contatos, relacionamentos e iniciativas de valorização de atividades diversificadas, fora das atividades domésticas e campestres, possivelmente vinculadas às questões de gênero e classe socioeconômica

De onde apreendi que, no período correspondente às décadas de 1960 a 1970, boa parte delas eram as jovens aprendizes e auxiliares de parteiras que viviam nas áreas rurais e periurbanas dos municípios da região do Entorno do DF.

Dentre todas elas, oito parteiras tinham baixo ou nenhum nível de escolaridade, sendo que duas delas chegaram a cursar os anos iniciais do primeiro grau; e apenas duas fizeram, já na década de noventa, o curso de 2º grau.

Entre todas as parteiras, uma chegou a fazer o curso de graduação em enfermagem, mas por muitos anos se manteve no ofício do parto domiciliar, trazendo para sua prática muito desses saberes adquiridos pela sua mãe, parteira tradicional conhecida e respeitada por sua forma e ampla experiência de partejar. Percebe-se com valores diferenciados, construídos a partir da formação acadêmica, porém, embasada pela influência materna, como é possível perceber em seu discurso:

E a minha mãe, leiga mesmo, ela falava pra mim, hoje a gente sabe, né? Assim, eu fui aprendendo a fazer com ela. E eu fui aprendendo e assim eu fui aprendendo, quando acabou, e eu acabei como, fui sendo parteira, mesmo num querendo. E assim eu fui aprendendo, eu fui fazendo... (Yemanjá).

Tal reflexão se insere no campo do acesso das mulheres à educação que teve como determinante, entre outros fatores, a exclusão das mulheres pobres e residentes no campo dos pequenos municípios goianos.

Essas mulheres vieram de famílias de origem rural, de pais com baixa ou nenhuma escolaridade. Porém, não fugiram à regra da dificuldade de acesso às escolas, como era comum naquela região.

Contudo, é importante destacar que, “na primeira metade do século passado, a inclusão feminina no setor educacional²⁰¹ foi lenta e favoreceu apenas as mulheres brancas e da elite” em detrimento daquelas mulheres que viviam no campo, fenômeno que ocorreu nas diferentes regiões do país ²⁰².

Em estudo realizado sobre o perfil sociosanitário das mulheres em Goiás, encontra-se referência à escolarização das mulheres, relativo ao recorte temporal de 2000 a 2007. Contudo, é válido destacar que:

[...] no ano de 2003, de um modo geral, as mulheres tinham, em média, 7,0 anos de estudo, enquanto a média entre os homens era de 6,8. Quando se leva em conta o fato de estarem trabalhando, verifica-se que a diferença entre mulheres e homens é de quase 1 ano. Em 2003, as mulheres ocupadas tinham 8,4 anos de estudo, ou seja, mais do que o necessário para a conclusão do ensino fundamental²⁰³ (FUINI et All, 2006).

²⁰¹ O censo realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o crescimento da escolaridade entre as mulheres avançou extraordinariamente a partir da década de 1990.

²⁰² Dado extraído da página do Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social – ACS. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasDialmp.asp?id=5251>

²⁰³ FUINI, Silvana Cruz et All. Perfil sociosanitário da mulher em Goiás, 2006 – Documento faz parte do subprojeto de "Equidade de Gênero" que integra o projeto de "Apoio à Regionalização da Saúde", decorrente do convênio de cooperação técnica entre a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Agence de Santé et des Services Sociaux de l'Outaouais da província do Québec/Canadá, cuja finalidade é apresentar informações sobre a situação da mulher em Goiás.

Mesmo considerando que em relação à escolaridade essa autora registra que as mulheres goianas com “a faixa etária de 20 a 24 anos é que tem a maior média, tanto em Goiás como no resto do País”, a população estudada pela autora não corresponde às características das parteiras.

O fato é que essas parteiras pertencem a faixas etárias bastante distintas, por se encontrarem com idade entre os 56 a 81 anos. Fator que dificultou, até o momento, conhecer dados históricos sobre a escolarização das mulheres dos municípios da região do Entorno do DF referente às décadas de 1950 a 1970, que correspondem ao tempo no qual as parteiras colaboradoras desse estudo poderiam estar participando, ou ter participado, do processo de escolarização.

Todas as parteiras informantes relataram que muito cedo constituíram suas famílias, entre catorze e dezoito anos de idade. Com história de paridade em torno de seis a catorze filhos (as), pariram com apoio de parteiras tradicionais em partos domiciliares, com exceções para duas delas que tiveram as últimas gestações complicadas, resultando em partos hospitalares.

Assim, essas mulheres trazem em seus depoimentos os fatores relacionados à emergência de suas trajetórias como parteiras tradicionais. Cabe esclarecer, e é importante compreender, que são tratadas como *parteiras experientes* aquelas mulheres que transmitiam seus saberes e práticas de partejar para as *jovens aprendizas* de então, que hoje são as parteiras que fazem parte como *sujeitos de pesquisa*, e seus depoimentos constituem as fontes orais desse estudo.

Sem acesso a escolas e a atividades lúdicas, elas hoje percebem o quanto viram a atividade do partejar como uma das missões que lhes eram pré-determinadas. Algumas delas acreditam ser a prática desse ofício uma oportunidade de obter satisfação e poder em outros espaços de atuação, formas de inserção em relações de troca e reciprocidade nas atividades femininas, fora do seu próprio ambiente doméstico.

É importante ressaltar que, no decorrer das entrevistas e das observações feitas durante esse processo, tornou-se evidente que se estava diante de diferentes gerações de mulheres. Boa parte das parteiras, principalmente aquelas de áreas rurais que vieram de outras regiões, é formada

por mulheres mais jovens (de 56 a 72 anos de idade) frente as suas colegas naturais dos municípios do Entorno, que nesse estudo chegam à idade de 80 a 97 anos, mas não têm mudanças significativas em relação à escolarização.

Uma primeira análise dos depoimentos mostrou que contêm uma rica troca de experiências próprias de cada geração, denotando que as transmissões são carregadas de sentidos e trazem uma notável riqueza de experiências permutadas, bastante atreladas aos interesses das relações de poder em suas áreas de domicílio.

Assim, percebi nos seus discursos, indícios em que se pôde constatar a possibilidade de estabelecer expressivos processos de co-educação entre gerações. É possível encontrar nos depoimentos e observações apreendidas durante as entrevistas, que as parteiras mais velhas e transmissoras – nem todas as idosas o são – repassam a memória cultural e de valores éticos, além de conhecimentos práticos e das habilidades aplicadas ao partejar.

Elas transmitiam sua história pessoal e trajetórias, suas experiências relativas aos diferentes partos que atenderam, as técnicas usadas e seus resultados, permitindo às mais jovens conhecerem as origens de suas ações, enraizadas em sua própria cultura.

O processo de transmissão era considerado como um ritual, em que se preparavam para atuação, e abordava as várias dimensões e aspectos da pessoa; no caso, as mulheres durante o trabalho de parto e parto. As parteiras jovens, que atuavam como auxiliares das mulheres experientes, durante o ritual de transmissão, tiveram oportunidade de escolher o modelo a ser seguido ou evitado. Isso dependendo de seu grau de sucesso em viver satisfatoriamente os cuidados disponibilizados, de sua própria maneira de enfrentar as dificuldades do partejar, quando tinham oportunidades.

A geração mais jovem também transmite às parteiras mais velhas os valores e conhecimentos do seu mundo e época, em que é possível uma flexibilidade de comportamentos sociais de acordo com os novos valores morais.

Isso resultou em posicionamentos menos conservadores em relação a assuntos polêmicos, como corpo, outras formas de parir, namoro, sexo e prevenção da gravidez, educação e trabalho, principalmente com aquelas que compartilham experiências mais prolongadas de convívio, o que possibilita ter

adquirido um olhar mais progressista e compreensivo a partir de suas conversas com as jovens senhoras de então.

As parteiras transmissoras aparecem com o sentido de admiração e respeito das suas jovens aprendizes de parteira, como podem ser vistos nos depoimentos e narrativas dos sujeitos dessa pesquisa.

Tal entendimento permitiu pensar na emergência da trajetória das parteiras, que desde cedo, em torno dos doze a dezoito anos de idade, começaram a ter acesso à transmissão das experiências pelas parteiras mais velhas da família, ou pessoas reconhecidas da comunidade.

Foi possível perceber que a sua introdução, e mesmo a participação nesse ofício, se vinculou com a condição de acesso à escolaridade que tinham ao se iniciarem nesse processo. E à sua relação com as condições históricas, sociais, políticas e culturais com as quais lidavam nas comunidades; uma vez que enfrentavam variadas dificuldades, como jovens, para ampliar relações, atividades e iniciativas de valorização das labutas femininas, em cujas dinâmicas de vida circulava em torno da família e das manifestações da religião.

Verificou-se também que conviviam com restritas oportunidades de participação em espaços e atuações que lhes conferissem outras experiências de poder, de manifestar suas potencialidades e ou independência, tendo em vista que, com frequência, eram ignoradas como pessoas com capacidades de desenvolverem diferentes papéis sociais, que não aqueles essencializados, vinculados à produção e reprodução, restritos ao espaço doméstico, como regime de verdade.

Tais discursos contribuíam para transmitir às parteiras e mulheres de sua época dispositivos e conceitos naturalizantes, que as afirmavam com a superioridade fisiológica da mulher para gerar, parir e tomar conta das pessoas ao seu redor, ou seja, para a produção, reprodução e manutenção da família, como ações femininas tidas como desvinculadas da exigência de retorno financeiro, como comportamento vincado às 'verdades' e representações sociais das sociedades anteriores sobre as atividades dessas parteiras.

Por certo, essas formações discursivas serviram de base para o assujeitamento de muitas dessas parteiras, que se mostram desmotivadas para iniciativas que promovam acesso às conquistas sociais que ancoram os direitos

das mulheres, fora da prática laboral do espaço doméstico e da produção agrícola. Daí, indaga-se: *será que essas mulheres querem o poder? Será que ainda querem articular pessoas e atividades que norteiem atividades organizativa e reivindicadora dos direitos sociais que a sociedade brasileira tem como débito por seu trabalho disponibilizado às mulheres, silenciosamente em suas comunidades?*

Ainda na atualidade, pode-se observar que essas representações sobre as práticas populares, visíveis em discursos que se embasam em justificativas culturais para a definição de poder de alguns indivíduos sobre os demais, estão presentes em sistemas de idéias que se apóiam em racionalizações, produtoras de sistemas de crenças que engendram formas de controle sobre a realidade histórica, produzida e interpretada por meio de mensagens e discursos de caráter conservador, como mostra Anna Maria Luz et all.²⁰⁴

Essa autora traz a relação entre as formas da “cultura tradicional que manifestam o consenso de valores e atitudes sobre o comportamento sexual e reprodutivo, cuidados relativos à maternidade e aos filhos, destacando-se os tabus e os mitos”. Refere-se enfaticamente às mulheres quando afirma que “os tabus são mais restritivos a respeito do comportamento interativo da mulher”.²⁰⁵

De um modo geral, parte das pessoas das gerações que as antecederam era envolvida com tais mecanismos de convencimento, como pode ser encontrado nos discursos e interdiscursos das parteiras, que emergem sob a forma da refutação, enfatizando o caráter de defesa, por não terem se envolvido com estratégias de conquistas mais cedo, não se responsabilizando, mas desejosas por acesso a bens e direitos.

É possível que, para as parteiras, esses mecanismos tenham sido defensivamente desenvolvidos como forma de tentar compensar, ou até mesmo negar, essa dependência, pois as suas ancestrais, que lhes transmitiram os

²⁰⁴ LUZ, Anna Maria Hecker; BERNI, Neiva Iolanda de Oliveira; SELLI, Luciana. Mitos e tabus da maternidade: um enfoque sobre o processo saúde-doença. Revista Brasileira de Enfermagem, v.60, n. 1, jan/fev 2007..

²⁰⁵ Idem, ibidem, p. 43.

saberes e práticas do partejar, foram mulheres comprometidas com a realidade à sua volta, embora sob pressão moral.²⁰⁶

Para essas parteiras, a possibilidade de ter algum nível de escolaridade por certo favoreceria a visibilidade e a inclusão social de suas práticas e saberes. Em desdobramento, isso asseguraria seus direitos sociais, tão almejados para aquelas conhecidas como assistentes de parto, do interior do país. Como essa situação ocupa espaço nas narrativas das parteiras, destacam-se aqui esses relatos:

Oh, passava na cidade um pessoal que chamava as muié que pegava menino pra fazer curso... apesar de querê muito, eu não pude ir, pois num sabia ler. Mas, eu tinha muito gosto de ir pra esses cursos de parteira (Diké).

Mesmo com os cuidados realizados pelas parteiras mais velhas, sem conseguir acompanhar, não tinha estudo (Dakini).

Nunca participei de capacitação, a não ser quando eu já fui estudar. Eu não participei de nenhuma. Depois, eu fiz vários cursos, de epidemiologia, materno-infantil, fiz vários cursos. Mas, de parteiras, não fiz nenhum curso (Yemanjá).

Excluídas do processo de instrução formal, mesmo aquelas parteiras que tinham interesse de estudar e de frequentar os cursos, ou treinamentos para as parteiras tradicionais, não foram contempladas em programas oficiais e nas ações que tinham como meta ampliar os conhecimentos sobre o ofício de partejar.

Por um lado, a falta de acesso à escola não parece ter-se constituído em algo tão significativo para a construção do conceito de parteira. Essas mulheres continuaram a partejar até o final da década de 1980 do século passado, sem que tivessem adentrado escolas, ou frequentado qualquer um dos níveis iniciais. Porém, dentre os sujeitos de pesquisa encontrou-se aquelas que conseguiram realizar cursos.

²⁰⁶ BORGES, Moema da Silva; PINHO, Diana Lúcia Moura; GUILHEN, Dirce. A construção do cuidado das parteiras tradicionais: um saber/fazer edificante. Revista Brasileira de Enfermagem, v.60, n. 3, 2007.

Duas fizeram formação técnica na área da saúde, após se iniciarem no mundo do trabalho assalariado. Mesmo assim, continuam atuando como parteiras, servindo àquelas mulheres que escolhem vivenciar o processo de parto e nascimento nos seus lares, ressignificando o parir e o partejar.

Contudo, as parteiras tradicionais citam em suas narrativas os diferentes fatores que estão relacionados à sua emergência como parteiras e aqueles que estão associados à sua permanência no ofício, e a resistência a seus saberes e práticas, como já expostos.

Um dos aspectos relevantes para o entendimento da forma como essas mulheres, que trazem consigo os saberes e práticas das parteiras tradicionais, está vinculado ao processo de resistência desse modelo de partejar. É um comportamento engendrado na perspectiva do suporte às vivências femininas ligadas à sexualidade e à reprodução: a reciprocidade entre mulheres e gerações, como estratégia política de resistência, ainda que sutil e pouco reconhecida com tal.

Perspectiva essa que inclui diferentes características e condições; sejam elas de ordem pessoal, tais como a idade, escolarização, suas origens e locais onde habitam; quer estejam atreladas às condições e determinantes sociais presentes nas formações discursivas que engendraram a naturalização do papel feminino como exercício de sujeito político a que estiveram expostas.

Mesmo assim, essas mulheres tiveram afinidade com a cultura local e regional a partir de sua relação com as diversas origens das mulheres mais velhas que partejavam, as parteiras transmissoras, como aspectos construtores de suas trajetórias de parteiras.

Nesse processo, encontram-se as amarras para a compreensão da situação imposta, a desqualificação e o silenciar de seus valores e poderes, àquelas parteiras que detêm as experiências do partejar. Amarras que se caracterizam pela maneira “simples e sistemática” de atingir o alvo por meio da humilhação e degeneração da cultura tradicional e feminina de partejar.

Cultura esta construída paulatinamente a partir das próprias vivências e experiências tradicionais e que serviram como motivo para embaçar a identidade dessas mulheres. Elas não estiveram ali como sujeitos políticos, organizados e ativos. Diante das relações de domínio e da concorrência política, tiveram

dificuldades para se organizar e compreender a dimensão da ameaça a que estavam expostas.

2 PARTEIRAS E AS SUBJETIVIDADES NO E DO PARTEJAR

2.1 Percepção do Corpo Feminino e a Experiência do Parir e do Partejar

*A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras.*²⁰⁷

A idéia de trabalhar o corpo feminino tendo por base a percepção das parteiras tradicionais traz o desafio de considerar a visão que lhes é própria por diferir daquelas mulheres que não têm vinculação com o ofício de partejar, tendo em vista que estão sob a égide de dispositivos vinculados na sujeição às pessoas e aos poderes instituídos.

O discurso fundante articulado pela Igreja, desde o Brasil Colônia, considerava a natureza das mulheres brancas associada à idéia de pureza e submissão conferidas por Deus, no imaginário cristão. Esses aspectos serviram de fundamento para a tendência de essas mulheres terem, como centro de suas vidas, atividades do lar, do cuidado com marido e filhos – tais como as tarefas de cozinhar, bordar, costurar e a educação da sua prole.

Dentre esses papéis naturalizados do feminino, está a proibição do prazer sexual para as mulheres brancas, uma vez que, inicialmente, as negras e índias constituíram as destinadas às atividades consideradas “lascivas”, cujo controle da Igreja era minimizado. Ao ser considerado pecado, para as mulheres brancas, a prática do sexo fora da função de procriação,²⁰⁸ tal prescrição às

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007, p. 36.

²⁰⁸ BERNARDES, Elizabeth Lannes; ALMEIDA, Angel Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima Sousa. Subordinação e rebeldia: o papel da mulher na família nuclear moderna. 1998. Disponível em: http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao_e_rebeldia_o_pel_da_mulher.html. Acesso em: 19 ago. 2009.

tornava meras reprodutoras, presentes nas formações discursivas que lhes conferiam atributos legitimadores de uma visão preconceituosa, desqualificando-as, conferindo-lhes negação do acesso aos direitos e conhecimentos, disponíveis apenas aos homens, como evidencia a autora:

O sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia ao arquétipo religioso da comparação com a Virgem da religião católica”²⁰⁹

Tal situação era acentuada ou mesmo agravada pela educação informal das mulheres, que possuía o objetivo de difundir, como regime de verdade, a subordinação ao pátrio poder, por serem consideradas incapazes de dirigir sua vida, portanto, sempre tuteladas pelo pai, pelo marido, ou na ausência deste, por outro representante equivalente, tal era a representação concebida pela Igreja, predominante desde a época colonial.

Tal conotação se faz presente ao se analisar os discursos apreendidos a partir das entrevistas realizadas com as parteiras da RIDE. Ao serem indagadas sobre a percepção do corpo feminino – do seu corpo e do corpo da parturiente – construíram suas narrativas, possibilitando reflexões sobre os diversos sentidos dados por essas mulheres.

Suas narrativas evidenciaram a construção do corpo como produto de historicidade e de intersubjetividades, visíveis em suas reações emocionais ao falarem sobre esse tema, quando transmitem inquietação, impaciência, choros que expressam sentimentos de felicidade e de surpresa ao se ouvirem falar sobre os partos e nascimentos que as surpreenderam. Risos e impressões como interdições, acontecendo durante suas narrativas em que misturam percepções,

²⁰⁹ ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998. pp. 17-18.

sentidos, formas de cuidar e conhecimentos anatômicos e das funções corporais, para falarem sobre a questão 'corpo feminino'.

Para apreender os sentidos dados pelas parteiras ao expressarem suas percepções sobre o corpo, buscou-se apoio em Foucault, na perspectiva que trabalha com "o discurso fundante" ou as "metanarrativas" como categorias presentes nas

Fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas [...] os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer²¹⁰

O autor destaca que o 'discurso fundante', pode estar presente em seus subprodutos, que aqui aparecem nos argumentos presentes e usados nas narrativas das parteiras, que têm como fonte a tradição, a crença e a fé, a força de suas experiências corporais e emocionais de partejar e do parir, que acontecem no corpo feminino em resposta à dimensão e à vivência da sexualidade e do sexo, escassas nas fontes orais aqui trabalhadas.

Porém, para encobrir o discurso "verdadeiro", é possível entender que muitas dessas mulheres usaram a 'interdição' como estratégia para omitir seus sentimentos, emoções e sensações corporais, quando se falou sobre corpo feminino.

Presentes na vida humana, a sexualidade e as vivências sexuais são expressas com base na percepção de tabus e crenças, tal é a idéia ainda dominante do modelo de família tradicional ou hierárquica²¹¹ que acompanhou a vida e a formação do discurso normatizador e limitante para as mulheres a partir da cultura moralista que rege o comportamento sexual e emocional feminino.

De suas respostas às entrevistas foi possível encontrar a recorrência de representações associadas à dominação e opressão 'não ditas' sobre si mesmas. Percebi, também, que a rejeição a esse tema está presente em suas

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: PUC/NAU Editora, 1971, p. 22.

²¹¹ FIGUEIRA, Sérvulo de. Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

narrativas, na dificuldade de produção do discurso. Assim, algumas parteiras se negam a falar sobre o corpo feminino, como pode ser visto:

Nunca pensei nisso não, o corpo é aquilo que tá funcionando e pronto (Sirona).

Uai, o corpo... Isso aí eu nunca pensei. Nunca pensei nisso aí, eu nunca pensei. O corpo era aquilo mesmo, pra criar ali e pronto! Tudo era pra crescer (Dakini).

Inda não sei. Era forte, era forte. Tinha muita gente que era fraco, mais, um corpo fraco. Mas tinha muita gente que era forte, era forte, limpo. Eu vi o corpo assim e tudo, pra mim era um corpo bom né, relaxado, mais assim eu não entendo (Diké).

Essas parteiras têm e revelam uma visão paradoxal, uma vez que lidam com o corpo durante o ofício do partejar. Mesmo assim, trazem suas marcas e as representações de discursos e poderes, presentes em sistemas normativos que determinavam o que se podia pensar sobre o próprio corpo. Tal sentido de verdade varia conforme as diversas formações discursivas, que aparecem ao se negarem a expor sua percepção do corpo, pois para Michelle Perrot,²¹² o silêncio é um dado que emerge da função anônima e impessoal da reprodução e da censura à condição sexual das mulheres, sempre restritas ao seu papel familiar e reprodutivo, transmitidos, absorvidos e naturalizados. Visão que reflete um sistema de saber e de controle que determinavam o que se podia pensar e falar sobre seu próprio corpo.²¹³

Encontram-se, nas narrativas, vários sentidos para o corpo feminino, dentre os quais aquele em que o corpo é visto como máquina, fazendo surgir várias percepções que o relacionam à força física para as labutas do cotidiano, quando essa parteira fala:

Ah... o meu corpo eu lido com ele, assim com muita resistência, com muita fé, com muita força. Percebo que eu sou capaz de muita coisa, ainda, né? Então, assim... muitas

²¹² PERROT, Michelle. Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros. Tradução Denise Bootmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

²¹³ DEL PRIORE, Mary. A viagem pelo imaginário do interior feminino. Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh, v. 19, n. 37, 1999.

vezes a gente faz muita coisa... porque assim eu toda vida trabalhei no serviço pesado, foi na roça ... então eu sinto assim, o meu corpo que nem um corpo de um homem bem forte, sabe? Às vezes olho assim e falo, não vou dar conta de pegar esse peso não... mas, ai eu falo assim, dou! Se eu dava conta, porque hoje eu não dou, né? Sinto muita força nos meus braços, eu acho meu corpo muito resistente pra tudo. O que precisar (Mama Occló).

É possível que essa visão tenha sido engendrada no discurso da natureza feminina, da procriação, do casamento e da heterossexualidade obrigatória, que as motivaram a se submeterem aos desenhos do patriarcado, que implicam submetimentos tanto dos corpos como dos saberes a ele relacionados, como analisa Angeli.²¹⁴

Encontrou-se alusão à simplicidade desses corpos, desde que sob a égide da religiosidade e das subjetividades que lhes são pertinentes, quando as parteiras dizem:

O corpo da mulher é uma coisa muito simples porque a gente benze, né? Naquela oração da gente, conta tudim o tipo como é que vai ser, conta tudim, direitim como mostra na oração. Vê o corpo da mulher através da oração (Mama Occló).

O corpo tem a força, se não tiver força a gente já fala: oh, aqui não nasce. Conhece antes (Dana).

Olha, as coisas, o corpo, o corpo é uma coisa linda, né? Tudo perfeito! Tudo já veio preparado pra essa hora. Na gestação, então, tem tudo de bom, tudo preparado, basta a mulher saber usar na hora certa. Porque o corpo feminino é uma maravilha, é uma benção de Deus! (Obá).

Com certa freqüência associam o corpo às experiências reprodutivas e a necessária resistência física para vivê-las, com ênfase na funcionalidade e nas tecnologias de si,²¹⁵ que em uma perspectiva foucaultiana, significam forma de

²¹⁴ ANGELI, Daniela. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n. 2, ago.2004.

²¹⁵ As estratégias de produção de si, dizem das formas de subjetivação construídas a partir das concepções foucaultianas de poder, discurso, regimes de verdade e tecnologias de si, como discutem Anita Guazzelli Bernardes e Neuza Guareschi (2007), no artigo Estratégias de produção de si e de biotecnologias.

enfrentar, viver, sentir e de fazer leituras articuladas do tempo vivido. Esse olhar está presente nas narrativas dessas parteiras.

Observou-se que algumas parteiras percebem o corpo feminino a partir das transformações que se construíram e se encontram nas histórias vivenciadas, presentes nas formações discursivas de sua cultura e nas intersubjetividades que produzem sentidos ao corpo feminino, como dócil, regulado e colocado a serviço das normas culturais como metáfora que impõe sentido.

Para outras mulheres novas situações foram experimentadas e advindas de necessidades práticas e simbólicas diferentes. Participaram de lutas em relação ao que pensam e sentem sobre seus corpos, num esforço de romper com moralidades e desqualificações excludentes, como trazem em suas narrativas:

Eu acho o corpo físico bem importante, o feminino, né? Gente, coisa que o homem não pode ter, né? Potencialidade própria. Eu acho o corpo feminino fantástico, dez vezes melhor do que o do homem.²¹⁶ O homem fica assim, logo ele não presta mais, né? E a mulher, não. A mulher fica toda vida mulher, velha, nova, ela é mulher, sempre! Sexual, potente. O homem não, fica tomando viagra, uma coisa, outra. E a Mulher não, mulher é sempre mulher, ajeitou um pouquinho, basta alguma coisa de carinho. (Yemanjá).

Olha... na vida... pra tudo existe mudança, o mundo quando começou era uma coisa, hoje é outra, virou. O mundo mudou, o corpo da mulher muda. O meu em menina, o seu corpo em menina, era uma coisa; em moçinha, era outra, em adolescente, é outra; em mãe, é outra, e em velha é outra. Eu não sou velha, mas eu tenho um corpinho assim ó, peitinho firme²¹⁷, em cima da barriga. Mas eu sou feliz tá? porque o que importa é a gente querer ser feliz. A felicidade não se compra, a felicidade se conquista e a gente tem que se aceitar do jeito que a gente é, e buscar um jeitinho de melhorar um pouco, se for preciso fazer uma plástica, paciência (Oya).

Os discursos dessas parteiras se caracterizam pela aproximação com essas lutas. Por certo estão vinculadas àquelas parteiras que tiveram uma

²¹⁶ Risos e expressão de auto-valorização como mulher, na referência ao seu corpo, reação observada pela pesquisadora.

²¹⁷ Faz gestos e toca em seus 'peitos', mostrando-os firmes, reação observada pela pesquisadora para registrar os gestos e ênfase dessa parteira ao seu discurso sobre 'corpo'.

escolarização como degrau para apreenderem as representações das conquistas históricas das mulheres e de seus movimentos sociais, que abriram espaço para introduzir em suas vidas os direitos sobre seu próprio corpo, como uma cultura de valorização e autonomia.

Contudo, ainda há muito que conquistar e trazer para o mundo das mulheres que parem e das que partejam, no que se refere à representação do corpo feminino e do que podem pensar sobre o seu próprio corpo, reconhecendo-se como ser sexual dentre tantas outras dimensões e papéis possíveis, para além do corpo que produz e que reproduz.

Percebe-se que é necessário romper com os acordos da naturalização construídos a partir das determinações físicas e morais, como analisa Mary Del Priore²¹⁸ ao estudar sobre o corpo feminino nos Séculos XIX e XX. A autora discute sobre a relação entre corpo feminino e feitiçarias enfatizados nos discursos que serviram de dispositivos de controle sobre a vida e o corpo das mulheres, alvo da inquisição, desqualificando as práticas vinculadas às subjetividades e às nuances da sexualidade, que lhes são próprias.

Compreensão que encontra sentido no trabalho realizado por Matos, sobre a historicidade da capital paulista no apogeu do século XIX, destacando que “a expansão da ação da medicina na capital paulista, os médicos sanitaristas se colocaram no direito de disciplinar a sociedade, ordenando a sexualidade e os prazeres”.²¹⁹

Dava-se ampla conotação de ser a mulher naturalmente imperfeita e incompetente, cunhada nas visões e sentidos atribuídos às experiências femininas ligadas ao corpo, como lugar de impureza e de pecado. Portanto, determinadas a viverem e agüentar as experiências obrigatórias e dolorosas do parir, do maternar e dos trabalhos domésticos, presentes nos discursos que construíam sentidos, pois “a ojeriza à mulher, embutida na cultura cristã, ajudava a consolidar essas crenças cujo conteúdo se mantinha, a despeito de algumas mudanças formais”²²⁰

²¹⁸ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1993.

²¹⁹ MATOS, Maria Izilda Santos; SOHIET, Raquel(Org.). O Corpo Feminino em Debate. São Paulo: UNESP, 2003, p. 56.

²²⁰ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: ... Op. cit., p. 233.

Mudanças que foram alvo e fruto dos movimentos de mulheres e de feministas, na busca de eximir e se livrar da naturalização das mulheres, seus corpos e seus papéis, como pode ser encontrado em estudos e textos de pesquisadoras de diferentes áreas das ciências, tais como aquelas já citadas com destaque, e, tantas outras, com apoio de diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

Nesses estudos, percebi e avaliei a condição de submissão das mulheres, o silêncio a que foram obrigadas a viver, ignoradas e mudas, como é possível entender nos estudos realizados por Badinster (1985), ao questionar sobre a noção do amor materno como experiência posta, natural e presente na vida das mulheres que engravidam e que vão parir, ou pariram, ao exercer a maternidade como mito e obrigação.

Os passos dados por essas autoras, deixam claro que as mulheres enfrentam sérias dificuldades para pensar e falar de si e por si mesmas. Entendimento apreendido das narrativas de boa parte das parteiras da RIDE, pois, como mulheres, enfrentavam e enfrentam as exigências relativas às construções históricas e sociológicas, onde é possível encontrar as amarras para lidar e falar de seus corpos.

Frente ao que, possivelmente, encontram na visão de si, a partir da imposição do papel de reprodutora e da função da maternidade, formas de engendrar canais de sobrevivência, ao passo que silenciaram e se submeteram, e ainda se submetem, aos papéis da procriação e da afetividade, associando-os, como prescrições a serem seguidas.

Mas sinais de mudanças são encontrados, visíveis nos discursos e narrativas de parteiras e de historiadoras que superam e resistem às opressões sofridas, enfrentadas e sentidas ao saírem da representação de objetos para se situarem como sujeitos da própria história, rompendo com as intervenções contadas pelos homens,²²¹ a partir da questão do poder, da dominação masculina como princípio organizador do pensamento, das experiências femininas, da sociedade e da história.

Mudanças que podem ser percebidas no discurso dessa parteira:

²²¹ PERROT, Michelle. Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros. Tradução Denise Bootmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Hoje, se eu precisasse fazer um baixo assinado, uma assinatura de cada mulher que passou por mim, ... acho que teria um livro cheio de pessoas. Nós começamos trabalhando na cozinha dos outros. (...) Com pura força de vontade, e ajuda do Eterno!!! Ainda desejo escrever um livro, com nome de Desejo de Vencer sobre essas experiências, tudo que vivi e enfrentei nessa caminhada de mulher, filha de parteira pobre e negra, com tantas dificuldades enfrentadas na minha vida mesmo e trabalhando na saúde. E sobre a história da minha mãe, que hoje tá com 98 anos (Yemanjá).

Muita diferença! O parto, a pessoa, a parteira em si, não tem, não. Não, não usa medicamento, só se a parturiente quiser. Não usa. Ah, o corpo você pode deixá-lo como ele está, sem fazer... Né? sem agressões, sem cortes, sem epíseo, sem nada. Hi! O parto de parteiras, você faz de cócoras, você faz é, a pessoa tá sentado, ou encostado com assistência do marido lá na cama, no estrado da cama, no chão, aonde que você prepara um local, a pessoa fica liberto, fica, pode fazer sua caminhada, andando do jeito que quer, tomar um banho. E, é muito diferente! Um parto hospitalar e um parto domiciliar, é muito diferente!! (Obá)

Os desdobramentos dessas iniciativas têm sido sentidas como conquistas que ampliam a percepção das mulheres como sujeitos em transformação, questionando os dispositivos sociais como eixos norteadores de suas vidas.²²²

Daí passaram a perceber que não era mais possível manter as mulheres sem instrução e em isolamento²²³, em resposta às exigências da urbanização brasileira, e aos ideais de progresso e modernidade que encabeçaram o projeto político da estruturação da Capital Federal.

Ao voltar o olhar para a região do Entorno do DF, é possível entender que essas iniciativas de emancipação foram acontecendo à medida que as mulheres goianas tiveram acesso ao processo de escolarização, a informações e à participação nas conquistas dos movimentos de mulheres e feminista, já no século XX.

²²² SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. Labrys, estudos feministas, jun/dez 2006. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/liz.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

²²³ CAPEL, Heloisa Selma; ATAIDES, Jésus Marco de. Símbolos do despertar da mulher Goiânia no século XIX. Teoria e Praxis, RCHP, n. 2, Goiânia: Editora Kelps, 1991.

Nesse aspecto, a partir dos conhecimentos tradicionais adquiridos, observei que essas parteiras tomaram parte nas mudanças ocorridas à medida que tiveram acesso a escolarização formal, ampliando seu universo de ação, ocupando espaços de conquistas e sua relação com a inclusão, deshierarquização, conquista de direitos e de protagonismo social, preservando a atuação, como no parto domiciliar, focadas nos saberes-experiências de suas ancestrais.

2.2 Parteiras e Dádivas: dimensão da reciprocidade/ solidariedade

Mauss, que trabalhou a noção de dádiva, entendida como a dimensão política da troca de favorecimentos e agrados, deixa claro que, nessa forma de relacionamento, os sujeitos se comportam tendo como base a troca de atenção, quando afirma: “ele quer, assim, ser recompensado, mesmo que moderadamente, por essa dádiva”.²²⁴

A partir dos estudos desse autor, é possível contribuir conceitualmente para um melhor entendimento da resistência e ou desqualificação das práticas de cuidado desenvolvidas pelas parteiras tradicionais e possibilitar reflexões. Tendo o argumento principal que a dádiva produz uma sorte de alianças, tanto matrimoniais quanto políticas, religiosas, jurídicas e diplomáticas. Aliança que está presente nas relações pessoais de acolhimento afetivo.

O pensamento de Marcel Mauss traz elementos importantes para a reflexão pontuada neste estudo, ao considerar sua dimensão política da noção de dádiva à medida que ancora sua relação com o processo de resistência dos saberes e fazeres tradicionais e populares – o ofício do partejar.

Nesse sentido, é importante destacar que, para Mauss, as prestações primitivas envolvem a dádiva como ação de presentear, que abrangem três compromissos “interligados: dar, receber, retribuir”.²²⁵ O autor também considera que cada um desses compromissos ou obrigações cria um laço de energia

²²⁴ MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução Paulo Neves. In:___Ensaio sobre a Dádiva. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 103.

²²⁵ Idem, ibidem, p. 200.

espiritual entre as pessoas envolvidas na troca de dádiva, atribuindo à dádiva a existência de uma força que tem relação com o ato de dar e com a coisa dada, denotando a vinculação de almas. Associa essa força à dimensão espiritual, ou à sua expressão simbólica, diferente da noção de troca mercantil, econômica como na atualidade é compreendida.

A troca no sistema de dádivas é vista por Mauss, como ofertas mútuas e alianças, tal como ele as descreve:

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens, riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas [...], trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas²²⁶

Percepção essa que faz sentido ao se relacionar a oferta das práticas de cuidado das parteiras às noções de dádiva, de aliança, peculiar ao modelo tradicional que ancora e promove, com sensibilidade e solidariedade, a interação do passado com o presente, como mostra essa parteira:

É, o retorno que a gente recebe, eu não sei hoje porque já tem vinte anos que eu não atuo como parteira. Mas, na época que eu atuei, o retorno que a gente recebia, a gratificação era ver uma mãe sadia e um bebê lindo, gordinho crescendo nos braços da mãe, essa é a nossa recompensa (Oya).

Portanto, vale questionar: *É possível relacionar o devotamento das parteiras à noção de dádiva, como um dispositivo capaz de edificá-las e estabelecer lugares de poder e dominação? Como são construídas as relações de “compensações e recompensas” para esse grupo de mulheres que disponibilizam seus saberes e práticas tradicionais de cuidado?*

Se tem sentido essa percepção, inicialmente, por si só pode justificar a necessidade da atuação das parteiras, considerada como prestação, como ação de dádiva. Assim, é possível entender que a manutenção dessa atenção às mulheres, durante a gestação e parto, se dê na perspectiva de preservar o ofício e espaço de poder das parteiras tradicionais.

²²⁶ MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. ... Op. cit., p. 212.

Ao tomar como base o pensamento de Mauss (2003), pude elaborar uma analogia, ao considerar o ritual do partejar e as diferentes formas de cuidado realizado pelas parteiras tradicionais como expressão da dádiva, como prestação, percebida a partir da *“experiência vivida que sensibiliza e fundamenta para a solidariedade, sociabilidade e comunicação, unindo a humanidade”*²²⁷, de aliança que envolve a dimensão da religiosidade, fortemente evocada na atuação das parteiras, sujeitos desse estudo.

É comum para algumas parteiras a vivência do fenômeno da reciprocidade, a semelhança do que Mauss define como troca de dádivas. De onde pode ser entendido que a reciprocidade vivenciada por essas mulheres que partejam possibilitou reduzir e ou solucionar os incômodos estabelecidos a partir das injunções postas para a construção do feminino, vindo a elucidar uma necessidade íntima e compartilhada entre elas, de compreensão das subjetividades e objetividades envolvidas com as práticas dessas parteiras.

A troca, para Mauss,²²⁸ é uma relação que se configura quando se dá um presente a alguém, algo nesse gesto obriga aquele que recebe não apenas a aceitar como também a retribuir o dom recebido, mesmo que de modo indireto.

Da leitura dos discursos e narrativas dessas mulheres é possível entender que os sentidos dados às iniciativas e ao processo do partejar sejam considerados, segundo Mauss, presentes nesses depoimentos:

Não, elas vêm, quando vêm me chamá, num precisa me contratá. Num, eu num vô cobrá nada. Num vou cobrá porque o que tô fazenu, né? Não, é porque ali a gente sente assim né, a gente faze aquilo e agrada primeiramente Deus e agradando aquela pessoa, aquela mãe (Jaci).

Já pensô você se pega uma criança, crescer, aquela criança fala: oh, essa aí é minha mãe que me pegô, mãe de pegação. Ali a gente, assim aquela coisa boa no coração num é, num é? (Ceres).

Ao refletir, dialogicamente, sobre o universo social, através da dádiva, produzindo reações com foco na reciprocidade, depara-se com a dimensão

²²⁷ LÉVIS-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Sociologia e Antropologia. Tradução Paulo Neves. Paulo: Cosac Naify, 2003. p.13.

²²⁸ MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. ... Op. cit..

religiosa das parteiras, como um dos dispositivos fundantes da manutenção desse ofício. Isso a partir de seus laços e reciprocidades, dádivas, enquanto ação onde se produz um mundo compartilhado por mulheres e seus diferentes papéis.

Para falar da manutenção do trabalho das parteiras tradicionais e analisar como percebem os fatores associados à disponibilidade do seu trabalho, a partir de suas narrativas, considere que boa parte dessas mulheres entendem a arte e o ofício do partejar como 'dom' dado por Deus. Por isso, entende-se que a atuação dessas mulheres parte de uma forte relação de reciprocidade feminina, determinando que não se pode negar atendimento às mulheres que lhes procuram, mesmo sendo um trabalho exigente e de grande responsabilidade, como indicam as parteiras da RIDE:

É difícil, a gente arrisca muito a vida. Ali, através de pedir a Deus. (Damona).

Aí, menina, eu acho que aquela coisa ali é uma coisa que vem de Deus, né? Que Deus marcou pra gente passar, né? E que você tem que realizar e que você tem que fazer força e ajudar e falar esse corpo aqui vai dar conta e tem que dar porque o que você faz na hora ali, né? Tem que pedir pra Deus, né? (Mama Occló).

Então a nossa maior alegria é ouvir o choro do bebe e o sorriso feliz da mãe (Oya).

Mas, é..., financeiro, nada. Fica só a gratidão. A gente fica muito agradecido da pessoa estar acreditando ainda no trabalho da gente, da responsabilidade que tem um parto e tudo, e ... Muita responsabilidade!! Então, eu fico grata mesmo com a pessoa que me procura pra esse parto normal, porque a pessoa tem confiança na parteira. Ainda... e tem muita procura porque a pessoa confia na gente. Isso é muito gratificante! (Obá)

O trabalho de Mauss²²⁹ ajuda a entender como essa percepção das parteiras está vinculada às subjetividades e crenças – esse dom é visto como divino e, portanto, se configura como sacrifício. Ao entender esse fenômeno, a partir do olhar de Mauss, Fournier destaca: “é concebido como sagrado tudo o que, para o grupo e seus membros, qualifica a sociedade”.²³⁰ Assim, fornece

²²⁹ MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. ... Op. cit..

²³⁰ FOURNIER, Marcel. Marcel Mauss ou a Dádiva de Si. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Caxambu-MG. Caxambu: ANAPCS, 1992, p.05.

indícios para uma possível compreensão da relação entre o que é sagrado e o que é social, ao afirmar que há uma analogia possível entre sacrifício, dádiva e o que é sagrado, ao mostrar que:

Em todo sacrifício há um ato de abnegação, pois quem se sacrifica se priva e se dá. Essa abnegação lhe é mesmo freqüentemente imposta como um dever. É que se ele dá, é em parte para receber. O sacrifício se apresenta, então, sob um duplo aspecto. É um ato útil e uma obrigação. O desinteresse se mescla ao interesse. Por isso, ele foi freqüentemente concebido sob a forma de um contrato²³¹.

Essa alusão permite observar aspectos importantes que se relacionam com a disponibilidade das parteiras tradicionais, sem estar sob condicionamento de privilégios e dos interesses explícitos de ganhos financeiros.

As mulheres se vinculam às desigualdades e às relações históricas de exclusão das pessoas que vivem no campo e em áreas periurbanas. Isso porque parte delas tinha baixo poder aquisitivo e escolaridade, considerando-se pobres e desprivilegiadas, ao se compararem com pessoas e valores do mundo urbano, tido como referência para as comunidades rurais.

A tal contexto, adiciona-se a desvalorização dos aspectos sensíveis das vivências das mulheres em trabalho de parto, que têm como cultura feminina a tendência de contar com relações de maior proximidade entre parteiras e parturientes, e famílias, onde a tríade dar/receber/retribuir gera obrigações recíprocas, compromissos que permitem a articulação entre cultura, saúde, empatia e ritual feminino de parir e do partejar, como contrato de solidariedade.

Tal visão leva a entender o modelo que se fez presente até hoje, ao considerá-lo compondo a base da noção de dádiva, como mecanismo de reciprocidade, fundador do vínculo social e da circulação de bens simbólicos e afetivos.

Mas é importante destacar que não raro acontecem as doações de bens materiais como recompensas, comuns também para essas mulheres. Ao questionar sobre: *Como você consegue manter suas atividades de Parteiras Tradicionais? Que tipo de retorno você tem como Parteira Tradicional?* Assim,

²³¹FOURNIER, Marcel. Marcel Mauss ou a Dádiva de Si. (...) Op. cit., 1992, p.05.

torna-se possível verificar que há uma tendência para desvincular, a priori, a atividade do partejar da dependência de retorno material, como encontrado em suas narrativas:

Não, o que viesse tava bom. Me agradava por demais dá conta. Perguntava pra mim sobre pagamento... Não, não, não! Nunca cobre, não, não. Mas eles ia lá me agradava, né? Tem uma mulher lá, eu olhei mais de três meninos dela, ele, e lá me agradava. Me dava mais de uma banda do porco, pra me agradar, ainda hoje eles me agrada! Até hoje! (Dakini)

Às vezes a pessoa, se era uma pessoa da roça, trazia um frango, um queijo, uma coisa outra, um presente assim deles mesmo, da roça. Mas, a melhor coisa é isso mesmo. Independente disso, eu continuava fazendo. E hoje eu ainda vejo, aqui: a senhora lembra de mim? A senhora fez dois partos meus! (Yemanjá).

Por certo, essas parteiras encontravam suporte na reciprocidade para lidar com as exigências de suas práticas, para se desprenderem de suas atividades cotidianas, árduas e cansativas, muitas vezes sem estímulos para continuarem labutando. Também para encarar suas dores e isolamentos, buscavam na relação com as mulheres e famílias da sua comunidade, de quem recebiam atenção e estímulos, apoio e oportunidade de trocas, possibilitando alguma forma de sustentação para seus desafios e carências do dia-a-dia.

Por meio das ações de reciprocidade e solidariedade, várias dessas parteiras, de forma discreta, sentiam-se úteis no desempenho do papel social de parteira. Ganhavam visibilidade e oportunidades de sociabilidade e respeito social em resposta ao poder de suas práticas e saberes, enfraquecendo e dividindo a hierarquia e a desigualdade vincadas e acentuadas em relação a conotação de ser o homem superior e de posição privilegiada, pois trabalha em locais e instâncias de poder.

Sua forma de disponibilizar os cuidados no partejar, por certo, configurava-se como estratégia para reduzir o silenciamento a que eram expostas como mulheres, restritas às funções do lar, do casamento e da maternidade.

Nesse contexto em que se desenrolavam essas ações, acontecia, no sistema de trocas e de reciprocidade, a possibilidade de afluírem práticas discursivas e não-discursivas.²³²

Essas mulheres engendraram reações e comportamentos para enfrentarem a ordem e o poder disciplinar, fazendo surgir um tipo específico de respostas para se adaptarem às imposições dos ideais da autoridade masculina, do pai e do marido, o referente.

Ao mesmo tempo, parte significativa dessas parteiras continuava passiva, diante das iniciativas que eram impostas pela paulatina e contínua ascendência sociopolítica, das ciências e região, em que se construía a Capital Federal.

De modo paciente, assujeitadas como seres imperceptíveis no corpo social, aceitavam o papel de aguardar a oportunidade do casamento correspondendo às iniciativas da biopolítica, como realização pessoal.

Possivelmente, continuavam desvinculadas das reivindicações à educação e à inserção social, como oportunidades de empoderamento e acesso a direitos, como alternativa para romper com o ciclo da dominação masculina.

Essas mulheres viviam a perspectiva da adequação de seus valores e comportamentos às exigências da nova Capital Federal que se julgava moderna, não obstante continuar agindo de forma conservadora, de forte dominação masculina, tais como: a igreja, as ciências e o Estado.

Sob a influência desses poderes, as parteiras percebiam suas atividades como ações desvinculadas do princípio da politização e da alteridade, mas vinculadas aos fundamentos das instituições religiosas, ocasionando uma representação de desvantagem social, para elas e para as próprias pessoas envolvidas com o processo reprodutivo.

Percebemos que suas atividades se apóiam em formas arcaicas de contratos, que Mauss considera ao levar em conta que toda doação gera satisfação e insatisfações para aquelas que a recebe. Tal olhar é possível ser apreendido na narrativa dessa parteira:

²³² FOUCAULT, M.. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

E o retorno que eu tenho é a felicidade de ver as pessoas chegá em mim, contar, igual o que você tá fazendo agora, sabe? Que o maior retorno é o que eu tive essa semana, do garoto chegou, parou conversou. E os outros que vêm aqui, sabe? O retorno que eu tenho é esse. Até porque antigamente, você fazia por nada, nem pelo serviço nem pela pessoa. Num ganhava por nada, nem um centavo (Yemanjá).

Sua atenção se volta para um conjunto de prestações aparentemente livres e gratuitas, mas que, como demonstra Mauss, são consideradas entre as parteiras como obrigatórias e sutilmente interessadas em trocas: os presentes, o respeito e considerações especiais expressas como retornos obtidos após a prestação dos cuidados disponibilizados no partejar, quando bem sucedidos.

Diante de tal situação, não é surpreendente a possibilidade de que o ofício das parteiras estabelece também uma comparação com a assistência ao parto centrada no modelo biomédico. Frente a esse modelo e situação, as mulheres ficam expostas às seduções do discurso hegemônico que afirmam os avanços e perspectivas do parto institucionalizado, medicalizado e tecnificado, como campo de atuação natural para pessoas com formação profissional, ainda sob a égide do corporativismo excludente de outras abordagens.

A partir da visão de Perrot de que até o final do século XIX as mulheres foram excluídas da história social e também dos espaços do conhecimento e da política, surgiram formas de classificação e hierarquização criadas pelo domínio das representações masculinas sobre as mulheres.²³³

Com base nessa compreensão, a preservação dos fazeres e saberes das parteiras tradicionais provoca questionamentos acerca das políticas de saúde dominantes no Brasil. Passa-se a refletir sobre estas práticas tradicionais como históricas e resistentes ao controle exercido pelas políticas e ações de saúde estabelecidas e hegemônicas.

²³³ PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: ... Op. cit.

2.3 Rituais e Práticas Usadas pelas Parteiras

Os encontros, conversas e entrevistas com as parteiras tradicionais da região do Entorno do Distrito Federal – RIDE e as suas narrativas sobre as práticas de cuidados que desenvolvem durante o atendimento às gestantes, parturientes, mulheres paridas, crianças recém-nascidas e suas famílias, instigaram a refletir sobre os saberes ‘informais’, as técnicas e os componentes utilizados por elas durante as diferentes fases do parto e do nascimento.

As ações que desempenham são realizadas em momentos ímpares e plenos de diversas e intensas emoções, fundadas em expectativas e surpresas, em suas repetidas experiências de parir e de partejar, configurando-se, para muitas dessas parteiras, em uma *missão, em dom de Deus*, como revelam:

Tudo na experiência, primeiramente Deus porque sem Deus nós não somos nada, e depois eu (Dana)

Era só Deus mesmo que olhava por a gente, sem telefone, sem transporte, sem medicação. Era Deus mesmo (Oya).

Mas o meu seguimento é que com muita fé em Deus e em Nossa senhora, né (Dakini).

Eu achava bão, eu ficava muito satisfeita com elas. Ajudando as criaturas pra vim pro mundo, né? Ajudando, por que Deus mandava, né? Porque, tudo o que nós faz aqui, sem Deus nós não é nada! Né? Então Deus dava aquela missão pra nós fazer aquilo. É!! (Kali).

Aí eu ia pra lá, pra casa delas. Elas me tratava muito bem, né? Eu ia, arrumava pra elas. Aí, isso foi várias mulhé! Muitas, muitas, que eu num sei nem o tanto. Aí, eu ia chamada longe!! Eles vinha de carro me buscar. E eu ia, era minha missão, né? E eu ia! Pois é, eu ia (Dana).

A forma como essas mulheres percebem o seu ofício, amplia e motiva na perspectiva de uma melhor compreensão e valorização dos diferentes métodos e técnicas de cuidados tradicionais usados, e cada vez mais popularizados, apreendidos de suas narrativas.

Passei a entender essas práticas como tecnologia, definida por Ruy Gama²³⁴ como a maneira que as pessoas fazem coisas. Compreensão possível,

²³⁴ GAMA, Ruy. A tecnologia e o trabalho na história. São Paulo: Nobel/USP, 1986.

pois, etimologicamente, o termo tecnologia é definido a partir de sua raiz **tecno**, que significa o saber fazer, e **logia**, que é razão. Assim, entende-se o modo organizado de saber fazer característico das parteiras, como analisou Juracy Aires.²³⁵

Emerson Merhy, ao escrever sobre “O Trabalho em Saúde e suas Tecnologias”, preocupou-se em definir e classificar as tecnologias:

[...] o que nos permite dizer que há uma tecnologia menos dura do que os aparelhos e as ferramentas de trabalho e que está sempre presente nas atividades de Saúde, a qual denominamos leve-dura. É leve um saber que as pessoas adquiram e está inscrito na sua forma de pensar os casos de Saúde e na maneira de organizar uma atuação sobre eles; mas é dura à medida que é um saber fazer bem estruturado, bem organizado, bem protocolado, normalizável e normalizado. Entretanto, quando reparamos com maior atenção ainda, vemos que, além destas duas situações tecnológicas, há uma terceira, que denominamos leve.²³⁶

As definições desse autor ajudam a entender as formas específicas de atuação durante o partear. Portanto, as práticas de cuidado das parteiras são compreendidas como tecnologias leves. Pautam-se a partir da maneira como acreditam ser a melhor forma de agir para cada situação específica, das mulheres em trabalho de parto e seus contextos.

As tecnologias leves usadas pelas mulheres que partejam se apresentam adaptáveis a cada parturiente, a partir da importância e valor de seu uso nos diferentes momentos do processo de parir. A atenção que se dá na reciprocidade, de sujeito para sujeito, de forma interativa, estabelecendo as escolhas. Tal postura evita a objetivação dos sujeitos da ação, evita a subordinação.

Apesar de não serem consideradas pela moderna sociedade científica e tecnológica, no campo da saúde, são muitas e de diferentes naturezas as práticas que as parteiras usam durante o parto domiciliar. Elas utilizam métodos não medicamentosos/farmacológicos e técnicas, pois lançam mão de práticas

²³⁵ AIRES, M^a Juracy. Técnica e tecnologia do parto: ... Op. cit., 2006.

²³⁶ MERHY, Emerson Elias. Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte. São Paulo: Xamã, 1998, p. 105-106.

integrativas tradicionais e populares, também de simpatias²³⁷ conhecidas por elas, de que fazem pouca ou discreta referência em suas narrativas, pois acreditam que se forem comentadas “perdem a sua força”.²³⁸ Todas as parteiras fazem referência às práticas tradicionais que usam:

O remédio que eu conheço é negramina, folha de merluso que ajuda atirar a dor e dá força, porque tira o resfriado que tá dentro da mulher e da criança. Aí faz o banho antes do parto e do banho, tira um pouquinho pra beber (Sirona).

Eh, óleo de olive. Aí, aí num tendo pode passar o óleo de mamona, que ele é mais preparado, que ele é quente, né? Começa a fazer isso dias antes do parto. Dias antes do parto. Aí começa assim, se ela for ganhar, se ela tiver certa nos parto dela, aí você, se ela for ganhar, aí uns três dias. Uns três dias chegando no lugar certo (Dana).

Essas peculiares formas de cuidados se caracterizam como saberes absorvidos a partir das vivências de diferentes etnias, espaços e temporalidades. Transmitidas oralmente, essas práticas se revelam como tradição, como rituais que se constituíram a partir de repetidas experimentações, engendradas no aprendizado que se formulou entre mulheres de território, classe social, idade, cor e inserção étnico-racial diferentes.

Como episódio que ocorre no corpo feminino, o ofício das parteiras se ancora na reciprocidade entre mulheres e também se faz presente na compreensão e no significado especial do complexo fenômeno da gestação, parto e puerpério, por pedirem ações que conjuguem a inteireza das mulheres, onde estão inseridos os conhecimentos e práticas tradicionais e populares, seus rituais.

Esse domínio de saber-fazer passou a ser validado popularmente. Foi sistematizado a partir da repercussão dada às respostas apreendidas nos seus contextos, revestidos de valor e importância como evento ritualístico que é o

²³⁷ Segundo o dicionário Aurélio (1986) simpatia que dizer: "Ritual posto em prática, ou objeto supersticiosamente usado, para prevenir ou curar uma enfermidade ou mal-estar." As simpatias e crenças registradas nesse estudo foram reveladas pelas parteiras, a partir de suas experiências transmitidas e validadas por suas ancestrais.

²³⁸ No dito popular, “perder a sua força” significa reduzir ou anular os efeitos benéficos desta crença considerada como uma forma de ajudar a harmonizar o desenrolar saudável do processo de cuidado, no caso referem-se ao parto e nascimento.

processo de parir e partejar, para as mulheres e pessoas envolvidas nessa cerimônia ética e estética.

Como racionalidades que se fortalecem e legitimam ao considerar e interpor as subjetividades presentes nos e dos sujeitos envolvidos, especialmente aquelas que sustentaram e construíram as parteiras experientes, de gerações anteriores, e transmissoras de seus saberes e práticas para as mais jovens, suas aprendizas de então. Tais como a fé, as evocações, a intuição, a emoção e as sensações – as subjetividades ancoram a razão e a sensibilidade como táticas, embasando e fortalecendo as práticas de cuidado dessas parteiras.

Seus discursos levam à reflexão que considera e toma como base os argumentos de Edgar Morin²³⁹, quando descreve sobre os obstáculos que são colocados frente à compreensão de outras formas e métodos de saberes. Dentre eles, destacam-se os que embasam os cuidados tidos como não-científicos, as práticas tradicionais e populares de saúde, consideradas antigas e ultrapassadas, empobrecidas e desvalorizadas frente àqueles construídos a partir do rigor dos saberes científicos.

Nessa perspectiva, Marília Largura²⁴⁰ (2000) analisa a atuação das parteiras como construção de um saber-fazer baseada na observação feita a partir de suas vivências pessoais e experiência de parir e de partejar. Demonstra, assim, como são capazes de vivenciarem, junto às mulheres a que prestam cuidados, todos os momentos do processo de parir e nascer, disponibilizando-lhes seu tempo e dedicação, sem pressa, sem cronometrar as etapas desse processo.

De um modo geral, usam de sua sabedoria e larga experiência. Sabem que é prudente observar o seu complexo desenrolar, que se dá nas dimensões intercambiáveis em e de cada mulher – física e fisiológica, psicoemocional e histórica, deixando-a movimentar-se, alimentar-se, expressar sentimentos e emoções, escolher posições e apoios para lidar com as matizes complexas do parto, livremente.

²³⁹ MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários a educação do futuro. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2000.

²⁴⁰ LARGURA, Marília. Assistência ao parto no Brasil. Aspectos espirituais, psicológicos, biológicos e sociais. Uma análise crítica. 2. ed. São Paulo: 2000.

Esses saberes, embora rechaçados, são vistos como fenômenos sociais capazes de influenciar o paradigma e as práticas científicas da modernidade. Ao se referir à rigidez do paradigma moderno, Morin²⁴¹ destaca as ilusões das certezas doutrinárias, dogmáticas e intolerantes como geradoras de inflexibilidades epistemológicas, que geram exclusões e ou invisibilidades de outros saberes e racionalidades.

Com isso, entendo que a idéia do paradigma moderno e dominante remete à racionalidade como palavra chave. Visa estabelecer uma hierarquização do saber, excluindo outras formas de saberes e possíveis interferências em suas verdades e convicções. Esse paradigma se apega ao sentido de verdade como processo coercitivo e produtor de efeitos regulamentadores de poder.

Tal modelo hegemônico de ciência se pautou na intenção de superar outras formas de conhecimento, considerando como prioridade a separação entre ciência e senso comum. Preocupa-se em romper com algumas informações em que se referem tanto à ciência quanto à sociedade, mesmo quando são considerados como valor e sentido para pessoas e grupos.

Nesse sentido, considere importante a indagação de Santos: “Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?”²⁴²

O autor abre espaço para juntar à sua indagação as apreciações que se fundamentam em alguns fatos históricos que tiveram relação direta com a ciência moderna, durante o século XX.

Ciência que, muitas vezes, se colocou a serviço de interesses específicos de um projeto de sociedade, a partir da visão que se apresenta como possuidora de verdades universais e conquistadoras, engendrada no capitalismo, como paradigma acompanhado por uma “diminuição da sensibilidade solidária”²⁴³

²⁴¹ MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários a educação do futuro. Op. cit..

²⁴² SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 5. ed, São Paulo: Cortez, 2005, p.16.

²⁴³ ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. 7a Ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 18.

Portanto, é fundamental falar da necessidade de um encontro entre ciência, senso comum e humanidades defendido por Boaventura S. Santos²⁴⁴, sem perder de vista que o conhecimento científico deverá restabelecer outras formas de saber e perceber o mundo, o que “(...) supõe convicção, fé, escolha ética e ao mesmo tempo aceitação da expressão das idéias, convicções, escolhas contrárias às nossas”²⁴⁵

A reflexão proposta por esse autor permite compreender que os saberes e práticas das parteiras não são tão desconhecidos e completamente afastados de qualquer forma de cientificidade, pois não há saberes e ignorâncias completas²⁴⁶.

As técnicas das parteiras são engendradas em raízes culturais – africanas, indígenas, européias – difundidas por meio da tradição oral para as novas gerações, portanto vincadas em racionalidades próprias, nem sempre perceptíveis e validadas pelo paradigma dominante, apesar de que esse modelo de atuação envolve saberes, habilidades, subjetividades e competências. São *modus operandi* – mítico e estético – de ‘sacerdotisas-deusas’ durante o cuidado no partejar, pois abarcam complexidades de difícil previsão e quantificação pela ciência institucionalizada.

Em estudos sobre os temas da ‘religião e saúde’ e ‘práticas populares de saúde’,²⁴⁷ encontram-se referências para melhor entender a influência da cultura africana e indígena nas tecnologias leves usadas pelas parteiras da RIDE, e, possivelmente, por parteiras de outras áreas do Brasil.

Essas culturas trazem muitos modelos absorvidos e adaptados para serem usados durante o partejar. Contemplam as diferentes dimensões das pessoas, como podemos destacar nessa fonte documental, sobre as variedades das plantas que "além de serem usadas como medicinais, fazem parte dos ritos

²⁴⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

²⁴⁵ MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários a educação do futuro. Op. cit., p. 101-102.

²⁴⁶ SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: ___Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

²⁴⁷ SANTOS, Marilena Gomes dos; DIAS, Ângela Guimarães Pinto; MARTINS, Marcelo Moreira. Conhecimento e uso da medicina alternativa entre alunos e professores de primeiro grau. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 3, jun. 1995 .

afro-brasileiros para grande parte da população, têm poderes mágicos"²⁴⁸ Nesse mesmo sentido, o estudo realizado por Gadelha permite afirmar que:

As “superstições” e os rituais muitas vezes davam respostas a certos acontecimentos da vida que a ciência médica não sabia responder. As respostas procuradas pelo povo, muitas vezes, eram encontradas na fé, na magia e no empirismo. [...] Desde o período colonial, há uma mistura de elementos indígenas, africanos e europeus que se desenvolveram na vida cotidiana”.²⁴⁹

Acredito – e aqui foi usada como premissa básica para melhor compreensão dessas práticas, por considerá-las como tecnologias – em uma ‘razão sensível’, que usa como norte a compreensão e sensibilidade teóricas peculiares a esses sujeitos. Sujeitos capazes que são de agregar aos princípios da metodologia e da epistemologia da Ciência, a emoção, a aparência e o mítico como caminhos possíveis.

Aires esmiúça que, “em qualquer ação, portanto, desde a mais simples e individual, até a mais complexa, está presente uma metodologia, um modo organizado de saber-fazer”,²⁵⁰ tal como acontecia com as parteiras que usavam de suas próprias vivências, “as experiências sociais são combinações subjetivas de elementos objetivos”.²⁵¹

Assim, as práticas usadas pelas parteiras se configuram como tecnologias leves, capazes de serem compreendidas por ações que resultam da mediação entre racionalidade e subjetividade. Nelas coexistem as sensações presentes nos corpos e nos toques e contatos realizados para avaliar, massagear, banhar, posicionar e apoiar as mulheres em variados momentos do trabalho de parto e parto, de forma imbricada. Tecnologias que se ancoram e usam como dispositivas a razão e a sensibilidade, integradas para sistematizar o saber-fazer no partejar.

²⁴⁸ OLIVEIRA, E.R. *O que é medicina popular*. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1985, p. 221.

²⁴⁹ GADELHA, Georgina da Silva. Os saberes do corpo: a “medicina caseira” e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919). Dissertação. Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História. UFCE, 2007, p. 163.

²⁵⁰ AIRES, M^a Juracy. Técnica e tecnologia do parto: (...) Op. Cit., 2006, p. 27.

²⁵¹ DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget. 1994, p. 140.

Tal racionalidade se coloca e se afirma a partir de uma visibilidade que está presente na invisibilidade de outras formas de conhecimento, como analisa Santos:

Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso²⁵²

A partir dessa compreensão, encontra-se respaldo para pensar nas práticas das parteiras tradicionais, por considerar que outras abordagens do conhecimento científico não eliminam demais formas de saber e perceber o mundo. Tal consideração também é alvo de reflexão para teóricas feministas, a exemplo de Scott, quando afirma:

(...) saber não se relaciona apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela²⁵³

Nesse sentido, apreenderam-se indícios nas narrativas das parteiras para entendimento do processo de sistematização e validação conferido pelas cuidadoras às suas práticas, realizadas e observadas na repetida seqüência desses eventos, para elas e as mulheres que atendiam:

Pegava nele, pegava nele e o neném tava duro, duro naquele lugar. Sabia, passava a mão na barriga dela, mexia... mas mexia fora, pra cá. E ele num, num... e tava pregado. Aí, ia no médico e tava mermo. Aí o médico via que tava pregado e fazia cesariana. (Kali).

Aí, ajeitando pode passar óleo, chegando o neném pro lugar. Se ele tiver virado, vire ele devagarzin, vire com amor, mesmo, aí vai virano ele, todo dia! Aí ele vai virando, quando ela for ganhar, tá na posição certa (Dana).

²⁵² SANTOS, Marilena Gomes dos; DIAS, Angela Guimarães Pinto; MARTINS, Marcelo Moreira. Conhecimento e uso da medicina alternativa entre alunos e professores de primeiro grau. Revista Saúde Pública. v. 29. n. 3, 1995, p.05.

²⁵³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p.5-22, Porto Alegre, jul/dez 1988, p. 12.

Assim, na hora que eu vou ajudar a mulher [...] Aí, se o nenê tiver torto na barriga, a gente dá uma balançadinha pra ficar consertado, né? Tem muitas crianças que chega aqui até sentado, outros em pé, aí a gente olha, dá uma força ali, faz umas orações e vai conversando com ela e dá uma força. [...] Aí, a gente faz uns chazinho também, que a gente dá, né? Pra tomar, pra ajudar. (Dadona).

Ali ela deitou de costa, ficou bem deitadinha de costa, a gente passou a mão, a gente entende! Ali a mão da gente aonde vai, alí pára. A hora que pára, ali é o lugar da enfermidade. Ali a gente e vai ver, né? Manda elas ir pro médico pro causa disso. (Hestia).

Porque o neném prega, ou então a gente coloca no estômago. Se ele enfiar aí no estômago, é muito difícil tirar. Eu já tirei muitos! Já tirei assim de seis meses, ajeitando, ajeitando. Falei pra elas, amarrava, amarrava assim, oh, pra mode o neném num subir pro estômago. Aí, era isso que a gente fazia. Ele vinha pra subir e num tinha passage. Colocava no lugar certo. (Mama Occló).

Esses saberes-experiências (tecnologias das parteiras) envolviam e envolvem a vida social dessas mulheres; portanto, são produzidos por diversos elementos presentes em contextos que lhes são próprios. Diante das distintas realidades que as constituíram enquanto parteiras – “eu fui aprendendo a fazer com ela” – cada trajetória é um fato inusitado e envolvido por motivações, vincadas na possibilidade de atender aos processos individuais naturalizados de vivenciar o processo reprodutivo.

À medida que absorviam conhecimentos e experiências, fortaleciam-se como mulheres parteiras e usavam da prerrogativa da sistematização de suas observações – “pegava nele e o neném tava duro, duro naquele lugar”, objetivando otimizar o desenrolar do parto e nascimento. Narrativa que mostra como é frequente, para algumas delas, a atuação que acontecia desde a gestação, desde os contatos iniciais para avaliação e cuidados, usadas como em forma de ritual.

Assim, as suas ancestrais transmitiram as tecnologias leves que usavam nesse trabalho junto às gestantes e parturientes. Deixavam que elas falassem, dialogando e compartilhando desejos, idéias e emoções, tabus, crenças e mitos, pertencentes aos seus contextos e rituais. Mas, também, ouviam e ouvem as preocupações e desconhecimentos a respeito de reações e alterações

psicoemocionais e fisiológicas possíveis de ocorrer durante a gestação, em si mesmo ou nos corpinhos de suas crianças, os fetos, sobretudo, ao se aproximar o término da gestação. Assim como narra essa parteira:

Primeiro, quando chega a hora de sentir..., a hora do sinal de que a criança quer nascer, então a primeira coisa a fazer é botar uma panela com água no fogo forte. Então, ali, você já dá um banho nela. Bota a água numa bacia grande, que dê pra ela sentar dentro. Bota uma pitada boa de sal, umas folhas também. Alí você vai lavando o corpo da mulher, em oração. Vai limpando, lavando. Limpa o de fora e o de dentro, pra tudo correr bem. Vai lavando da cabeça pra baixo e pedindo proteção pra Deus, né? Então, ali você sabe que nada vai impedir, tudo vai correr bem. Quando o neném vai nascer, tá tudo limpo! (Latis)

Mas isso se dava no conforto de seus lares, entre mulheres conhecidas que tinham em comum as representações e o universo simbólico desses eventos femininos. Usavam as mãos para aliviar as dores das mulheres, compartilhar de crenças e simbolismos, agregando, também, os efeitos de ervas, simpatias, como um ritual de fortalecimento e de vínculo, gerador de confiança e reciprocidades.

Sentiam as modificações orgânicas próprias da evolução da gestação, que se somam ao conhecimento adquirido com suas ancestrais, as parteiras transmissoras, e pelas repetidas observações que aconteciam durante o desempenho de suas atuações. Acolhiam de forma pertinente suas dúvidas, ansiedades e necessidades de minimizar desconfortos, sejam de ordem física e ou psicológica, para promover o desenrolar saudável do parto.

Dessa forma, colocavam-se à disposição para avaliar os sinais do corpo gestante, possibilitando identificar fatores relacionados aos desconfortos – “Se ele tiver virado, vire ele devagarzin, vire com amor, mesmo, aí vai virano ele, todo dia! Aí ele vai virando, quando ela for ganhar tá na posição certa. Começa a fazer isso dias antes do parto” (Cuda).

Essas se converteram nas protagonistas e transmissoras dos hábitos que as mulheres e mães procuravam adquirir para cuidarem de seus bebês e de si mesmas. Para isso, recorreram aos seus conhecimentos ancestrais, utilizam diversas plantas medicinais e outros alimentos para tratar as dores do parto, as

náuseas, a falta de forças da mãe para empurrar e, também, para ajudar na recuperação da mãe e filho depois do parto.

Suas atividades ancoram os rituais facilitadores do desenvolvimento do trabalho de parto e o parto. Atendem às necessidades de conforto, bem estar e segurança, capazes que são de promover o bom funcionamento de todos os sistemas, resultando no desencadeamento do parto fisiológico, espontâneo.

Quadro 4. Ação de cuidado: Simpatias, orações e crenças – Conhecimento e práticas das parteiras do RIDE. Brasília e RIDE, 2008-2010.

Simpatias e Orações	Como	Efeitos ou Crenças
Simpatias - Três carocinho de feijão preto	-Dá pra pessoa beber igual comprimido	-E muito bom que dá força para ganhar a criança.
Orações -Oração da Parteira -Oracao de Na Sra do Bom Parto	- Orava com muita fé	- coragem e calma pra nascer.

Fonte: Narrativas das parteiras tradicionais da RIDE.

Essas orações, ao se juntarem aos efeitos de ervas (Quadro 4 e 5) e toques das parteiras, por certo correspondem às “carícias essenciais”, descritas por Leonardo Boff,²⁵⁴ pois atendem ao universo da cultura dessas mulheres, favorecendo o bem-estar mental e social, capaz de relaxar, estreitar laços com a família e a comunidade, gerando suporte à saúde.

Constituem-se também de conhecimentos ancestrais usados sem a conotação religiosa; simplesmente por ser uma questão de fé, a fé necessária para assumir uma grande responsabilidade, cumprir a missão de proteger, cuidar, ajudar duas vidas. Todos esses elementos e técnicas têm relação, nada é aleatório.

²⁵⁴ BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

Quadro 5. Quadro - Ação de cuidado com uso de Ervas Medicinais – Conhecimento e praticas das parteiras do RIDE. Brasília e RIDE, 2008-2010.

Tipo de Erva*	Preparo (como)*	Quando*	Efeitos esperados*	Propriedades terapêuticas ²⁵⁵ **
Pimenta do reino	•Caldinho com pimenta do reino	PRÉ-PARTO	•Ficava todo mundo forte •Ajudava nas contrações (intensidades)	Tonificam e revitalizam o organismo
Foia de Piqui	•Cozinhava, fazia um banho botava um salzin.		•Pra limpar tudo •Pra apertar as dores	Estimulante usado para facilitar o parto.
Foia do Joborandi	•Pá lavá, pá... lavava a barriga, lavava as cadera.			Estimulante glandular, provoca suor.
Foia e Raiz do Sangue de Cristo	•Dava massagem na barriga.			Raiz e folhas são indicadas contra doenças venéreas e prisão de ventre.
Oleo Omenda (Amendoa)	•Dava massagem na barriga e no perino.	INTRA-PARTO	•Para escorregá menino, pra relaxar a vagina. Rapidão os bebê nascia	Hidrata e suaviza a pele com facilidade. Possui propriedades rejuvenescedoras, regeneradoras, hidratantes, amaciantes e nutritivas.
Negramina				Carminativa e diurética. Estimulante da energia.
Foia do mentrasto				
Folha da Pimenta malagueta	Mornava e passava na infricção		•Pra tirar friagem da mulher e ela ganhar o menino mais feliz, mais saudável. •Serve pra pegar força (a mulher pegar força), e pega muita força pra ajudar o menino a sair.	
Carqueja	Lavar o corpo da mulher com carqueja da cintura para baixo		•Estimula a força do parto	Tônica. Combate hipertensão arterial, má circulação do sangue e elimina toxinas.

²⁵⁵ Informações obtidas no livro Manual de Fitoterapia e Plantas Medicinais Úteis (Especialmente do Cerrado). SILVÉRIO, João Pedro. Brasília, 2008.

Foia de algodão	•Todas folhas, amassava e fazia massagem nela	PÓS-PARTO	•Pra modo de limpar.	Contra hemorragia uterina, produz contração uterina. Indicado para partos retardados, hemorragias do pós-parto e retenção da placenta.
Folha de Merluso			•soltava com a placenta.	
Foia do Mentrasto	•Faz despachar as companheira (placenta).		Contra fraqueza, é estimulante, aromática e tônica.	
Pimenta do Reino	•Mingau com Pimneta do reino		Estimulante, tonificam e revitalizam o organismo.	
Foia da Arruda	•Tira o suma já pá beber		Estimulante, antiespasmódico. No campo esotérico serve para livrar do mal olhado.	

Fonte: *Narrativas das parteiras tradicionais da RIDE.

**Propriedades terapêuticas obtidas do Manual de Fitoterapia e Plantas Medicinais Úteis (SILVÉRIO, 2008)²⁵⁶.

²⁵⁶ SILVÉRIO, João Pedro. As Plantas Medicinais e suas Indicações terapêuticas. In: Manual de Fitoterapia e Plantas Medicinais Úteis (Especialmente do Cerrado). Brasília: RBS Gráfica e Editora, 2008.

Também as ervas medicinais empregadas são definidas com base em conhecimentos e experiências em seus múltiplos usos e respostas, sejam na forma de chás, banhos e massagens, usados em diferentes momentos do parto, assim como nos cuidados imediatos com as crianças recém-nascidas, tais como em suas narrativas:

Pra bebê? Agente fazia remédio de horta. Arruda, Hortelã, remédio de horta tudo... fazia pras mulher e dava pra beber. E já saia a placenta, hum, hum. (Dakini)

O que eu fazia era só o banho né? Dava o chá também. Era isso que a gente fazia. Pega uma raiz lá, pega a foia de piqui pra nós cozinhá. Aí eu pegava a foia de piqui cozin hava, fazia un banho, botava um salzin, ai ela vinha e nós pá lavá. Pá, lavava a barriga, lavava as cadera. Tudo, tudo era bom pá fazé in antes da pessoa, dela ganha, né? Antes, de banhá pra apertá as dores, né? (Dana)

Depois que a muié ganhava, ai a gente já ia, já rancava mentrasto, já vinha ali enraizado, mentrasto essas coisa assim, mais ai a gente cozin hava, a foia de algodão. Quando era pra beber tirava o sumo do matruis né, da foia da arruda pá tirá o suma, já pá beber, esses outro era pá banhá. (Hestia)

Foia do mentrasto a raiz, com raiz, a foia do algodão, a foia do matruis tudo era pra fazer o banho pra, pra, não aí, ai já tinha ganhado, já tinha ganhado. Aí pra modo de limpar. (Ceres)

Provavelmente, as parteiras eram e são aliadas de uma mesma causa, imposta pela naturalização de seus papéis, como 'missão feminina' de favorecer o processo reprodutivo. Nesse ritual, as orações (Anexos 7, 8 e 9) são consideradas como ferramenta de trabalho que é um dos pilares que sustentam a confiança, a reciprocidade, a segurança, no espaço do parto e nascimento. As orações eram usadas, passadas para as outras mulheres presentes, sejam aprendizas e ou aquelas dos vínculos familiares da parturiente:

Oração que fazia na placenta pra placenta sair, era de Santa Margarida. (Sirona)

Oração da Salve Rainha é a oração das parteiras. A oração tem um bocado que usava pra pegar o bebê. (Dana)

Eu saía de casa fazendo as minhas orações. Pedindo a Deus, que Deus desse pra aquelas mulher uma boa hora.

Quando eu chegava lá era rapidinho. Deus ajudava, desocupava logo (Hestia)

Nossa Senhora do Parto me ajuda, manda eu ganhá esse menino logo, e, Deus dá força que, e logo a gente ganha. Só pedir força a Deus e Nossa Senhora que ela dá! (Jaci).

Fazia oração da Salve Rainha, é a oração das parteiras. E pra ajudar a descer a placenta canta a oração da Santa Margarida (Ceres).

O atendimento às diferentes dimensões das mulheres proporcionava aceitação e esperava, simplesmente, pelo tempo necessário ao desenrolar do parto e nascimento, após o qual lançava-se mão de outras técnicas e cuidados, ritualizados, como afirmam em suas narrativas:

Que já vinha com o fogo, já tava lá aceso e lá tudo. Já vinha um prato aqui com as, com as brasa bem vivinha e o cabo do garfo, já aqui dentro das brasa. E eu já tava com a tisourinha, os panim tudo, os pavisinho tudo bem limpinho arrumadin, de algodão, eu fazia tudo. Fazia o pavisinho pá amarrá, pá amarrá o umbigo, né? Marrava bem marradin, aqui. Apertava pá não saí sangue. Apertava, apertava e marrava. Agora vinha com a tesoura quente, cortava. Depois, depois que cortasse aqui já vinha com esse garfo quente aqui, queimava, queimava. Queimava, toda vez que ia batê e chiava, tchi, tchi, tchi, tchi, chiano o sangue. A hora que, a hora que cabava de..., que num saía mais sangue, que enquanto tava chiano é que o sanguin tava saino, aquela zuerinha, né? Então eu acabava ali, já vinha com o azeitin. Passava tudo ali. E agora tava pronto e agora que fazia o pavisin enrolava aqui no pezin aqui, ensopava de azeite aqui e agora deixava (Pacha Mama).

As práticas de cuidados (tecnologias leves) eram acompanhadas de formas variadas de suporte às subjetividades²⁵⁷ próprias do processo reprodutivo, constituídas e presentes na dimensão cultural de cada mulher, identificadas como marcas, valores e crenças que compõem a dimensão cultural, histórica e coletiva do seu mundo interno que se relaciona com pessoas e situações exteriores. Dentre as quais tinham espaço as simpatias, conhecidas e utilizadas pelas parteiras:

²⁵⁷Amatuzzi, M.M. (2006). A subjetividade e sua pesquisa. Memorandum, 10, 93-97. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a10/amatuzzi03.pdf>. Acesso em: 4 set. 2010

Tinha a simpatia! Três carocinho de feijão preto dá pra pessoa beber, igual cumprido. É muito bom que dá força (Dana).

Aí depois que ganha o bebê e não despacha (a placenta), aí tem as simpatias que faz despachar as companheira (placenta) (Sirona).

A gente fazia as simpatias, quando fica demorando, né? A gente tampa a garrafa e... supra, sopra com força. Aí, ali rapidinho a pessoa...vem... com a força da barriga (Dakini).

Eu sei qual remédio pra vim logo as placenta era só dá 3 colher de cinza pra mulher, e era na hora, na mesma hora a placenta descia. Bastava a cinza, 3 caroço de pimenta do reino. Tudo isso é remédio. Todo mundo paria com as parteiras (Ceres).

Para as parteiras, as simpatias funcionavam como auxiliares nos diversos processos que se desdobram das práticas de si, ao alcance do conhecimento da sensibilidade. Esse tipo de entendimento, por certo corresponde às formas sutis a que podiam estar expostas as parturientes e suas crianças, na abordagem tecnicizada da assistência ao parto. Faziam uso de massagens e toques – “infricção: ajeitava, arrumava, virano eles com amor” (Ceres).

É possível que as práticas das parteiras tenham se construído a partir do somatório de diferentes perspectivas e fatores articulados. Relevância é dada às posições das parturientes durante o parto e o nascimento, quando essa parteira revela desconhecer a imposição que é feita nos serviços de saúde para que a mulher seja colocada deitada e imobilizada, conforme a narrativa:

Justamente né, ai eu, ai eu memo fazia meus remédio porque na hora de fazê meus remédio tudo, sabia que ganha, né? porque, porque hoje em dia é deitado eu nunca ganhei mininu deitado, nunca! Eu também num sei. E eu num, num, num, num, ganhava. Deitado num, num, num, tinha jeito. Eu num ganhei (Diké).

Vem, vê que tá chegando, e a gente vai ajudar ela. Se vê que o menino tá vindo, põe ela sentada na posição. Põe ela sentadinha na posição e ali, Aí, na hora que a dor vem, a gente manda ela tampar a boca com um pano e segurar mesmo e ajudar a gente. Alí o nenem vem rápido. É, é assim (Damona).

Com base nesse olhar, é possível destacar que as parteiras desenvolveram alguns de seus saberes e práticas a partir de pequenos detalhes que estão presentes em cada situação, fora da ordem e da racionalidade científica, que suscitaram conhecimentos potentes “para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação”²⁵⁸

Saberes-experiências, engendrados no cotidiano das ancestrais, são resultantes da junção e intersecção de sua intuição, pensamentos e sentimentos, com o sentir de suas sensações, movimentos e funções orgânicas, dando consistência ao que denominamos de ‘paradigma das parteiras’, expresso para corresponder às necessidades e vivências femininas do processo de gestar, parir e maternar. Desencadearam seus fazeres como rituais, lapidados e sistematizados para se adaptarem aos sujeitos e seus contextos, formatando suas memórias e ofícios.

Nessa perspectiva verificou-se que as parteiras tradicionais são detentoras de saberes-experiências construídas e transmitidas pela oralidade, expostas a descontinuidades vivenciadas no desenrolar do tempo, ao serem submetidos a crivos e interdições como postulados e interesse do mundo dos saberes letrados, a Igreja e a academia, sobre suas comunidades, suas culturas e suas formas de vida ao longo dos últimos 500 anos, como assinala José Jorge de Carvalho quando do lançamento do projeto Encontro de Saberes.²⁵⁹

Tal intervenção teve como resultado a ênfase e hipertrofia da escrita letrada, reverberando na atrofia dos saberes orais e na ideologia do individualismo e da autonomia, construindo epistemes que promoveram um sistema hierárquico e de competição entre seus pares e destes com os sujeitos detentores dos saberes da tradição oral, reforçando tecnologias de gênero que assujeitaram as parteiras e os rituais que compõem o seu ofício do partejar.

²⁵⁸ HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, 1995, p.24.

²⁵⁹ CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes: a integração dos ofícios e das artes tradicionais no universo acadêmico. *Disciplina Módulo Livre*, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, DF, 2010.

2.4 O Pós-Parto, Corpo Aberto: conhecimentos e práticas históricas

Desde o início desse estudo, surgiu a idéia de tematizar essa categoria emergente nas narrativas para conhecer de forma mais aprofundada, mais detalhada, os saberes e práticas usadas pelas parteiras da RIDE durante os atendimentos que prestam no pós-parto.

Dessa mesma forma, considerado no linguajar popular como resguardo²⁶⁰, presente nos discursos de muitas parteiras, a etapa do pós-parto implica na necessidade de cuidados ativos e contínuos. Episódio que é alvo de atenção das parteiras e que corresponde a um período de duas a quatro semanas após o nascimento.

Nessa fase, é possível ocorrer alterações em seus corpos mentais e físicos, excessivamente demandados no complexo processo da gestação, parto e pós-parto; como é possível de ser observado em suas narrativas:

Porque hoje em dia as mulheres comem tudo, né? A mulher tem menino, chega da maternidade vai lavar prato, vai pegar peso, vai abaixar, né? Vai lavar cabelo, come tudo. Mas naquele tempo, não era. As mulheres era mais sadia, pegava as folhinha pisada, não tinham aquelas barrigona pendurada, inchada. Porque é vento de correr, abaixar cedo, pegava a vassoura, carregar peso, botar de um lado botar de outro. Indo, botar no braço, isso tudo prejudica o corpo! A dona do corpo, que é o útero, que todo solto lá dentro, né? Aí enquanto ele não pega aquela época e não fica no lugarzinho sossegado, ver que a barriga ronca, fica andando, igual uma criança, tem que amarrar tem que ajeitar, tomando os remédios pra ir cicatrizando. (Damona)

Pra mim, do meu jeito, depois que tinha o menino no momento do parto tinha que cuidar dela o máximo possível. Não queria que ninguém chegasse de junto, só eu que queria cuidar pra ninguém, outra mão não tocar, dá algum problema. (Sirona)

Enquanto tava de resguardo de quinze dias, eu tratava dela, eu que fazia os remédios dela, sabe? Dava remédio pra ela,

²⁶⁰ Resguardo é o período relativo ao pós-parto, como pode ser melhor entendido e descrito no trabalho de Juliana Stefanello. "Por ser essa uma fase em que se encontram mais vulneráveis em termos físicos e simbólicos". "[...] Para as mulheres, é um período em que devem resguardar-se, cuidar-se e obedecer a certas regras, com o intuito de evitar a possibilidade de adoecer ou de recaída, enfermidade mais temida da fase, por remeter a puérpera a uma condição sem cura, sem volta" (STEFANELLO, 2007, p 276).

eu sabia tudinho, qual era o remédio que era bom pra cólica, tudo. (Dakini)

Depois que a muié ganhava, aí a gente já ia, já rancava mentrasto, já vinha ali enraizado, mentrasto essas coisa assim. Mas aí, a gente cozinhava, a foia de algodão. Pois é, os sumo do matruis que a gente fazia por ali, botava tudo. Quan era pra beber, tirava o sumo do matruis, né?, da foia da arruda pá tirá o suma já pá beber, esses outro era pá banhá, foia do mentrasto a raiz, com raiz, a foia do algodão, a foia do matruis, tudo era pra fazer o banho pra, pra, não aí, ai já tinha ganhado, já tinha ganhado. Aí, pra modo de limpar. (Diké)

Não sei se é complexo ou é meu jeito, mermo, viu? Mandava ela cumprir o resguardo cedo, não queria que ela tomasse vento, sol demais, amarrava um paninho na cabeça tinha um maior resguardo. E todas elas passaram pela minha mão, e graças a Deus, tá todas vivas, com filho criando, filho casado e nunca teve o que dizer de mim (Sirona)

As parteiras tradicionais entendem e consideram que no período do pós-parto as mulheres ficam muito expostas às energias sutis e às alterações psicológicas, fisiológicas e anatômicas – visão muito semelhante e que encontra respaldo nas pesquisas de Richard Gerber²⁶¹ que trabalha com a abordagem da multidimensionalidade de todos os seres vivos e com a Medicina Vibracional.²⁶²

Assim, elas direcionavam suas ações de cuidados ao pós-parto, considerado uma fase em que as mulheres paridas ficam com o “corpo aberto”²⁶³; portanto, muito sensível, receptivo, desgastado.

Aspectos esses observados nos cuidados disponibilizados por muitas parteiras, pois suas atividades se estendiam às necessidades de limpeza e arrumação do ambiente e das roupas, como também da higienização da parida e de sua criança recém-nascida, preparo de alimentos, promoção de repouso e conforto, etc. Acompanhados também de orientações para a manutenção da abstinência sexual, durante o resguardo.

²⁶¹ Para maiores detalhes sobre essa questão, vide o livro Medicina Vibracional de Richard Gerber. Médico norte-americano, clínico geral na cidade de Livônia, em Michigan, e um dos maiores pesquisadores e praticantes da Medicina vibracional. Gerber (1979) sugere que devemos estudar os fenômenos biológicos sob a ótica da física quântica.

²⁶² GERBER, Richard. Medicina Vibracional. São Paulo: Cultrix, 1979.

²⁶³ Ivani Lúcia Oliveira de Santana (2000): Corpo aberto apresenta um mundo constituído por sistemas abertos, por signos do sentido.

Esse período é reconhecido como de grande vulnerabilidade para a integridade física e psíquica das mulheres paridas, as puérperas, vinculado na atualidade a índices elevados de morbimortalidade maternas.

Perspectiva que traz à tona a importância de desvendar conhecimentos e práticas históricas, usadas no pós-parto, consolidada pelas parteiras tradicionais, que foram encobertos pelas sistematizações formais, no assujeitamento, como mostra Foucault,²⁶⁴ por meio de dispositivos sociais e políticos que engendraram a hegemonia *do discurso* científico no campo da saúde das mulheres, em detrimento do conhecimento obtido a partir das experiências.

Essa abordagem, esse jeito de pensar e de fazer saúde, pautada na experiência favorece e exerce grande atração sobre as mulheres e grupos de pessoas que vivenciaram o parto e nascimento no domicílio, que também compõe, a partir da observação do presente estudo o *Paradigma das Parteiras Tradicionais*. Serve e serviu como alavanca, como se percebe na atualidade, em que paulatinamente mulheres de centros urbanos se motivassem para vivenciar o parto domiciliar, como destaca Souza:

A retomada do ambiente doméstico como lugar ideal para o nascimento insere-se em um contexto mais abrangente no qual os ritos engendrados a partir da medicalização do parto estão sendo debatidos e contestados²⁶⁵.

Hoje, algumas mulheres reconhecem as limitações do tecnicismo empregado durante o parir e nascer, do processo natural, fisiológico, que é possível ocorrer. A Organização Mundial da Saúde (1996)²⁶⁶ afirma que o fator-risco pode acontecer em torno de 08 a 12% dos partos; portanto não é concebível que seja abordado como doença, ou risco, naturalmente.

²⁶⁴ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

²⁶⁵ SOUZA, Heloisa Regina. A Arte de Nascer em Casa: um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p. 21.

²⁶⁶ OMS (Organização Mundial da Saúde), 1996. Assistência ao Parto Normal:Um Guia Prático. Genebra: OMS.

O atendimento formal disponibilizado nos serviços de saúde faz uso do modelo que se afirma a partir das tecnologias duras (MERHY, 1998) e de seu uso rotineiro, mesmo para aqueles casos de mulheres que precisam apenas de atenção e suporte, do apoio de tecnologias leves para viverem seus partos.

Tal situação gera um permanente descontentamento capaz de mobilizar mulheres, casais grávidos e profissionais mais sensíveis, servindo para ressignificar a atuação de parteiras e partos domiciliares, como bandeiras dos movimentos contra-hegemônicos de mulheres, feministas e pela humanização do parto e nascimento, amplamente conhecidos e divulgados.

O papel da política de saúde na manutenção e reprodução da biomedicina poderia ser visto como uma conseqüência da ênfase dada aos problemas, sobre o comprometimento da medicina científica ou biomedicina com a ordem social fundada no capitalismo, como destaca Loyola.²⁶⁷

Porém, todas as conotações negativas e desrespeitosas dadas às construções dos saberes tradicionais e populares, com ênfase para aqueles das parteiras tradicionais, espera que o olhar de pesquisadoras (es) seja redimensionado, permitindo ressignificar a importância das racionalidades e construções engendradas pelas parteiras. De onde é possível refletir sobre a concepção da superioridade da ciência moderna sobre saberes tradicionais, erigidos paulatinamente com base nas vivências, observações e experiências sistematizadas pelas parteiras tradicionais.

Hoje é possível relacionar como as práticas empíricas das parteiras estão na base da pirâmide da ciência biomédica, como observação que se verifica em suas narrativas, ao detalharem sobre alguns utensílios – o fio de algodão, a tesoura, o prato, o garfo ou a faca, o fogo em brasa, usados no procedimento para cortar e queimar os vasos sanguíneos do coto umbilical. Esses métodos tradicionais se constituem em indícios e semelhanças para o processo de cauterização sanguínea usado como tecnologia médico-cirúrgica dura, resultando na criação do bisturi elétrico.

²⁶⁷ Na leitura que Maria Andréa Loyola (1984) faz da obra de Luc Boltanski, *Les Usages Sociaux du Corps*, publicada em Paris em 1970 (BOLTANSKI, 1989), é possível verificar que a “medicina científica” produz constantemente o distanciamento e a ruptura com o saber comum e o saber das outras medicinas, disputando o monopólio legítimo do cuidado médico.

Para Borges,²⁶⁸ “historicamente, o processo do nascimento tem sido permeado pela teia das alianças femininas”, que forma uma “rede complexa de ações que envolvem saberes, valores, crenças, ideologias e sentidos (...)”. A autora define essa forma de cuidado engendrado como uma das racionalidades, originadas dos saberes do senso comum.

Por certo, algumas parteiras tradicionais lançam mão da sabedoria e da força que transmitem ao lado da magia, do ritual de uma participação ética. Modelo de atuação e práticas que não são respeitadas nos serviços de saúde, mesmo configurando uma perspectiva de compreensão do valor desse patrimônio imaterial. Compreensão que favoreceu o envolvimento e a idéia de colaborar com o registro histórico dessas mulheres que tanto contribuíram para a construção das ciências do cuidado e da saúde das mulheres.

²⁶⁸ BORGES, Moema da S. Ainda Não: potencialidades e possibilidades do cuidado humano. 2006. 163f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde)-Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2006, p. 14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha por trabalhar com o tema 'Parteiras Tradicionais' surgiu como ato militante e prática de resistência que seguiu o caminho intelectual, apesar dos conflitos e dificuldades enfrentadas, para desvelar as lacunas históricas e sua relação com as questões de classe, gênero e raça, ao se propor a denunciar a invisibilidade dessas mulheres, na região do Entorno do Distrito Federal.

Trouxe inquietações, transformadas em desafios, frente as condições de produção da pesquisa e da pesquisadora, diante da inexistência de fontes documentais sobre as mulheres que partejam e ou partejavam nessa região, e pelo fato de ser iniciante na área da pesquisa histórica.

Desafio que possibilitou revelar as trajetórias das parteiras a partir delas próprias, com apoio da História Oral como campo multidisciplinar de conhecimento, para historicizar diferentes categorias, instrumentos conceituais e metodologias para analisar e compreender a hierarquização de seus saberes-experiências, vinculados às suas condições sociais e às representações da divisão social dos sexos, ao que se somam outros sistemas de dominação.

A especificidade desse trabalho ancora-se em ações para desvelar sentidos atribuídos pelas parteiras às experiências vividas e aprendidas a partir da tradição oral, transmitidas por suas ancestrais, como processo que contempla a intersubjetividade que dá sustentação a identidade desse grupo de mulheres.

Esse caminhar como pesquisadora da história suscitou implicações ao construir narrativas que emergem como monumentos passíveis de ressignificar a representação das parteiras e do partejar. Perspectiva que contribuiu com a renovação dos saberes e com outra visão para expor a dimensão sexuada das relações e divisão social, como prática que incorporou ideologias e mecanismos de dominação.

Saberes resultantes de práticas discursivas aparecem inseridos em teorias, em técnicas, conhecimentos cujos efeitos tomam corpo na produção da obstetrícia, como área da ciência médica que trabalha a reprodução humana e o corpo que vivencia a gestação, parto e pós-parto.

Essas parteiras hoje são vistas como assujeitadas às classificações e controles dos poderes e saberes institucionalmente localizados e valorados. São sujeitos-objetos historicamente constituídos que apareceram a medida que as vivências femininas começaram a ser alvo e objeto de atenção, como papéis naturalizados, em corpos de mulheres de diferentes raças, cores e faixas etárias.

Do olhar e local dessa pesquisa e da pesquisadora buscou-se compor um estudo histórico, com a intenção de dar visibilidade e atender a uma inquietação pessoal, tendo em vista os seguintes aspectos: os sujeitos da pesquisa são pessoas de idade avançada, estão parando de atuar e restritas ao lar, o que concorre para não mais ser possível registrar seus papéis, seus saberes, suas práticas de cuidados, suas vivências, suas contribuições para as experiências femininas vincadas na vivência sexual e reprodutiva, no processo de gestar e parir.

Entende-se que o parto domiciliar acontecia e acontece como lugar e atividade vinculados aos valores da Igreja e do patriarcado, desdobrando-se em alvo de interesse, da intervenção e do controle da racionalidade médica. Esta conseguiu transformar a experiência do parir e do partejar, consideradas como atividades de produção de vida, de honra, de prestígio, mas também de dor e de inquietações que lhes são próprias, acompanhadas e compartilhadas por outras mulheres, em lugar, vivência e atividade adaptadas aos modernos preceitos da institucionalização do parto e nascimento, atravessados pela imposição de um saber masculino e positivista, excluindo as subjetividades que o compõem.

Os saberes e atividades das parteiras foram alvo de estudos, produções e publicações de uma racionalidade que optou por métodos e formas de lidar com as mulheres e seus corpos, atendendo aos preceitos hegemônicos da biomedicina e da política de disciplinarização da sociedade, a partir da visão positivista e machista.

Foram produzidas materialidades discursivas que definiram as parteiras como indesejáveis, por serem responsáveis pela mortalidade maternas e neonatais, identificando-as como práticas atrasadas, ultrapassadas, como empecilho aos avanços e aos direitos da moderna obstetrícia.

Ao escrever a genealogia das trajetórias das Parteiras Tradicionais da região constatou-se a dificuldade para identificar e chegar até essas mulheres,

como efeito da escassez de dados que as invisibilizavam. Ao buscar esses sujeitos, percebeu-se que secretamente aguardavam para serem descobertas e libertadas do silêncio decorrente de sua inatividade, em resposta ao medo dos poderes e dos saberes que as perseguiam, expondo suas limitações e fragilidades.

Porém, as parteiras tradicionais ganharam visibilidade histórica ao serem colocadas em contraposição, para dar sentido ao moderno processo de medicalização do corpo feminino, à construção e expansão do conhecimento científico e aos paradigmas que embasaram os programas e políticas para a saúde das mulheres e a biotecnologia, usadas na atenção institucional às vivências femininas do parto e nascimento.

Assim, no curso desse pesquisar teve-se a preocupação de não só dar visibilidade às Parteiras Tradicionais da região, mas em desconstruir discursos e crenças que criaram imagens dessas mulheres como negligentes, brutas, desprovas de conhecimentos e de valores.

Por traz dessa representação foi possível enxergar imagens e discursos construídos como reações e exclusões voltadas para as classes populares, o racismo, a misoginia, a exploração e a violência que remetem às lutas travadas silenciosamente, reverberando no assujeitamento das mulheres que partejam.

Verificou-se que o ofício do partejar se ancorou em fenômenos que constituíram suas trajetórias como dom recebido de Deus, tais como a inteligência, a sensibilidade e a intuição para guiá-las nas atividades do partejar. Vinculadas ao princípio da troca de dádivas, que compromete as pessoas envolvidas com relação ao dar, receber, e retribuir, ao disponibilizarem seu tempo e dedicação, sem pressa, sem cronometrar as etapas desse processo, resultando na reciprocidade entre mulheres e famílias.

Nas narrativas encontraram-se dados que expuseram os efeitos de discursos, metanarrativas e conceitos que favoreceram o silenciamento, a desconsideração e a invalidação das parteiras e do ofício do partejar, em resposta as estratégias para omitir dados sobre partos e nascimentos domiciliares assistidos pelas parteiras, no sistema de registro de nascimentos, como também de efeitos distorcidos desse ofício que o relacionou aos índices de mortalidades

maternas e neonatais, posteriormente entendidos e relacionados à falta de atendimento no pré-natal e dificuldades do sistema de referência.

A forma como essas mulheres percebem o seu ofício, amplia as perspectivas e motiva para uma melhor compreensão e valorização dos diferentes métodos e técnicas de cuidados tradicionais usados, as tecnologias leves apreendidas de suas narrativas, cada vez mais popularizados, mesmo sem alusão as detentoras desses saberes e práticas, as parteiras.

Diferentes condições de vida das parteiras engendraram concepções variadas sobre corpo feminino, como podem ser vistas em suas narrativas, visto que a maioria das mulheres trazem a reboque a desvalorização, ao abordar a questão do corpo, revelando que distintos caminhos foram trilhados por esses sujeitos, impondo limitações e dificuldades à forma como concebem o corpo feminino, o próprio corpo. Visto como símbolo de pudor e preconceitos, que chegam a inibir as falas das parteiras.

No estudo, entende-se que a idéia do paradigma moderno e dominante remete à racionalidade instrumental como palavra chave. Assim, estabelece uma hierarquização do saber, excluindo outras formas de saberes e possíveis interferências em suas verdades e convicções, as dimensões objetiva e subjetiva de outras racionalidades. Esse paradigma se apega ao sentido de verdade como processo coercitivo e produtor de efeitos regulamentadores de poder, conquistados também, pela via do silenciamento.

Os saberes da tradição oral, dentre os quais se encontram os das parteiras, embora rechaçados, são vistos como fenômenos sociais capazes de influenciar o paradigma e as práticas científicas da modernidade.

As mulheres desencadearam seus fazeres como rituais, lapidados e sistematizados para se adaptarem aos sujeitos e seus contextos, formatando suas memórias e ofícios, dando início a uma certa abertura para se moverem em outros espaços e interesses, falando de seus caminhos e necessidades sociais, fundamentais para se ligarem a grupos e atividades que fomentam os direitos das mulheres, suas memórias como sujeito histórico.

De onde é possível refletir sobre a concepção da superioridade da ciência moderna sobre saberes tradicionais, erigidos paulatinamente com base

nas vivências, observações e experiências sistematizadas pelas parteiras tradicionais.

Hoje, é possível relacionar como as práticas empíricas das parteiras estão na base da pirâmide da ciência biomédica, como observação que se verifica em suas narrativas, ao detalharem sobre alguns utensílios – o fio de algodão, a tesoura, o prato, o garfo ou a faca, o fogo em brasa, usados no procedimento para cortar e queimar os vasos sanguíneos do coto umbilical. Esses métodos tradicionais se constituem em indícios e semelhanças para o processo de cauterização sanguínea usado como tecnologia médico-cirúrgica dura, resultando na criação do bisturi elétrico.

As descobertas e reflexões feitas sobre as parteiras da RIDE que deram sustentação à tese, não são consideradas conclusões verdadeiras ou acabadas, mas, antes de tudo, serviram para ultrapassar os limites e as amarras pessoais e estimular novas pesquisas, para que possam trilhar esse caminho e ampliar a compreensão sobre as parteiras e a história das mulheres brasileiras.

O caminho desse pesquisar possibilitou participar de ações para minimizar a dívida histórica da sociedade brasileira para com as parteiras tradicionais, dando-lhes visibilidade e favorecendo sua auto-estima para que possam tomar a história nas mãos.

Portanto, esse estudo se pretendeu como passo inicial e capaz de desencadear discursos e estratégias para romper com os sentidos e naturalizações impostas, para que possibilitem novos olhares capazes de ressignificar os saberes-experiências das parteiras, que emergiram dos conhecimentos da tradição oral, para dar sustentação a novas percepções e representações que respeitem as diferenças e a diversidade de saberes e práticas, considerando a importância das parteiras para as mulheres beneficiadas por seus cuidados e para embasar as inovações teóricas e metodológicas da obstetrícia.

Os documentos que compõem o corpus da tese são voltados para recompor o status das parteiras, por meio de suas práticas naturais de cuidado, com destaque para o respeito ao protagonismo das parturientes, sua liberdade para movimentar-se e escolher a posição que lhe for mais conveniente, contar com a presença de acompanhantes de sua escolha, alimentar-se. Tendo em

acréscimo o suporte às subjetividades por meio de rezas, orações, cantos e simpatias, configurando-se em suporte ao exigente papel de parir, mesmo sob a égide de naturalizações opressivas.

A partir desse olhar, será possível fazer e refazer suas trajetórias, colocando-as como sujeitos históricos, capazes que são de participarem ativamente, contando com o envolvimento de pessoas e instituições que lhes creditam valor e confiança, na perspectiva da conquista de seus direitos sociais.

Para que isso aconteça é necessário somar esforços no sentido de promover ações capazes de dar visibilidade ao patrimônio cultural construído pelas parteiras tradicionais, incluindo aquelas que ainda desejam atuar e as novas aspirantes ao ofício do partejar, no sistema formal de saúde, já fomentado nas Carta de Recife²⁶⁹ (Anexo 10) e de Olinda²⁷⁰ (Anexo11), e entre os conhecimentos/saberes que compõem o sistema cultural e tradicional de informação em saúde.

Assim, a partir desse estudo é esperado que seja possível estimular os seguintes passos e ações, considerando:

→ A necessidade das instituições e organizações do sistema formal e informal de atendimento e de formação profissional para a saúde aprofundarem a discussão sobre a integração das parteiras tradicionais da região do Entorno do Distrito Federal/RIDE em seus quadros e como irão representá-las em suas reivindicações.

→ A importância de fomentar um posicionamento político para inserir e dar visibilidade ao patrimônio cultural, os saberes-experiências, construído pelas parteiras tradicionais no sistema formal de ensino na área da saúde.

→ A necessidade de realizar cadastramento das parteiras da RIDE, seguido de levantamento da assistência ao parto domiciliar na região, incluindo um levantamento das dificuldades encontradas pelas parteiras.

→ Definir essa temática como aspecto integrante da política de

²⁶⁹ Documento elaborado pelos Secretários Municipais de Saúde reunidos no XXII Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde, III Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não Violência e V Congresso da Rede Américas no período de 19 a 22 de junho de 2006, na cidade de Recife/PE.

²⁷⁰ Carta elaborada durante a Reunião Internacional da Rede Nacional de Parteiras Tradicionais e Encontro Estadual de Parteiras Tradicionais ocorrida em Olinda/PE, de 28 de abril a 03 de maio de 2008.

educação permanente, a fim de promover atualizações das parteiras, sensibilização e capacitação de profissionais de saúde para trabalharem com as parteiras tradicionais da região.

→ Fomentar estratégias para fortalecer as parteira tradicionais, cuja formação é empírica, em defesa de seus direitos e de seu reconhecimento no sistema formal de atendimento, articulando-as com a Estratégia Saúde da Família/SUS;

→ Construir coletivamente com as parteiras considerações sobre a situação do trabalho dessas mulheres, visando a construção do conceito de cidadania no cotidiano dessas mulheres.

→ Finalmente, espera-se que essas propostas possam ser integradas às políticas públicas do SUS, como responsabilidade dos gestores federais, estaduais e municipais, somando-se às ações para a melhoria da assistência ao parto domiciliar atendido pelas parteiras tradicionais.

Ao final desse estudo, é possível constatar que de todas as conotações negativas e desrespeitosas dadas às construções dos saberes tradicionais e populares, com ênfase para aqueles das parteiras tradicionais, espera-se que o olhar de novas pesquisas e pesquisadoras (es) seja redimensionador, permitindo ressignificar a importância das racionalidades e construções engendradas pelas parteiras, por acreditar que a dimensão científica deve andar junto com o saber tradicional.

As controvérsias emanadas pela ousadia de rascunhar uma breve história e as trajetórias das parteiras tradicionais dessa região, indicam a extensão e complexidade dessa temática, necessitando ser melhor explorada, com uso de diversas abordagens teóricas e metodológicas.

LISTA DE FONTES

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. Sistema de Informação e Avaliação em Saúde. Relatório de Eventos Vitais 2005. Distrito Federal, Brasília, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Parteiras fazem treinamento em saúde em territórios quilombolas de Goiás.** Relatório de Gestão 2003-2006. Esplanada dos Ministérios, bl. A, 9º andar, CEP 70054-900, Brasília, Distrito Federal.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 13 de maio de 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Assistência ao Parto Normal: Um Guia Prático.** Genebra: OMS, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasDialmp.asp?id=5251>. Acesso em: 14 fev. 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FUINI, Silvana Cruz et al. **Perfil sociosanitário da mulher em Goiás, 2006** – Documento faz parte do subprojeto de "Equidade de Gênero" que integra o projeto de "Apoio à Regionalização da Saúde", decorrente do convênio de cooperação técnica entre a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Agence de Santé et des Services Sociaux de l'Outaouais da província do Québec/Canadá, cuja finalidade é apresentar informações sobre a situação da mulher em Goiás.

BRASIL. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Portaria nº 569, 2000. **Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento – PHPN**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 2000. Seção 1, p. 4.

BRASIL. **Resolução nº 335, de 27 de novembro de 2003**. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 20. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.86p.

BRASIL. Portaria 569, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério da Saúde, Brasília, DF, de 8 de junho de 2000. Seção 1, p. 4.

BRASIL. **Lei nº 1.803, de 5 de Janeiro de 1953** (CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL). Diário Oficial da União - Seção 1 - 08/01/1953, p. 347.

SILVÉRIO, João Pedro. As Plantas Medicinais e suas Indicações terapêuticas. In: **Manual de Fitoterapia e Plantas Medicinais Úteis** (Especialmente do Cerrado). Brasília: RBS Gráfica e Editora, 2008, pp. 644.

ORAÇÃO A SANTA MARGARIDA

Repetir três vezes:

Santa Margarida, protetora das
mulheres grávidas que se
colocam sob a vossa proteção,
rogai por nós.

Santa Margarida, sede nossa
advogada nas ocasiões
difíceis.

*“Minha Santa Margarida,
não sou prenha nem parida,
me tira essas carne morta,
que eu tenho dentro da minha barriga,
que eu quero passar para o rol das
paridas.”*

BIBLIOGRAFIA²⁷¹

*A vida é uma escuridão se não houver um impulso.
 Todo o impulso é cego se não houver o saber.
 Todo o saber é vão se não houver o trabalho.
 Todo o trabalho é vazio se não houver amor.*

(Hermes)

ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. Discurso científico, poder e verdade. **Revista Aulas**. n. 3, dez. 2006.

AIRES, Maria Juracy. **Técnica e tecnologia do parto: a produção e apropriação do conhecimento tecnológico por parteiras tradicionais**. 2006. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

ALBERTI, Verena. **Historia Oral: A Experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. p. 14.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.156

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998. 181p.

ANGELI, Daniela. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 2, ago.2004.

ARAÚJO, Galba de. **Parteras tradicionais em la atención obstétrica del noreste de Brasi (Ceará)**. BOLETIN DE LA OFICINA SANITARIA PANAMERICANA, Febrero, 1984. Bol Of Sanit Pamzm 96(Z), 1984

²⁷¹ Referências bibliográficas segundo normas da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1998.

ARNEY, William Ray. **Power and the profession of Obstetrics**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1982.

ATTUCH, Iara Monteiro. **Conhecimentos tradicionais do Cerrado: sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2006.

ÁVILA, Maria Betânia. Os Sentidos da Ação Transformadora Feminista. **SOS Corpo**. Recife, dez. 2006.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. **Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais**. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.) *Rebeldia e Submissão. Estudo sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 195-220.

BARBAUT, Jacques. **Nascimento através dos tempos e dos povos**. Lisboa: Terramar, 1990. 191p.

BARROSO, Iraci Carvalho. **Saberes e Prática das Parteiras Tradicionais do Amapá: histórias e memórias**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, CAMPINAS/SP, 2001.

BERNARDES, Elizabeth Lannes; ALMEIDA, Angel Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima Sousa. **Subordinação e rebeldia: o papel da mulher na família nuclear moderna**. 1998. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao_e_rebeldia_o_pel_da_mulher.html> Acesso em: 19 ago. 2009.

BESSA, Lucineide Frota. **Condições de trabalho das parteiras tradicionais: algumas características no contexto domiciliar rural**. Dissertação, UFBA, 1999.

BESSA, Lucineide Frota; FERREIRA, Sílvia Lúcia. **Mulheres e parteiras: contribuição ao estudo do trabalho feminino em contexto domiciliar rural**. Salvador: GRAFUFBA; 1999.

BLAY, Eva Alterman. 8 de Março: conquistas e controversias. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BORGES, Moema da S. **Ainda Não: potencialidades e possibilidades do cuidado humano.** 2006. 163f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde)-Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2006.

BORGES, Moema da Silva; PINHO, Diana Lúcia Moura; GUILHEN, Dirce. A construção do cuidado das parteiras tradicionais: um saber/fazer edificante. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.60, n. 3, p.317-322, 2007.

BORGES, Pedro Célio Alves. **Ruralismo, síndrome de periferia e Estado – mitos políticos e identidade regional em Goiás.** 1998. Tese, Universidade de Brasília, Brasília-Distrito Federal. 1998.

BRANDÃO, Nadja S. **Da tesoura ao bisturi: o ofício das parteiras (1897–1967).** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1998.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956.** Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIADO, Maria Célia Silva. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasiliense. **São Paulo Perspec.**, v. 19, n. 4, Dec. 2005.

CAIXETA, Vera Lúcia. **Parteiras em MG no Séc. XIX: poderes e saberes compartilhados.** 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2003.

CAIXETA, Vera Lúcia. **Parteiras em MG Séc. XIX: poderes e saberes compartilhados.** Dissertação. PPGHist. UnB, 2003

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: MORAES, Marieta de Moraes. **História oral: um inventário das diferenças.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

CAPEL, Heloisa Selma; ATAIDES, Jésus Marco de. Símbolos do despertar da mulher Goiânia no século XIX. **Teoria e Praxis, RCHP**, n. 2, Goiânia: Editora Kelps, 1991, p. 31-42.

CAPONI, Sandra. A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 445-455, 2004. Disponível em: <http://www.criola.org.br/biopolitica.htm>. Acesso em: 19 abr. 2009, às 09:26.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

CARVALHO, Islene; CHACHAM, Alessandra Sampaio; VIANA, Paula. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11. 1996. **Painel 873**.

CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de Saberes: a integração dos ofícios e das artes tradicionais no universo acadêmico**. Disciplina Módulo Livre, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, DF, 2010.

CHAMILCO, Rosilda Alves da Silva Isla. **Práticas Obstétricas adotadas pelas parteiras tradicionais na assistência ao parto e nascimento domiciliar na Amazônia legal, Santana, AP**. Dissertação de mestrado. Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico In: **Estudos históricos**, v. 8, n. 16. Rio de Janeiro, 1995.

COLLIÈRE, Marie Françoise. **Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem**. Lisboa: Lidel, 1999.

CONTE, Isaura Isabel. Educação Popular e Feminismo no Brasil. **Revista Espaço da Sophia**, ano 2, n. 22, jan. 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapia**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAMATA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 163p.

DAVIS-FLOYD, Robbie. Humanização do parto. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 389-398, 2002.

DE OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DEBERT, Guita Grim. Os Estudos de gênero na UNICAMP. In: **Gênero nas Fronteiras do Sul**. Campinas-SP: PAGU/UNICAMP, 2005. 63-74.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. A viagem pelo imaginário do interior feminino. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, v. 19, n. 37, p.179-194, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1993.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade. In: Tradução Tania Navarro Swain (Org.). **Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. Brasília-DF, v. 8, n. 1/2, 2000.

DÈTREZ, Christine. Santas ou feiticeiras: a construção social do corpo feminino. Tradução Tânia Navarro Swain. **Revista Labrys, estudos feministas**, Brasília: UnB, n. 3, jan/jul, 2003.

DIAS, M. D. **Mãos que acolhem vidas: as parteiras tradicionais no cuidado durante o nascimento em uma comunidade nordestina**. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DIAS, Maria Djair. Histórias de vida: as parteiras tradicionais e o nascimento em casa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Goiânia, v. 9, n.2, p. 474-486, mai-ago. 2007. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/v9n2a14.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2008.

DIAS, Maria Djair. **Mãos que acolhem vidas: as parteiras tradicionais no cuidado a mulher durante o nascimento em uma comunidade nordestina.** 2007. 477f. Tese (Doutorado em Enfermagem)-Escola de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, 2007.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência.** Lisboa: Instituto Piaget. 1994.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Brujas, comadronas y enfermeras - história de las sanadoras.** Tradução Mireia Bofill e Paola Lingua. Barcelona: CASALS ediciones de lês dones, 1984. p. 3-86.

FAÉ, Rogério. Genealogia em Foucault. **Psicologia em estudo**, Maringá-SP, v. 9, n. 3, p. 409-416, set/dez 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001. p.74-77.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Maria M.; SANTOS, Marluze P. **Parteiras tradicionais: visibilidade e invisibilidade de um trabalho milenar.** In: ALVARES, Maria Luzia M.; SANTOS, Eunice F.; D'INCAO, Maria Ângela (Orgs). *Mulher e modernidade na Amazônia.* Belém: CEJUP/GPEM, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FIGUEIRA, Sérvulo de. **Família, Psicologia e Sociedade.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

FOUCAULT, M.. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder.** Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 6. ed., 1986. 295p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 176p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC/NAU Editora, 1971. 158p.

FOURNIER, Marcel. Marcel Mauss ou a Dádiva de Si. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 16. 1992. Caxambu-MG. Caxambu: ANAPCS, 1992. Conferencia. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_09.htm>. Acesso em: 20 mai. 2009

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 176p.

FRUGOLI, J. R. Heitor. A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 52, June 2003.

FUINI, Silvana Cruz et al. **Perfil sociosanitário da mulher em Goiás, 2006** – Documento faz parte do subprojeto de "Equidade de Gênero" que integra o projeto de "Apoio à Regionalização da Saúde", decorrente do convênio de cooperação técnica entre a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Agence de Santé et des Services Sociaux de l'Outaouais da província do Québec/Canadá, cuja finalidade é apresentar informações sobre a situação da mulher em Goiás.

GADELHA, Georgina da Silva. Os saberes do corpo: a "medicina caseira" e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919). Dissertação. Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História. UFCE, 2007, p. 186.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Nobel/USP, 1986.

GANEM, Roseli Senna et al. Ordenamento territorial e plano diretor: o caso do Distrito Federal. **Cadernos ASLEGIS**, v. 34, maio/ago 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos editora, 1989.

GERBER, Richard. **Medicina Vibracional**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Enesp, 1993.

GISSI, Alessandra. Parteiras e controle da natalidade na Europa do Século XX. *Niterói*, v. 6, n. 1, p. 11-41, 2. sem. 2005.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, 2004, p.201-224

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** , v. 5, 1995.

HARDING, Sandra. “Existe un método feminista?” In: Eli Bartra (org) Debates em torno a uma metodología feminista, México, D.F.: UNAM, 1998. p. 02.

HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: Questões de gênero. Tradução CARNEIRO, Elisabeth. **Labrys estudos feministas**, n. 3, jan/jul 2003.

HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo**. Tradução Pablo Manzano. Madrid: Morata, S.L. 1996.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 186.

HOOSHMAND, Mojgan Sabeti. **Parteiras de Regência, ES: os múltiplos sentidos do ato de partejar**. 2004. Dissertação, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JARDIM, Rejane B. **Revelando o implícito: irmãs de caridade e parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre (1872-1940)**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1998.

JORGE, Dilce Rizo. **Evolução da legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil**. Tese (Livre-Docência) - Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ, Rio de Janeiro, 1975.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KOFES, Maria Suely. **Mulher, Mulheres - Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas-SP: Unicamp, 2001.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. (Malleus Maleficarum). Tradução de FROES, Paulo. 21.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2010. 528p.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LARGURA, Marília. **Assistência ao parto no Brasil. Aspectos espirituais, psicológicos, biológicos e sociais. Uma análise crítica**. 2. ed. São Paulo: 2000.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, E. B. (Org.). **Tendência e impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 535-553.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. Paulo: Cosac Naify, 2003. p.11-46.

LIMA, Maria José. A mulher na sociedade e a problemática da enfermagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 45., 1993, Recife. **Anais...** Recife,1993.

LIMA, Nádia. **História da Ginecologia e Obstetrícia em Goiás**. 2004.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Altentica, 1999.

LUDKE, M.;ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Anna Maria Hecker; BERNI, Neiva Iolanda de Oliveira; SELLI, Luciana. Mitos e tabus da maternidade: um enfoque sobre o processo saúde-doença. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.60, n. 1, p.42-48, jan/fev 2007

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **A terra como lugar (a questão fundiária no Distrito Federal)**. 2005. Não páginado. Mimeografado.

MAINGUENEAU, Dominique. Tradução Marcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 155p.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Pesquisa Sociológica e metodologia qualitativa. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 30, n. 2, p. 287-298, may/aug 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos; SOHIET, Raquel(Org.). **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo: UNESP, 2003. 222p.

MATURAMA, Humberto R. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Atenas, 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. In: ___Ensaio sobre a Dádiva. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-314.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. **Parteiras em Londrina/PR, 1929-1978**. Dissertação FioCruz, 2004

MENEZES, Walfrido Nunes de. **A negação da cidadania no contexto feminino**. Veredas FAVIP, Caruaru-PE, v. 1, n. 2, p. 69-79, jul/dez 2004.

MERHY, Emerson Elias. **Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte**. Xamã; São Paulo: Xamã, 1998.

MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999, p. 186.

MONTECINO, Sonia. De la mujer al género: implicancias académicas y teóricas. **Excerpta**, Chile, n. 2, p. 3, 1996.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários a educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2000.

MOTT, M^a L. **Parteiras: O outro lado da profissão**. Niterói, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2. sem. 2005, p. 119.

MOTT, Maria Lúcia B. **Partos, parteiras e parturientes no século XIX: Madame Durocher e sua época**. Tese de doutoramento. Tese de doutorado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 1998.

MOTT, Maria Lucia. **"A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?"** *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n.1, p. 25-36, 1999.

MOTT, Maria Lucia. **"O curso de partos: deve ou não haver parteiras?"** *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, p. 133-160, nov. 1999.

MOTT, Maria Lucia. **Parteiras x parteiras: negociação e confronto**. Boletim de História Demográfica. Ano 13, n. 40, mar. 2006.

MOTT, Maria Lucia. Parteiras: O outro lado da profissão. **Niterói**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2. sem. 2005.

NARVAZ, Marta Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**. Maringá-Sp, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez 2006.

NASCIMENTO, Maria Ângela Alves. **As práticas populares de cura no povoado de Matinha dos Pretos – BA: eliminar, reduzir ou convalidar?** 1997. Tese (Doutorado em Enfermagem), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 351pp.

NEIVA, Ivany Câmara. **Devoção na Folia: comunicação popular, permanências e transformações**, 2007. Trabalho apresentado no 7º Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Santos-SP, 2007.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias Feministas: a reflexividade ao serviço das investigações nas ciências sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 18, n. 3, 2005.

NOGUEIRA, Adriana Tenese. **Humanização do Parto e Feminismo**. 2007. Disponível em: <http://www.amigasdoparto.org.br/2007>. Acesso em: 19 mai. 2008. Não paginado.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei de. A Feminização no Mundo do Trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 4, n.44, jan. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 28 dez. 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Maria Ines. **Assistência Pré-Natal em Duque de Caxias: um caso de violência Institucional**. 170f. Dissertação, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Huncitec/CUT, 1988.

OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a Construção de Brasília: correspondências míticas. **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 21, n. 2, p. 487-512, mai/ago 2006.

OSAVA, Ruth Hitomi **Assistência ao parto no Brasil; o lugar do não médico**. 1997. 129f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)-Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PATEMAN, Carolle. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Tradução Denise Bootmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p.167-231.

PINTO, Benedita Celeste M. **Vivências cotidianas de parteiras experientes' do Tocantins**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia. Politicidade do Cuidado e Processo de Trabalho em Saúde: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n.4, 1025-1035, 2005.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia; GOTTEMS, Leila Bernarda Donato; GUILLEM, Dirce Matos et al. Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. 2007.

POTIGUARA, Eliane. **Grupo Mulher Educação Indígena**. Disponível em: <<http://www.desvendar.com/especiais/indio/dicionario.asp>>. Acesso em: 29 ABR. 2010.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do Axé**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PRAXEDES, Vanda Lucia. **Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais 1770-1880**. 2008. Tese. (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

PROGIANTI, Jane M. **Parteiras, médicos e enfermeiras: a disputada arte de partejar. (Rio de Janeiro 1934/1951)**. Tese. Doutorado em Enfermagem/PPG - EEAN / UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes et al. (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Unesp, 1995.

RAGO, Margareth. FEMINIZAR É PRECISO, ou Por uma cultura filógena. **Labrys, estudos feministas**, n.1-2, jul/ dez 2002.

RAGO, Margareth. Libertar a história. In: RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. L., VEIGA-NETO, Alfredo. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, estudos feministas**, n.3, jan/jul 2003.

RÉCHIA, Karen Christine. **Lembranças íntimas de minha avó: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio-SC**. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 1998

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS. Dossiê Humanização do Parto. São Paulo, 2002.

RIESCO, Maria Luiza G. **Que parteira é essa?** Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, USP, São Paulo, 1999.

ROCHA, Maria José Pereira; BICALHO, Elizabete. **Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930 – 1993)**. Goiânia: UCG, 1999.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 224p.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTANA, Ivani Lúcia Oliveira de. Corpo aberto: mídia de silício, mídia de carbono. A dança em interação com as novas tecnologias. 2000. 167. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica)-Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 5. ed, São Paulo: Cortez, 2005. 415p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999. 62p.

SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In:___**Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004. p.777-821.

SANTOS, Marilena Gomes dos; DIAS, Angela Guimarães Pinto; MARTINS, Marcelo Moreira. Conhecimento e uso da medicina alternativa entre alunos e professores de primeiro grau. **Revista Saúde Pública.** v. 29. n. 3, p. 221-227, 1995.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Feminismo acadêmico no Brasil: conexões e contradições entre estudos e ativismo feministas.** Encontro Latin American Studies Association – LASA, Rio de Janeiro, 11-14, jun. 2009.

SCOTT, Joan W. Gender. A useful category of historical analysis. **American Historical Review,** v. 91, n.5, p. 1053-1101, 1986.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** v. 16, n. 2, p.5-22, Porto Alegre, jul/dez 1988.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992. p.63-92.

SILVA DIAS, Maria Odila. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Tânia Maria A. **O saber dos médicos e o saber das parteiras: um estudo sobre a concepção do nascimento na sociedade brasileira.** Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1999.

SILVÉRIO, João Pedro. As Plantas Medicinais e suas Indicações terapêuticas. In: **Manual de Fitoterapia e Plantas Medicinais Úteis** (Especialmente do Cerrado). Brasília: RBS Gráfica e Editora, 2008, pp. 644.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A Emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História.** 2007.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História.** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

SOUZA, Heloisa Regina. **A Arte de Nascer em Casa: um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SOUZA, Maria Dalva Borges de Lima Dias de. **Violência, poder e autoridade em Goiás.** 1999. Tese, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1999.

SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano** – Aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, Mary Jane Paris. **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPINK, Mary Jane Paris; GIMENES, Maria da Glória G. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para análise de discurso sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade.** v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.

SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. **Labrys, estudos feministas,** jun/dez 2006. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/liz.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

TORNQUIST, Carmen Susana. **As armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto.** São Paulo: Estudos feministas, 2002, 486p.

TORNQUIST, Carmen Susana. Parteiras Populares: Entre o Folclore e a Escuta. **Niterói**, v. 6, n. 1, p. 61-80, 2. sem. 2005.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica:** encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: UFG, 1991.

VIANA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de Gênero e a Escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Gropa (Org.). **Diferenças e Preconceitos na Escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Mídia e gênero: olhares plurais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, Aug. 2007.

ANEXOS

Lista de Anexos

ANEXO 1 LETRA DE SAMARICA PARTEIRA

ANEXO 2 PARTEIRAS DEUSAS - SITUAÇÃO

ANEXO 3 PARECER CEP/HI UNB

ANEXO 4 TERMO DE CONSENTIMENTO - TCLE

ANEXO 5 QUESTIONÁRIO

ANEXO 6 ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA

ANEXO 7 ORAÇÃO À NOSSA SENHORA DO BOM PARTO

ANEXO 8 ORAÇÃO DE SÃO BARTOLOMEU

ANEXO 9 SALVE RAINHA - ORAÇÃO DAS PARTEIRAS

ANEXO 10 CARTA DE OLINDA

ANEXO 11 CARTA DE RECIFE

ANEXO 1
SAMARICA PARTEIRA²⁷²

- Oi sertão!
- Ooi!
- Sertão d'Capitão Barbino! Sertão dos caba valente
- Tá falando com ele!
- E dos caba frouxo também - já num tô dento
- Ha- ha- ha [risos]
- Sertão das mulhé bonita
- ôopa – e dos caba fei' também ha- ha – ha- ha- ha [risos]
- Lula! – Pronto patrão
- Monte na bestinha melada e risque. Vá ligeiro buscar Samarica parteira que Juvita já ta com dô de menino. Ah- menino!
- Quando eu já ia riscando - Capitão Barbino ainda deu a ultima instrução-
- Olha- Lula- vou cuspi no chão- hein! Tu tem que vortá antes do cuspe secá!
- Foi a maior carreira que eu dei na minha vida A eguinha tava miada. Piriri piriri piriri piriri piriri piriri ... uma cancela- nheeeiim, pá. Piriri piriri piriri piriri piriri piriri outra cancela- nheeeiim, pá! Piriri piriri piriri pir, êpa ! Cancela como o diabo nesse sertão- nheeeiim, pá! Piriri piriri piriri piriri
- Um lajedo- patatac patatac patatac patatac patatac. Sai por fora! Piriri piriri piriri piriri piriri piriri piriri. Uma lagoa- lagoão- bluu bluu- oi oi- kik' k' – a saparia tava cantando.
- Ahá! Ah, menino! Na velocidade que eu vinha essa égua deu uma freada tão danada na beirada dessa lagoa- minha cabeça foi junto com a dela! e o sapo gritou lá de dentro d'água – oi- oi- oi ele agora quaje cai!
- Sapequei a espora pro suvaco no vazi' dessa égua- ela se jogou n'água parecia uma jangada cearense- [bluu bluu- oi oi- kik' k'] Tchi- tchi- tchi
- Saí por fora Piriri piriri piriri piriri piriri piriri piriri. Outra cancela- nheeeiim pa! piriri piriri piriri piriri piriri piriri

²⁷² Prosa de Zé Dantas e música e voz de Luiz Gonzaga (1974)

- Um rancho- rancho de póbe – Au au! Cachorro de póbe- cachorro de póbe late fino

– Ta me estranhan’o cruvina...? Era cruvina mermo. Balançô o rabo. Não sei porque cachorro de póbe tem sempre nome de peixe- é cruvina- traira- piaba- matrinxã- baleia- piranha. Ha! Maguinho mas caçadozinh’ como o diabo! Cachorro de rico é goordo- num caça nada- rabo grosso- só vive dormindo. Há, ha num presta pra nada- só presta pra bufar- agora o nome é bonito - é white- flike- rex- whisky- jummm Ha! Cachorro de póbe é ximbica!

– Samarica- ooooh- Samarica parteeeeeira! Qual o quê- aquelas hora no sertão- meu fi’- só responde s’a gente dê o prefixo-

– Louvado seja nosso senhor J’us Cristo! – Para sempre seja Deus louvado

– Samarica- é Lula, Capitão Barbino mandou vê a senhora que Dona Juvita já tá com dô de menino

– Essas hora- Lula? – Nesse instante- Capitão Barbino cuspiu no chão- eu tem que vortá antes do cuspe secá. Peguei o cavalo vei de Samarica que comia no murturo. Todo cavalo de parteira é danado pra comer no murturo- não sei porque. Botei a cela no lombo desse cavalo e acochei a Cia, peguei a veia joguei em riba- quase que ela imbica p’outa banda.

– Vamos s’imbora Samarica que eu tô avexado!

– Vamo fazê um negocio Lula Meu cavalin’ é mago- sua eguinha é gorda- eu vou na frente – Que é que há Samarica- pra gente num chega hoje? Já viu cavalo andar na frente de egua?

- Samarica Vamo s’imbora que eu tô avexado!! Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic nheeeiim pa! Piriri tic tic piriri tic tic bluu oi oi bluu oi- uu- uu – oi- oi- oi ele ja voltooooo! Sai por fora Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic Patateco teco teco- patateco teco teco- patateco teco teco Sai por fora da pedreira Piriri piriri tic tic piriri tic tic nheeeiim pa ! Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic nheeeiim pa ! Piriri tic tic piriri tic tic nheeeiim pa! Piriri piriri tic tic piriri tic tic – Uu uu

– Ta me estranhando- Nero.

- Capitão Barbino- Samarica chegou

– Samarica chegou!! Samarica sartou do cavalo vei embaixo- cumprimentou o Capitão- entrou pra camarinha- vestiu o vestido verde e

amarelo- padrão nacioná- amarrou a cabeça c'um pano e foi dando as instrução-

– Acende um incenso, Boa noite- D Juvita

– Ai- Samarica- que dô !

– É assim mermo- minha fi'a- aproveite a dô Chama as muie dessa casa- p'a reza a oração de São Reimundo- que esse cristão vem ao mundo nesse instante. B'a noite- cumade Tota – B'a noite- Samarica

– B'a noite- cumade Gerolina – B'a noite- Samarica

– B'a noite- cumade Toinha – B'a noite- Samarica

– B'a noite- cumade Zefa – B'a noite- Samarica

– Vosmecês sabe a oração de São Reimundo

– Nos sabe – Ah Sabe- NE?! Pois vão rezando ai- já viu [vozes rezando]

– Capitão Barbiino! Capitão Barbino tem fumo de Arapiraca? Me dê uma capinha pr' ela mastigar. Pegue D Juvita- mastigue essa capinha de fumo e não se incomode. É do bom!

Aguenta nas oração- muie! [vozes rezando]

Mastiga o fumo- D Juvita

Capitão Barbino- tem cebola do Cabrobró?

– Ai, Samarica! Cebola não- que eu espirro...

– Pois é pra espirrar mesmo minha fi'a- ajuda – Ui – Aproveite a dor- minha fi'a Aguenta nas oração- muie [vozes rezando] Mastigue o fumo D Juvita

– Capitão Barbiino- bote uma faca fria na ponta do dedão do pé dela- bote, Mastigue o fumo- D Juvita. Aguenta nas oração- muié [vozes rezando alto]

– Ai, Samarica- se eu soubesse que era assim- eu num tinha casado com o diabo desse vei macho

– Pois é assim merm' minha fi'a- vosmecê casou com o vein' pensando que ela num era de nada Agora cumpra seu dever- minha fi'a.

Desde que o mundo é muundo- que a muie tem que passar por esse pedacinh' Ai- que saudade! Aguenta nas oração- muié! [vozes rezando alto]. Mastigue o fumo- D Juvita – Ai- que dô! – Aproveite a dô- minha fi'a.

Dê uma garrafa pr' ela sopra- dê. Ô- muié- hein Essa é a oração de São Reimundo- mermo? – É, e [muitas vozes] – Vosmecês num sabe outra

oração – Nos num sabe [muitas vozes] – Uma oração mais forte que essa-
vocês num têm – Tem não- tem não- essa é boa [muitas vozes]

– Pois deixe comigo- deixe comigo- eu vou rezar uma oração aqui- que se
ele num nascer- ele num ta nem cum diabo de num nascer- “Sant’ Antoin
pequenino- mansadô de burro brabo- fazei nascer esse menino- com mil e
seiscentos diabo!” [choro de criança]

– Nasceu e é menino homem! – E é macho! – Ah- se é menino homem-
olha se é Venha vê os documento dele! E essa voz!

Capitão Barbino foi lá detrás da porta- pegou o bacamarte que tava
guardado a mais de 8 dia- chegou no terreiro- destambocou no oco do
mundo- deu um tiro tão danado- que lascou o cano

-Samarica dixeu- – Lascou- Capitão – Lascou- Samarica. É mas em redor de
7 legua- não tem fi’ duma égua que num tenha escutado.

Prepare ai a meladinha- ah- prepare a meladinha- que o nome do menino é
Bastião Orlando Rodrigues.

ANEXO 2

Quadro - Parteiras/*Deusas*- Situação das atividades a parte de 2000 na Região do Entorno do Distrito Federal - Brasil.

<i>Deusas*</i>	Característica da Parteira	Cor (Idade)	E chamada para partejar?	Nº de mulheres atendidas após 2000	Atende outros chamados
Mama Occlo Deusa Inca que representa a Xamã interior, a mulher de sabedoria, capaz do encontro consigo mesmo.	Maturidade e centramento para viver as etapas de sua vida, assim como para a participação durante os encontros e entrevista.	Morena (66a)	Não tem feito.	Não	-Rezar/ Benzer -Remédios Caseiros
Dakini , Deusa tibetana, que é chamada de "dançarina do céu", e considerada a divindade feminina da meditação. Valiosa colaboradora na compreensão e interpretação de textos sagrados.	Pessoa compreensiva, capaz de entender textos e sinais orientadores do partejar, transcendendo suas condições de possibilidade, resultando em sincronia com o processo da parturiente que acompanhava.	Morena (68a)	Sim.	± 20	-Remédios Caseiros; -Atender e orientar Gestantes; -Partos e nascimentos
Sirona , Deusa celta das fontes, da magia e da cura e protetora das artes.	Tem forte presença junto às mulheres, sabe utilizar-se da sutileza e sensibilidade, ancorando as ações de cuidados apropriadas para cada mulher.	Parda (60a)	Sim. Em caso de urgência.	8	- Atender Gestantes; -Remédios Caseiros; - Partos e Nascimentos
Ceres , Deusa romana da agricultura, protegia plantações e oferecia fartas colheitas e amor maternal.	Identificada por ser uma mulher ligada à terra, às plantas medicinais e à sua família.	Morena (57a)	Não tem feito.	± 25	-Atender Gestantes; -Remédios Caseiros; -Partos e Nascimentos.
Dana , Deusa celta, considerada a Deusa Mãe, progenitora das outras divindades. Reverenciada como Senhora da Terra, da água, da	Tem expressão de nobreza e de forte conexão com suas ancestrais, de onde intuía sua atuação.	Branca (63a)	-----	Não respondeu	-----

abundância, da plenitude da Natureza e da soberania.					
Kali , Deusa ancestral hindu com aspecto energizador, venerada com o arquétipo da Grande Mãe.	Mulher do silêncio regenerador e transmite mansidão, beleza e singeleza.	Morena (73a)	Sim. Quando não chegam ao hospital.	3	-Atender Gestantes; -Partos e Nascimentos; -Rezar e/ou Benzer
Hestia , Deusa grega do lar, simbolizada pelo fogo da lareira, protetora absoluta da família.	Parteira pragmática e determinada para atender as mulheres, cumprindo sua tarefa de forma resignada.	Morena (61a)	Não.	Não faz	- Remédios Caseiros
Yemanjá , Deusa da nação ioruba, Oeste africano, regente do mar, da lua cheia, padroeira da fecundidade e da gestação, inspiradora dos sonhos e das visões, mãe divina protetora e nutridora que acalenta e mitiga as dores.	Por sua altivez e faceirice, alegria e despojamento, capaz de concretizar seus sonhos e planos de Vida, protetora e cuidadora de mulheres e crianças.	Negra (71a)	Sim	+1000	-Atender Gestantes; -Remédios Caseiros; -Partos e nascimentos; -Rezar e/ou Benzer.
Pacha Mama , Deusa dos povos andinos, provedora de todos os alimentos, nutridora e protetora de seus filhos.	Parteira que persiste em viver e trabalhar no campo, onde desempenhou suas habilidades como parteira, raizeira e benzedeira com convicção e fé.	Branca (77a)	Não	± 11	- Remédios Caseiros; -Rezar e/ou Benzer
Beltia , Deusa babilônica, era "A Senhora", reinando nos céus, tinha a capacidade de aliviar sofrimentos, dar vida, alegria e prazer.	Mulher engajada na cultura popular, com muita fé, alegria e consciência de seu potencial de cuidadora.	Morena (66a)	Raras vezes	Muito Pouco	-Partos e nascimentos; -Remédios Caseiros; -Rezar e/ou Benzer
Oxum , Deusa da água doce, do ouro, da fertilidade e do amor. Orgulhosa da beleza que pensa ter por direito	Mulher bonita, corajosa e determinada a galgar os passos necessários à concretização de seus planos e sonhos	Negra (55a)	Sim	+200	-Remédios caseiros -Atendimento as mulheres que querem engravidar

natural, não gosta da pobreza e nem da solidão.	vinculados às suas ancestrais, preservando a arte e ofício do partejar.				
Oya , Deusa dos raios, dos ventos e das tempestades. É uma espécie de entidade feminista, brilhante, conversadora e corajosa. Simboliza as estações do ano.	Mulher consciente de sua ancestralidade foca-se na religiosidade e em seu papel social de cuidadora.	Negra (62a)	Não	Nenhum. Falta de informação para as mulheres parirem em casa	-Remédios caseiros -Rezar e benzer -Atendimento as mulheres que querem engravidar.
Damona , Deusa celta das fontes e das águas termais, da fertilidade e cura.	Por ser uma mulher forte e vinculada a terra e às águas, características do território onde vive e se sente bem, tendo desempenhado o ofício do partejar com expressão de brio e mansidão.	Morena (75a)	Não tem procurado	+ 20	-Remédios caseiros; -Rezar /Benzer
Jaci – Deusa da Lua na mitologia tupi-guarani, Mãe Divina, protetora dos amantes e da reprodução, atração grande pelo mistério, silenciosa e realizadora, exerce grande atração e influência no meio onde vive.	Tem vista como uma pessoa estoica, de firme convicção na sua visão de mundo e da forma de cuidar das pessoas que lhe buscam, visível na expressão de sua fé e na forma como descreve suas experiências de parir e de partejar.	Branca (76a)	As vezes quando não dá tempo de ir ao hospital	Muito Pouco	-Atender gestantes; -Remédios Caseiros; -Partos/Nascimentos (-) -Outros Problemas de Saúde

*Cognome dadas às parteiras para preservar suas identidades.

ANEXO 3
PARECER CEP/HI – UNB



Universidade de Brasília Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas - CEP/IIH

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: Parteiras Tradicionais - Saberes e Resistências

Pesquisador Responsável: Silvéria Maria dos Santos

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos e científicos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado "Parteiras Tradicionais -Saberes e Resistências", analisado na Reunião Ordinária de 05 de maio de 2008

A pesquisadora responsável fica, desde já, notificada da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VI 1.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 25 de agosto de 2008.

Prof. Dra. Débora Diniz
Secretária Geral
do CEP/IIH

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Brasília-DF - 70.910-900

ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO - TCLE

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em História
Aluna: Silvéria Maria dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira
Projeto de Pesquisa: Parteiras Tradicionais da Região do entorno de Brasília–Distrito Federal.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Convidamos você a participar desta pesquisa, que tem como objetivo “Conhecer os fatores que contribuíram com a trajetória e ofício das parteiras tradicionais na região do Entorno do Distrito Federal – RIDE/DF.”

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Seus dados serão apresentados de forma agrupada, não haverá identificação individual. Tão logo seja concluído, este estudo será disponibilizado e apresentado às parteiras tradicionais que com ele contribuíram como sujeitos de pesquisa, por meio de eventos que possibilitarão a exposição desse estudo, na UnB .

Esclarecemos que todas as suas respostas serão mantidas em segredo, bem como o seu nome, e, afirmamos ainda que, independente da sua resposta, não haverá nenhuma represália moral e/ou constrangimento pessoal para você. Caso, a Senhora não concorde em colaborar conosco respondendo a esta pesquisa, em qualquer momento, mesmo que inicialmente tenha concordado em colaborar conosco, poderá voltar atrás em sua decisão, sem nenhum prejuízo. Para facilitar o registro das informações, solicitamos sua permissão para gravar as suas respostas.

Após os esclarecimentos dados sobre o objetivo da pesquisa, a confidencialidade das respostas e sobre a garantia de manutenção de seus direitos, você se dispõe a contribuir com esta pesquisa?

() Aceito participar do trabalho respondendo a entrevista.

() Não aceito participar do trabalho.

Agradeço por sua atenção e disponibilidade!

Pesquisadora _____

Entrevistado _____ Testemunha _____

Telefones e endereço da pesquisadora

Silvéria Maria dos Santos:

SQN 206, Bl. B, Aptº 305. Brasília-DF. Fones: (61) 3347-8631.

ANEXO 5 QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Aluna: Silvéria Maria dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira
Projeto de Pesquisa: Parteiras Tradicionais da Região do Entorno de Brasília/Distrito Federal.

Data de preenchimento do questionário: ___/___/___ N°

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Apelido: _____

Residência-Endereço: _____

Comunidade: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Há quanto tempo você mora nessa comunidade/cidade? _____ meses / anos

Onde você morava antes? _____

2. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

2.1. Qual é sua idade? _____ anos. Local de Nascimento: _____

2.2. Como foi o seu Nascimento

- (1) Vaginal e Domiciliar
(2) Hospitalar/Maternidade
(3) Com Parteira Tradicional

- (4) Outro
(5) Profissional.Qual: _____

2.3 Qual é seu grau de instrução?

- (1) Alfabetização
(2) Primeiro grau
(3) Segundo grau
(4) Superior incompleto

2.4 Qual é seu estado civil?

- (1) Solteira
(2) Casada/Amigada
(3) Separada/Desquitada
(4) Casamento após separação/
desquite
(5) Viúva
(6) Outro. Qual? _____

2.5 Qual é sua religião?

- (1) Católica
(2) Evangélica
(3) Espírita Kardecista
(4) Afro-brasileira
(5) Umbanda
(6) Candomblé
(7) Outra. Qual? _____
(8) Não possui uma religião.

2. 6 Como você se autodenomina em relação a cor: _____

3. SOBRE A SUA PRÁTICA DE PARTEIRA

3.1. Quantas gestações/filhos você teve? _____ Teve aborto? _____

3.2. Com que idade você engravidou e pariu? _____

3.3. Como foram seus partos? Tipo de Parto:

- (1) Vaginal e Domiciliar
(2) Parto Vaginal/Hospitalar
(3) Com Parteira Tradicional
(4) Outro Profissional. Qual: _____
(5) Parto Cesário.
Causa? _____
-

4.0. Nos últimos (anos após ano 2000), como tem sido sua prática de parteira?

4.1. Você continua sendo chamada para atender partos?

4.2. Quantas mulheres lhe chamaram para cuidar delas durante o parto e nascimento?

4.3 O que mudou ?

4.4. Você é chamada para outros cuidados de saúde? Quais?

- (1) Atender gestantes (2) Partos e nascimentos
(3) Remédios Caseiros (4) Rezar e/ou Benzer
(5) Outros. Quais? _____

5. Você sabe da existência de Associações de Parteiras Tradicionais na sua região?

- (1) Sim (2) Não

Se Sim, onde fica e como se chama? _____

5.1. Você participa da Associação?

- (1) Sim (2) Não

Se Sim, desde quando _____

Qual sua participação na Associação de Parteiras? _____

Quantas parteiras integram sua Associação? _____

Obrigada por ter contribuído com nossa pesquisa!

Se você deseja conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, acrescente seus dados no espaço abaixo.

Endereço: _____

Telefones: _____ E-mail: _____

Silvéria Maria dos Santos – Enfermeira Parteira, Docente do Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília.

Endereço: SQN 206, Bloco “B”, Aptº 305. Brasília-DF. CEP 70844020.

E-mail: silveria@unb.br Telefones☎: (61)33478631/ 84088358.

ANEXO 6

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA (Gravação)

Trajetória como Parteira Tradicional

1. Fale sobre sua história pessoal que lhe levou a construir uma **trajetória** como parteira tradicional? Por que e Como se tornou Parteira Tradicional?
2. Fale sobre o que mais lhe agrada no exercício desta função de Parteira Tradicional? Fale sobre as dificuldades que mais estão presentes (que encontra) ao desempenhar esta função?
3. Como você consegue **manter** suas atividades de Parteias Tradicionais? Que tipo de retorno você recebe como Parteira Tradicional? Você deseja continuar a trabalhar como Parteira tradicional?
4. Como você vê o **corpo** feminino? Como percebe seu corpo? E o **corpo da outra**, como vê o corpo da outra, a parturiente?
5. O que você percebe da experiência do parir e do partejar no corpo? Que **sentidos** você percebe no parto além do corpo? Sua atuação como parteira é centrada na experiência?
6. Já participou de alguma **capacitação**? Qual é a razão que a levou a participar de capacitação? Você vê **diferenças** entre a prática tradicional da parteira e prática aprendida com a capacitação? Quais são essas diferenças?
7. A capacitação realizada por você, em que lhe melhorou ou ajudou no seu desempenho?
8. Você **transmite** suas experiências e conhecimentos de Parteira Tradicional? Como isso acontece?
9. O que **significa** para você o momento do Parto? Você conhece e/ou usa alguma prática que ajude as mulheres a lidar com a dor no parto?

Obrigada por ter contribuído com nossa pesquisa!

Se você deseja conhecer os resultados da pesquisa, por favor, acrescente seus dados no espaço abaixo.

Endereço: _____

Telefones: _____

E-mail _____

Silvéria Maria dos Santos – Enfermeira Parteira, Docente do Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília.

Endereço: SQN 206, Bloco “B”, Aptº 305. Brasília-DF. CEP 70844020.

E-mail: silveria@unb.br Telefones®: (61)33478631/ 84088358.

ANEXO 7
ORAÇÃO À NOSSA SENHORA DO BOM PARTO

Ó Maria Santíssima, Vós, por um privilégio especial de Deus, fostes isenta da mancha do pecado original, e devido a este privilégio não sofrestes os incômodos da maternidade, nem ao tempo da gravidez e nem no parto; mas compreendeis perfeitamente as angústias e aflições das pobres mães que esperam um filho, especialmente nas incertezas do sucesso ou insucesso do parto.

Olhai para mim, vossa serva, que na aproximação do parto, sofro angústias e incertezas.

Dai-me a graça de ter um parto feliz.

Fazei que meu bebê nasça com saúde, forte e perfeito.

Eu vos prometo orientar meu filho sempre pelo caminho certo, o caminho que o vosso Filho, Jesus, traçou para todos os homens, o caminho do bem.

Virgem, Mãe do Menino Jesus, agora me sinto mais calma e mais tranquila porque já sinto a vossa maternal proteção.

Nossa Senhora do Bom Parto, rogai por mim!

ANEXO 8
ORAÇÃO DE SÃO BARTOLOMEU

Senhor São Bartolomeu, se vestiu e se calçou, seu caminho bendiu.

- Por onde vai senhor, São Beto?

- Vou em busca de Vós, Senhor.

- Tu comigo não irá.

- Tu na casa de fulano ficará.

- Na casa em que vós estiverdes não morrerá mulher de parto nem menino de abafo, nem fogo levantai.

Paz, dom, misericórdia.

ANEXO 9
SALVE RAINHA - ORAÇÃO DAS PARTEIRAS

Salve, Rainha,

Mãe misericordiosa,

vida, doçura e esperança nossa, salve!

A vós brandamos os degregados filhos de Eva.

A vós suspiramos, gemendo e chorando

neste vale de lágrimas.

Eias pois, advogada nossa,

esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei,

e depois deste desterro mostrai-nos Jesus,

bendito fruto de vosso ventre,

ó clemente, ó piedosa,

ó doce sempre Virgem Maria.

Rogais por nós Santa Mãe de Deus.

Para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

Amém.

ANEXO 10

CARTA DE OLINDA

Nós, parteiras e parteiros por tradição de todo o Brasil, México, Colômbia, Canadá, Estados Unidos; médicos, enfermeiras(os), enfermeiras obstétricas, psicólogas, antropólogas, sociólogas, doulas, publicitárias, jornalistas, assistentes sociais, professores, artistas; reunidos em Olinda - Pernambuco, Brasil nos dias 28 de abril a 03 de maio de 2008.

Com propósito de discutir e consensuar todos os elementos necessários para a regulamentação da profissão da parteira por tradição, entendendo e respeitando a riqueza da diversidade cultural do Brasil, viemos declarar a "Carta de Olinda":

A profissão de parteira por tradição em muitos países, inclusive no Brasil vem sendo secularmente excluída do sistema político-social caracterizando uma situação de violência estrutural.

Reconhecemos a grande complexidade que envolve esses erros históricos, considerando que:

1. O trabalho da parteira por tradição sofre discriminação de gênero, uma vez que são em sua maioria mulheres e tratam essencialmente mulheres. Erroneamente sua prática é considerada benemérita e assistencialista, portanto, não necessitando de reconhecimento profissional;
2. Que a população brasileira tem ampla miscigenação. As parteiras indígenas e afro-brasileiras preservam as nossas raízes e dignificam nossa identidade cultural.
3. As normas do Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde preconizam o atendimento ao nascimento de forma simplificada, visto que as práticas cotidianas e milenares podem conviver harmonicamente, sendo aplicadas com o conhecimento técnico-científico, contribuem para um parto humanizado e seguro concordando com a bioética.
4. Que o nascimento digno, respeitoso, seguro e amoroso oferece a perspectiva de uma sociedade mais pacífica, equilibrada e saudável a curto

prazo, para isto devemos também conquistar o compromisso das diversas esferas políticas e sociais que compõem nossa sociedade.

5. Que o corpo feminino é o primeiro meio ambiente do ser humano, e merece também respeito e atenção especial de toda a sociedade.

Devendo evitar abusos de medicalização desnecessárias que se cometem na atenção especializada do nascimento.

Propomos:

- Discutir e aprofundar as questões sobre a regulamentação da profissão de parteira por tradição;
- Reconhecer a parteira por tradição como uma profissão digna com direitos e deveres devidamente regulamentados;
- Formalizar no Sistema Único de Saúde (SUS) a relação do trabalho da parteira por tradição.
- Ampliar a Rede Nacional e Internacional de parteiras, propiciando a interrelação e colaboração mútua;
- Reconhecer o saber cultural das parteiras por tradição, valorizando a ciência da oralidade para garantir sua transmissão;
- Garantir os meios para que o nascimento de baixo risco seja respeitado nos seus aspectos: histórico, biológico, cultural, holístico e espiritual;
- A formação da parteira por tradição se dê a partir do acompanhamento de parteiras mais antigas que transmitirão seus conhecimentos ancestrais agregando novos conhecimentos.
- Reparar essa injustiça social e garantir a inclusão da parteira, reconhecendo seus direitos profissionais e econômicos, elevando sua auto-estima.
- Reconhecer a parteira por tradição e dar condições a ela para poder exercer oficialmente sua profissão, dando desta forma um exemplo histórico tanto dentro do país como fora dele;

Com isso a parteira por tradição poderá contribuir com a população a:

- Reduzir a morbi-mortalidade materna e peri-natal através de um atendimento ao nascimento seguro, evitando o intervencionismo desnecessário, respeitando o direito inerente da mulher e da criança à vida;
- Preservar as raízes e a identidade cultural do povo brasileiro;
- Ampliar os cuidados as mulheres em locais que o sistema de saúde não atinge ou é deficitário.

Essas propostas deverão dar continuidade e aceitar o já colocado em documentos similares elaborados em outras reuniões em países de Europa, y América (Washington, Fortaleza, Trieste, Campinas e Madri), com participação de destacados profissionais.

As tecnologias adequadas a cada situação estão a disposição para que se adote qualquer modelo de atenção. Hoje é possível aplicar a tecnologia apropriada, em combinação com aspectos humanísticos e os conceitos defendidos pelas práticas milenares das parteiras por tradição nas comunidades urbanas e rurais com milhares de atendimentos. Podemos com isto oferecer um modelo de atenção mais justo e efetivo para a saúde da mãe, seu filho e a família em geral.

OLINDA - PERNAMBUCO – BRASIL

05 DE MAIO DE 2008

ANEXO 11

CARTA DE RECIFE

Os Secretários Municipais de Saúde reunidos, no XXII Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde, III Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não Violência e V Congresso da Rede Américas no período de 19 a 22 de junho de 2006, na cidade de Recife, estado de Pernambuco, reiteram seu compromisso com a melhoria da qualidade de vida e da saúde de todos os brasileiros e demais povos do continente americano, bem como com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), tomando as seguintes deliberações que deverão nortear a atuação do CONASEMS, dos COSEMS e das Secretarias Municipais de Saúde:

1) Sobre a Agenda da Reforma Sanitária Brasileira

Considerando o direito à saúde como direito social de cidadania, a Assembléia do CONASEMS decide:

- discutir a reforma sanitária brasileira visando à consolidação e o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, considerando seus princípios e diretrizes e não a reforma da reforma;
- defender o SUS tendo como argumento principal sua característica de conquista social, sem impedimento de seu aperfeiçoamento jurídico, porém sempre mantendo os princípios fundamentais de: direito e acesso universal; dever do Estado; equidade; integralidade; financiamento público; relevância pública; controle social, descentralização e regionalização e a gestão pública do sistema;
- repactuar o SUS construindo uma agenda de trabalho para o setor saúde com a participação do Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS considerando as desigualdades sociais e os determinantes sociais da saúde;
- construir uma agenda de compromisso do movimento municipalista brasileiro com a saúde adequada ao contexto atual e à sua complexidade considerando as questões derivadas das transições demográfica e epidemiológica, o processo de judicialização do setor saúde e o conflito entre equidade e universalidade;
- ampliar a agenda da saúde vinculando a mesma à necessidade de desenvolvimento econômico e de reforma política do país;
- reiterar o posicionamento do CONASEMS contra o uso político do Ministério da Saúde e das outras esferas de gestão nas barganhas políticas e partidárias.

2) Sobre a governabilidade local e o Pacto Federativo

Considerando os paradoxos existentes no federalismo brasileiro; as dificuldades de governabilidade e de governança na implementação de uma política pública

como o SUS no Brasil;, a necessidade de definição clara da responsabilização sanitária; a necessidade de garantir o princípio do comando único; a necessidade de avanços no combate às desigualdades sociais; a necessidade de desenvolver uma cultura do federalismo solidário; o aumento da demanda por serviços de saúde versus a possibilidade de atendimento das mesmas com a disponibilidade de recursos financeiros existentes e a necessidade de construção de uma nova agenda federativa para a saúde, a Assembléia do CONASEMS decide:

- discutir, negociar e pactuar a governabilidade local e o Pacto Federativo de forma solidária e co-responsável entre instâncias, poderes, esferas de governo, segmentos sociais, com amplo reconhecimento das diferenças e heterogeneidades que marcam a Federação Brasileira;
- ampliar a discussão pública sobre as características da federação brasileira e suas possibilidades e limitações na implementação de políticas públicas;
- discutir amplamente a agenda da saúde com o movimento dos prefeitos tendo como objetivo a construção de uma regionalização solidária e a valorização material, política e ética da Saúde nas ações de governo;
- enfatizar a implementação de políticas inter-setoriais coerentes e articuladas, visando a redução das iniquidades sociais e em saúde com ação governamental das três esferas de governo, realizando a pactuação intra e inter-governamental e a mobilização da sociedade civil;
- realizar a articulação intersetorial visando a implantação de políticas sociais inclusivas que impactam fortemente no campo da saúde considerando as diversidades existentes tais como gênero e etnia;
- ampliar a política de alianças na saúde, com intensificação da ação intersetorial e da interação com os diversos movimentos sociais inter-regionais e entre países.

3) Sobre o Pacto pela Saúde 2006

Considerando os avanços no processo de descentralização da saúde e a importância dos municípios no SUS, a Assembléia do CONASEMS decide:

- defender de forma intransigente o Pacto pela Saúde 2006 em seus três eixos Pacto pela Vida, Pacto de Gestão e Pacto em Defesa do SUS;
- enfatizar o protagonismo que deve ser assumido pelos municípios na construção deste Pacto;
- aprofundar a discussão, junto à sociedade civil organizada inclusive o Ministério Público, sobre o real dimensionamento da integralidade da atenção à saúde no texto constitucional e a forma de operacionalização, no contexto da equidade;
- adotar o pacto de responsabilidade solidária, rompendo com a cultura de hierarquia entre entes federados, bem como com o aspecto cartorial de estabelecimento da gestão;
- fortalecer técnica e estruturalmente os COSEMS, na operacionalização do Pacto pela Saúde, com vistas à qualificação das negociações e à garantia de participação de todos os municípios de sua área de jurisdição;

- considerar o cumprimento de metas e indicadores de monitoramento do Pacto na regulamentação do Bloco de Gestão, inclusive com a criação de incentivos de valorização de resultados;
- trabalhar o eixo estruturante do Pacto referente ao Planejamento em Saúde no sentido de articular instrumentos de gestão tais como: plano de saúde, relatório de gestão, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual;
- priorizar a identificação dos usuários do SUS através do cartão SUS, como forma de contribuir para o rompimento da lógica de alocação de recursos com base em séries históricas e implementação da alocação percapita.

4) Sobre o Financiamento

Considerando a universalização e a integralidade preconizada pela própria Constituição Federal Brasileira e a necessidade de cumprimento destes princípios constitucionais, a Assembléia do CONASEMS decide:

- exigir o cumprimento e a regulamentação da Emenda Constitucional 29;
- manter a vinculação orçamentária para o financiamento da política de saúde;
- garantir recursos para a saúde nos orçamentos públicos, com a clara definição do que seja considerado gastos com a saúde;
- reafirmar que a responsabilidade pelo financiamento da saúde universal é uma responsabilidade compartilhada e solidária das três esferas de governo;
- reafirmar a transferência de recursos fundo a fundo como a modalidade de financiamento mais adequada para o setor saúde, inclusive os repasses estaduais para municípios;
- reiterar que a alocação de recursos no SUS deve ser baseada nos planos de saúde, elaborados de forma participativa e ascendente e que a forma atual de alocação de investimentos através de emendas parlamentares não atende a esta necessidade;
- discutir e ampliar a regulação da incorporação tecnológica e o desenvolvimento de instrumentos adequados relativos à gestão da mesma considerando o aumento crescente de custos e os interesses econômicos presentes no setor saúde;
- identificar, regionalmente, custos do sistema de saúde como forma de apoio técnico na discussão da alocação eqüitativa de recursos; reafirmar a inclusão do fator amazônico no financiamento da saúde reafirmar o princípio da equidade enquanto principal diretriz para redução das iniquidades regionais.

5) Sobre a cultura de paz e não violência

Considerando a verdadeira epidemia de violência hoje existente na sociedade e a sua banalização, bem como a responsabilidade do setor saúde no enfrentamento desta questão, a Assembléia do CONASEMS decide:

- sensibilizar a área da saúde para consolidação da cultura de paz e não violência como uma importante estratégia de promoção da saúde;
- envolver o setor saúde na elaboração e na manutenção de uma agenda específica para a questão da violência;
- promover programas que restaurem a dignidade dos que sofrem e dos que exercem a violência;
- disseminar conceitos e metodologias de reconhecimento e mediação de conflitos, com vistas a constituir a justiça por meios não violentos;
- promover a educação para a paz, envolvendo profissionais e usuários da saúde, incluindo sua prática no cotidiano da atenção à saúde;
- propor políticas públicas intersetoriais orientadas pelos princípios da cultura de paz e não violência.

6) Sobre a atenção básica em saúde

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a pactuação tripartite em torno das diferenças loco - regionais direcionada para a consolidação e qualificação da Saúde da Família como estratégia reorientadora da atenção básica, a Assembléia do CONASEMS decide:

- propor a articulação dos processos de produção de protocolos técnicos e gerenciais e a educação permanente dos profissionais para que se constituam como elementos chave da melhoria da qualidade da atenção básica;
- propor o estabelecimento do monitoramento e da avaliação da atenção básica como mecanismos de qualificação da gestão descentralizada, incluindo a realização de oficinas para preparação das equipes municipais de gestão e a pactuação de estratégias para divulgação de resultados;
- propor a definição de estratégias pactuadas para a consolidação da Saúde da Família nos pequenos e médios municípios e encontrar soluções para a infra-estrutura da rede de atenção nos municípios maiores, mantendo o processo de qualificação das práticas sanitárias e gerenciais;
- propor a definição de estratégias pactuadas para a consolidação da Saúde da Família e encontrar soluções para a infra-estrutura da rede de atenção nos municípios da amazonia legal, mantendo o processo de qualificação das práticas sanitárias e gerenciais.
- reavaliar o conjunto de ações que hoje compõem a atenção básica para inclusão de atividades necessárias à ampliação de resolubilidade das práticas sanitárias, reforçando ações de proteção à saúde e assegurando o financiamento adequado;
- propor a retomada, nos diferentes fóruns de pactuação, da discussão sobre alternativas para o trabalho das unidades tradicionais de atenção básica, o que não significa flexibilizar o PSF, conservando os princípios de adscrição de clientela, sob a lógica do território;
- pautar na Comissão Intergestora Tripartite - CIT, a discussão sobre os núcleos de saúde integral, considerando os diferentes portes dos municípios e diversidades regionais;

- efetivar a discussão a respeito da exclusão dos municípios de pequeno porte de determinadas políticas de saúde, o que pode aumentar a desigualdade existente;
- aprofundar a discussão com as instâncias competentes sobre a validação de diplomas dos médicos estrangeiros para atuação na rede básica.

7) Sobre a gestão do trabalho e educação na saúde

Considerando o compromisso assumido com a operacionalização do Pacto de Gestão, nas questões referentes ao eixo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a Assembléia do CONASEMS decide:

- exigir a garantia do financiamento tripartite, com recursos fundo a fundo, para a Gestão do Trabalho e Educação na Saúde;
- propor a inclusão, no Termo de Compromisso dos três entes federados, de indicadores e metas que garantam a execução da política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde;
- propor a definição de um percentual mínimo financeiro, dentro do Bloco de Gestão do SUS, para a área de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde;
- propor a criação ou o fortalecimento das estruturas de Gestão do Trabalho, nos três entes federados, promovendo a qualificação da área, visando a implementação de uma política de valorização do trabalho e do trabalhador de saúde;
- apoiar a democratização das relações de trabalho no SUS por meio da criação de espaços de negociação permanente, entre trabalhadores e gestores;
- apoiar a implantação ou implementação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários no âmbito do SUS, na perspectiva de promoção e desenvolvimento de carreira do trabalhador de saúde;
- posicionar-se por vínculos de trabalho que garantam os direitos sociais e previdenciários para todos os trabalhadores de saúde, com apoio técnico e financeiro aos municípios pelos estados e União;
- exigir a implementação imediata de uma política de reposição da força de trabalho em saúde cedida aos municípios, pelos estados e União, por meio da criação de um fundo tripartite para contratação de pessoal;
- propor a criação ou o fortalecimento de espaços de articulação da Política de Educação Permanente garantindo a participação de todos os atores envolvidos no processo;
- exigir a participação do CONASEMS e do CONASS, como membros efetivos da Comissão Nacional de Residência Médica;
- exigir a implementação imediata da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional, de forma a garantir a execução do Programa, pautando o tema para a reorientação do modelo assistencial e a consolidação do SUS ;
- propor o fortalecimento da formação básica dos Agentes Comunitários de Saúde, por meio de um processo formativo consistente e crítico de forma a garantir a integração com os diversos serviços do SUS;

- exigir que a formação dos Agentes Comunitários de Saúde seja realizada pelas Escolas Técnicas do SUS e ou por equipes qualificadas dos municípios, garantindo a certificação por meio de parcerias entre as secretarias municipais de saúde e de educação;
- exigir a participação dos gestores locais do SUS como atores políticos em todo o processo de definição e execução do Pró-Saúde;
- exigir a garantia de um processo gradativo de inclusão das demais profissões da área de saúde no Pró-Saúde;
- promover um debate nacional, entre os atores do SUS e o Congresso Nacional, sobre os limites com gastos de pessoal exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e a capacidade de gestão local.

8) Sobre a globalização, a formação de blocos e a repercussão na saúde

Considerando que os fatores globais são extremamente importantes nos determinantes da saúde e sendo a saúde patrimônio da humanidade, a Assembléia do CONASEMS decide:

- promover a articulação internacional considerando a globalização e defendendo a saúde como direito universal de cidadania;
- construir uma agenda social para a integração latino americana na qual a saúde tenha centralidade, com a participação e o protagonismo dos diversos atores sociais.

9) Sobre a medicina tradicional e os sistemas municipais de saúde

- encaminhar a Carta da World Federation of Acupuncture Societies - WFAS (que representa oficialmente a OMS nos assuntos relevantes à MTC) ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde. A Carta manifesta apoio a Portaria 971 GM/MS que institui a acupuntura e outras práticas tradicionais no SUS;
- remeter ao Conselho Nacional de Saúde e a Comissão de Saúde Indígena os estudos de caso e as experiências nacionais e internacionais de promoção da saúde indígena bem como os encaminhamentos desta roda temática;
- apoiar o reconhecimento legal do trabalho das parteiras tradicionais em nosso país com a necessária inclusão no sistema formal de atendimento no SUS, com as devidas capacitações e atualizações, supervisão e apoio ao desenvolvimento de suas atividades, como uma política pública oficializada nas instâncias federal, estaduais e municipais.

10) Sobre a promoção da Saúde Urbana e o desafio das grandes cidades

- utilizar indicadores que sejam efetivamente voltados à Promoção da Saúde;
- fortalecer o modelo de gestão participante como um modelo estruturante das ações de promoção da saúde;

- contemplar os incentivos às iniciativas das Escolas Promotoras de Saúde no FUNDEB.

Maior aporte de recursos para financiamento da política Nacional de Promoção da Saúde no orçamento do MS a partir de 2007.

Universalização da política Nacional de Promoção da Saúde, oportunizando a adesão dos municípios interessados, com previsão de ações pertinentes ao teor nos planos municipais de saúde, não restringindo a política às capitais.

11) Sobre os Conselhos de Saúde

- implementar o Pacto pela Vida, pelo SUS e de Gestão, priorizando os Conselhos Municipais de Saúde em sua elaboração e efetivação;
- fomentar a educação permanente para o controle social envolvendo os gestores, os usuários, os trabalhadores de saúde e os prestadores de serviço;
- fomentar a comunicação e a informação em saúde com qualidade e democracia para os Conselhos;
- divulgar os Conselhos de Saúde como parte integrante do sistema municipal de saúde, visando à participação da sociedade;
- inserir o tema controle social, na forma de painel, no próximo congresso do CONASEMS;
- incorporar o tema controle social ao documento de referência do CONASEMS: Teses e Planos.

12) Sobre a Rede Américas

A iniciativa da Rede Américas ratifica neste Congresso sua validade e importância e neste sentido se propõe a fortalecer sua agenda de trabalho para contribuir na articulação dos atores locais na construção social da saúde, com o propósito de contribuir para a garantia do direito à saúde, a melhoria da qualidade de vida, a consecução de uma vida digna, a paz e a justiça social.

Reafirmam os princípios:

- 1) a saúde é vista como uma convergência de políticas públicas e integração entre diversos setores e como direito universal com equidade garantido pelo Estado;
- 2) o fortalecimento dos governos locais e dos processos de descentralização com empoderamento e com os recursos financeiros correspondentes e que contemplem uma efetiva participação social

Ressaltam alguns elementos da situação sanitária no continente americano:

- a) o papel dos diversos atores (gestores da saúde, cidadãos, trabalhadores da saúde), nos cenários locais- municipais na construção social da saúde, no marco dos processos de descentralização;

- b) As tensões entre as perspectivas de construção de sistemas de saúde entre a perspectiva privatizadora e a que busca a garantia do direito à saúde;
- c) O agravamento de iniquidades sociais e sanitárias no continente
- d) Os efeitos sanitários que resultam do processo de globalização e das integrações regionais que busca acentuar o poder dos estados hegemônicos, geram um conjunto de obstáculos para a garantia do direito à saúde
- e) Consolida-se de paralelamente emerge no continente a iniciativa de se construir a saúde com o sentido de soberania nacional e independência econômica.

Resolvem:

- Criar um Observatório Continental de Descentralização, Políticas de Saúde e Governança, entendido como uma ferramenta útil para monitorar processos das políticas sociais de descentralização no continente, bem como suas consequências para o campo da saúde. O objetivo do Observatório será municiar os atores e gestores da saúde afim de fortalecer o empoderamento local para a consecução do direito social à saúde nas Américas;
- Ressaltar a intenção de articular as iniciativas que mobilizam o CONASEMS, Rede Américas e Rede Gandhi com vistas a adotar agendas comuns de fortalecimento e disseminação de uma cultura da paz e não violência, determinante fundamental para construir uma vida digna, com saúde e bem estar;
- Buscar uma nova dinâmica de trabalho para a Rede Américas com mecanismos de uma efetiva coordenação, comunicação e sustentabilidade
- Ampliar a convocatória e conteúdos do próximo Congresso da Rede Américas para uma perspectiva intersetorial , estimulando uma importante participação de atores da sociedade civil;
- Propor que o VI Congresso da Rede Américas seja realizado em 2008 no Uruguai

Recife, 22 de junho de 2006.

**A Vida é uma escuridão se não houver um impulso
Todo impulso é cego se não houver o saber
Todo saber é vão se não houver o trabalho
Todo trabalho é vazio se não houver AMOR.**

Hermes